UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: LINGUAGENS E REPRESENTAÇÕES

TIAGO CALAZANS SIMÕES

CONTESTAÇÃO E RESISTÊNCIA AOS ANOS “MAL-DITOS” DO REGIME MILITAR (pós-1964) NA ESCRITA LITERÁRIA DE AGUINALDO SILVA

ILHÉUS-BAHIA
2020

TIAGO CALAZANS SIMOES

CONTESTAÇÃO E RESISTÊNCIA AOS ANOS “MAL-DITOS” DO REGIME MILITAR (pós-1964) NA ESCRITA LITERÁRIA DE AGUINALDO SILVA

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Letras: Linguagens e Representações, da Universidade Estadual de Santa Cruz, com vistas à obtenção do título de Mestre.

Área de concentração: Estudos Literários.

Orientador: Prof. Dr. Valéria Amim

ILHÉUS-BAHIA
2020

S593 Simões, Tiago Calazans.
Contestação e resistência aos anos “mal-ditos” do Regime Militar (pós-1964) na escrita literária de Aguinaldo Silva / Tiago Calazans Simões. – Ilhéus : UESC, 2020.
120f. : il.
Orientadora : Valéria Amim.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Santa Cruz. Mestrado em Letras : linguagens e representações.

Inclui referências.

1. Homossexualismo e literatura. 2. Homossexuais – Ditadura militar – Brasil. 3. Ditadura militar (1964-1988) – Brasil. 4. Homofobia – Brasil. 5. Silva, Agnaldo – História e crítica. I. Amim Valéria. II. Título.

CDD – 809.933538

TIAGO CALAZANS SIMÕES

CONTESTAÇÃO E RESISTÊNCIA AOS ANOS “MAL-DITOS” DO REGIME MILITAR (pós-1964) NA ESCRITA LITERÁRIA DE AGUINALDO SILVA

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Letras: Linguagens e Representações, da Universidade Estadual de Santa Cruz, com vistas à obtenção do título de Mestre.

Ilhéus – BA, 18 de março de 2020.

Banca examinadora:

_____
Prof. Dr. Valéria Amim
UESC – DLA – PPGL
(Orientadora)

_____
Prof. Dr. André Luís Mitidieri Pereira
UESC – DLA – PPGL
(Examinador Interno)

_____
Prof. Dr. Marcus Antônio Assis Lima
UESB – DFCH – PPGCEL
(Examinador Externo)

Aos meus pais
Aos meus mestres e mestras
Aos meus mentores, guias e guardiães.

A chico César, por indicar que:
“Caminho se conhece andando
Então vez em quando é bom se perder
Perdido fica perguntando
Vai só procurando
E acha sem saber”
(Chico César, 2008).

A Caetano e Gil, para os quais dedico minhas breves linhas:

A baianidade é uma força estelar
que se espalha por diferentes estados,
explodindo velhos mundos
e fundando novas constelações.
Respeitem a nossa força, o nosso Axé! (2019)

Dedicatória

Minha vida foi totalmente modificada a partir do momento que conheci alguns professores, que eram também homens gays, característica vital para o recorte teórico que foi utilizado neste estudo. O primeiro deles foi o Gabriel Nascimento, sem o qual eu jamais teria criado o interesse e o gosto pela filosofia, pela dúvida e pela crítica. Gabriel foi também inspirador, pela primeira vez eu via ali alguém parecido comigo: jovem, negro e de classe popular na posição de professor, pesquisador e militante das causas da vida. Ele me deu aulas de língua inglesa no terceiro ano do ensino médio, no colégio estadual Professora Maria de Lourdes Veloso (“Lurdão”), no ano de 2011 em Itabuna. Desde então, apesar das brigas e discussões, tenho-o como um irmão e amigo, que quase sempre foi fundamental nos momentos mais importantes da minha vida acadêmica e profissional.

Depois disso vieram outros, “assumidos” ou não, que também tiveram grande contribuição para minha vida enquanto estudante e pesquisador. De certa forma, a temática deste trabalho, é fruto do desafio colocado pelo professor André Mitideri para mim em 2015 com o projeto “Literatura, espaço biográfico e homossexualidade”. À época eu queria trabalhar com memórias de militantes de esquerda por meio do livro “batismo de sangue” de Frei Betto, nunca me arrependi da troca de corpus pela temática homoerótica, que só me engrandeceu enquanto investigador crítico e ser humano.

Sem a presença deles em minha vida, a amizade, a relação professor aluno e a utilização do conhecimento enquanto arma e instrumento de libertação, essa dissertação não teria florescido. Esses professores me ensinaram a ver o mundo com olhos críticos, *desmascarando* que o “problema” da orientação sexual e da identidade de gênero é o problema da sociedade que o produz ao atribuir à diferença uma marcação negativa, gerando distintas e complexas formas de preconceito. Portanto, Dedico a temática deste trabalho a eles.

Também é a elas: amadas, amigas, professoras e mulheres feministas que chocaram a minha visão de mundo e me ensinaram a ser outro. Os estudos de gênero e sexualidade foram responsáveis por uma verdadeira virada de gênero produzida em mim: ajudaram a identificar que nossa mente funciona por meio de engrenagens, e que é necessário que as busquemos conhecê-la e renová-la como

forma de aprimoramento e aperfeiçoamento do “eu”: uma espécie de tecnologia do saber, de tecnologia do ser.

Todo o percurso crítico e afetuoso iniciado no curso de letras me fez seguir em construção do meu “ser aí”, esse que se faz “sendo” que não é um resultado, mas sim a marcação da potência nos devires humanos, nos pontos de inflexão. Esses caminhos me fizeram conceber a beleza da pluralidade e da diversidade “vista a N – 1”, como colocado por Gilles Félix Deleuze e Guattari, em contraposição as hegemonias do universalismo, pois “É somente assim que o uno faz parte do múltiplo, estando sempre subtraído dele” (DELEUZE & GUATTARI, 2000, p. 15).

AGRADECIMENTOS

“Caminho se conhece andando / Então vez em quando é bom se perder / Perdido fica perguntando / Vai só procurando / E acha sem saber” (Chico César, 2008).

A minha mãe, que me deu todo amor que se poderia ter dado a alguém e por ser a minha primeira professora.

Ao meu pai, que apesar de ter crescido num ambiente hostil, deu de si o melhor que pôde e principalmente, aquilo que não recebeu: amor, carinho e atenção.

Agradeço ao curso de letras por ter me transformado, junto com suas palestras, pesquisas e extensões, promovendo uma verdadeira virada linguística, social, política e cultural na minha vida. Não existiria o eu de hoje subtraído do DLA, do COLETRAS e do CALPRP, sem vocês eu seria uma pessoa com menos brilho, menos sabedoria, menos amor, e como dizem por aí, “sem sal”.

A Alerte Vieira (*em memória*), que me apresentou pela primeira vez os conhecimentos para “além da matéria”, que me ajudariam a sair de uma crise de valores, ao final de um novo ciclo que se iniciava em minha vida no começo de 2017.

A Gilberto Gil e Caetano Veloso, por me ensinarem que não há problemas no feminino que habita o homem, mas sim solução.

A Isaias Carvalho, pela amizade, por me ajudar a ponderar o pensamento radical e iconoclasta (risos) que eu vinha desenvolvendo na época em que entrei no curso de Letras.

A Inara Rodrigues por ter sido tão doce e ao mesmo tempo tão rígida comigo, me dando grandes lições e me inspirando a fazer trabalhos acadêmicos que marcaram a minha experiência autoral e dos quais me orgulho profundamente.

A Paulo Roberto, pela elegância e doçura com a qual nos ensina a resistir opressor e por parecer otimista e esperançoso diante de tempos tão sombrios.

A Sandra Sacramento, pelo estágio maravilhoso, pelo Stuart Hall e pela forma leve como debate o conhecimento.

A Valéria Amim, *Mojúbà,* pela doçura, pelo acolhimento e pelas discussões produtivas, uma orientadora ímpar!

Ao PPG, por seu viés crítico, inclusivo, democrático e questionador, que nos dá incentivo em proceder com pesquisas engajadas nos temas e sujeitos marginais.

A Karina Santos, por ter “suportado” ao curso de Letras e a mim, durante quase quatro anos e meio de graduação. O meu Eu de hoje não existiria se subtraída a presença dela em minha vida, entre 2013 e 2017.

A grande amiga e irmã, Viviane Carvalho, pelo verdadeiro reencontro de almas, com quem muito aprendi sobre a fé, conhecimento e responsabilidade. Juntos lutamos a boa luta!

A Iris Ferreira, minha atual companheira, com quem eu posso ser verdadeiramente eu, nos piores e nos melhores momentos.

A Renato Peruzzo, por me ensinar a usar a plataforma Lattes (em 2013), foi meu socorro em diferentes momentos do curso de letras e do mestrado.

Aos queridos colegas Iago Moura e Ricardo Rocha, os melhores estudantes que pude conhecer em minha vida, durante o mestrado, nossos papos me fizeram perceber que eu também poderia ser um pesquisador.

Ao Pai Seta Branca e a Mãe Yara, anciãos já desencarnados, que me ensinam a importância do equilíbrio e do amor para bem viver comigo e com os outros, valores simples e muito necessários.

À vovó Maria Conga das Cachoeiras, (espírito mentor da médium e amiga Patrícia Xavier), pela alegria, simpatia e simplicidade com a qual sempre me deu os mais variados conselhos, broncas e elogios.

À vovó Nanã das Cachoeiras (espírito mentor da médium e amada Iris Ferreira), entidade que me trata como filho e que me dá a segurança de saber que meus protetores, conselheiros e parentes espirituais, estão sempre muito mais perto do que jamais imaginei nos momentos de solidão.

Aos e às orixás, pela ancestralidade e pela proteção. Registro aqui a saudação àqueles que de mim estão mais próximos: *Laroyê* / *Odoyá* / *kao kabiesilê* / *Ora yê yê ô* / *Saluba* / *Arroboboi* / *Ogunhê* / *Okê arô/ Êpa Babá*.

Aos seres humanos, nem bons nem maus, tentando viver em meio esse turbilhão de emoções que é a vida, palco fulminante ao qual nem todos resistem até ao final do show, eu também resisto por vocês.

Aos lutadores e lutadoras inconformados que lutaram e lutam para construir uma nação melhor para todos, sem distinção.

Agradeço a todos os dolorosos percursos da vida que têm me levado ao “bom senso” (Tim Maia), ainda que nos momentos de dor eu achei que não conseguiria.

Por fim, ao jovem Tiago, aquela criança assustada que jamais imaginou que chegaria até aqui e que não sabe se “chegará lá” (risos).

DESAGRADECIMENTOS

> Que possamos transformar nossa mágoa em algo extremamente positivo. É o momento, momento de serenidade, serenidade para pensar, para se amar, para se abraçar, para se proteger. Vamos andar mais juntos, vamos trocar mais ideias. Eles querem implantar o ódio, o ódio não vai vencer, não pode vencer. (CRIOLO, 2019, festival MIMO, Portugal).

Para àqueles que sempre estiveram no poder (mesmo que escondidos), que passaram 14 anos como ratos tentando roer pelas beiradas um Brasil que crescia e promovia inclusão social, e agora sentaram na direção central do poder. Dedico essas insubordinadas linhas da minha poética “sem massagem”.

ELES QUEREM MATAR NOS MATAR

Eles mataram Marielle, eles são matadores,
matam os próprios amigos,
são queimadores de arquivo.
Tiram comida da nossa mesa,
cortam verba de nossas escolas e universidades.

Eles querem as empregadas domésticas
confinadas no famoso "quarto de empregada".
Eles não gostam quando a gente entra na universidade,
eles queriam que as novas gerações das nossas famílias
servissem às novas gerações das deles.

São egoístas e unilaterais.
O poder político é controlado,
em toda parte, por seres humanos doentes,
dignos de pena, almas que apodrecem por dentro,
que não sabem o significado de dar e receber,
que nunca sentam em roda,
ou dividem o direito á palavra.

São pessoas que estão sempre em carros blindados,
cercadas de segurança, pagam altas contas em psicólogos e psiquiatras.
Perdem o diálogo com seus filhos e com suas esposas,
mas dizem que defendem a família
.
Vocês são madeira podre e sua estrutura não é sólida,
cairão por não terem raízes firmes,
por não regarem o próprio solo em que parasitam.

Tenho dito que os perigos não constituem lugares dos quais se pode fugir, mas lugares para onde se vai.

Stuart Hall em *Estudos culturais e seu legado teórico* (HALL, 2013, p, 237).

Enfrentar o desconhecido, seja através do âmbito teórico ou ideológico, desconfiar de certezas estabelecidas, são os perigos que possibilitam o avanço do pensamento crítico e a abertura para o novo, mesmo que este esteja já marcado pela sua exaustão (SOUZA, 2002, p.12).

No discurso vigente da minha infância, criar problema era precisamente o que não se devia fazer, pois isso traria problemas para nós. A rebeldia e sua repressão pareciam ser apreendidas nos mesmos termos, fenômeno que deu lugar a meu primeiro discernimento crítico da artimanha sútil do poder: a lei dominante ameaçava com problemas, ameaçava até nos colocar em apuros, para evitar que tivéssemos problemas. Assim, concluí que problemas são inevitáveis e nossa incumbência é descobrir a melhor maneira de tê-los.

Judith Butler, em *Problemas de gênero* (BUTLER, 2018a, p. 7)

A literatura vai mudar o mundo? Talvez não, mas há felizes ocasiões em que ela é capaz de causar uma "reversão das expectativas".

(Aguinaldo Silva, *A literatura vai mudar o mundo?* Jornal Opinião, 1973, Edição 11).

CONTESTAÇÃO E RESISTÊNCIA AOS ANOS “MAL-DITOS” DO REGIME MILITAR (pós-1964) NA ESCRITA LITERÁRIA DE AGUINALDO SILVA

RESUMO

No exercício de crítica literária deste recorte, iremos nos debruçar sobre o valor ensaístico, poético, narrativo, memorial, testemunhal e biográfico da escrita de Aguinaldo Silva. Colocamos em análise os livros *No país das sombras* (1979) *Memórias da guerra* (1986) e *Lábios que beijei* (1992). Nesse sentido, somamos esforços na promoção do resgate de autores, obras, temas e personagens referentes à sigla LGBTQIA+, o que foi negado e subestimado pela academia, pela crítica e pelo cânone literário. Tarefa necessária em tempos de ascensão do fascismo e obstrução da ampliação de direitos e políticas públicas para os grupos LGBTQIA+. Na abordagem do texto em questão, buscamos revisitar a ditadura militar brasileira (1964-1988) observando o *modus operandi* ideológico e prático da repressão a cidadãos homossexuais brasileiros. Identificamos na obra, a presença de uma *estética lampiônica* que engendra representações autoafirmativas acerca do sujeito homossexual, ao questionar, por meio de seu ato ficcional e biográfico a imagem do homossexual frágil, erigida pelo sistema cis-hétero-normativo e viril. Por meio de nosso gesto de resgate literário, valoriza-se a riqueza estética, histórica e política do autor. Dessa maneira, intentamos a reabilitação do papel autoral *(literário)* de Aguinaldo Silva – preso, censurado e importunado pela repressão por ser homossexual, em paralelo à sua atuação ativista na resistência ao regime militar-, enquanto jornalista do *Lampião da esquina* (1989 – 1981) e ativista homossexual que lutou pela consolidação da democracia e dos direitos das minorias durante o regime militar.

Palavras-chave: Memória LGBTQIA+; Literatura *de Aguinaldo Silva*; Política sexual da ditadura militar (pós-1964); *Estética lampiônica*; Lampião da esquina.

CONTESTATION AND RESISTANCE AGAINST THE "UNSPOKEN/CURSED" YEARS OF BRASILIAN MILITARY REGIME IN THE LITERARY WRITING OF AGUINALDO SILVA.

ABSTRACT

In this exercise of literary criticism of , We will focus on the essayistic, poetic, narrative, memorial, testimonial and biographical value of Aguinaldo Silva's lirerary writing. We analyzed the books: No país das sombras (1979) Memórias da Guerra (1986) and Lábios que beijei (1992). In this sense, we added efforts to promote the rescue of authors, works, themes and characters referring to the acronym LGBTQIA+, which was denied and underestimated by the academy, the lirerary criticism and canon. A Very necessary task in times of fascism rising and obstruction to the expansion of civil rights and public policies for LGBTQIA+ comunity. In approaching the text in question, we seek to revisit the Brazilian military dictatorship (1964-1988) observing the ideological and practical modus operandi of repression against Brazilian homossexual citizens. In the work, we identified the presence of a lampionic aesthetic that engenders self-affirmative representations about the homosexual subject, by questioning, through his fictional and biographical act, the image of the fragile homossexual, erected by the cis-hetero-normative and virile system. Through our contribution to the literary rescue, the author's aesthetic, historical and political wealth is valued. In this way, we intend to rehabilitate the authorial (literary) role of Aguinaldo Silva - arrested, censored and harassed by the repression for being homossexual, in parallel to his activism role in the resistence against the military regime - as a journalist at the homossexual newspaper *Lampião da esquina* (1978-1981) and a homossexual activist who foughts for the consolidation of democracy and minority rights during the regime. In the literary analysis of his texts, we identified his attempts to crack the myths of the past, whose shadows are still projected on the contemporary political scene. We observed in its literature, criticisms of the repressive forces and the false moral values enunciated by it. We hope to leave contributions about the homophobic character and the power abuses committed by the State of exception that prevailed at the period analyzed by us.

Keywords: LGBTQIA+ community memory rescue; Aguinaldo Silva's Literature; Sexual policy at the military dictatorship (1964-1988); lamponic aesthetics; *Lampião da esquina*.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO - APONTAMENTOS TEÓRICOS PARA OS CORPOS POLICROMÁTICOS. 10
A crítica e a crítica da crítica crítica 10
Crítica das ontologias de gênero 13
Divisão do trabalho 16

UM LAMPIÃO ACESO, UM CÂNONE EM CHAMAS 19
Literatura e exclusão de temas "malditos" 19
Aguinaldo Silva: ativista ou negacionista? 22
Por uma *estética lampiônica* 28

PANORAMA DO CONTEXTO HISTÓRICO ABORDADO - "AINDA NÃO NOS LIVRAMOS DOS ANOS MAL-DITOS DA DITADURA MILITAR" 32
***Lampião da esquina*: uma publicação de coragem 32**
..... 37
Contrariando os ecos da repressão moral no presente 37
***Epistemologias policromáticas* e o resgate de memória LGBTQIA+ 38**
Questionamento da política (i)moral do regime militar 41

UMA BREVE GENEALOGIA DA HOMOFOBIA 44
Homossexualidade e Homens afeminados para os Gregos 45
Homossexualidade religião e pseudociência 47
Uma crítica que leve a uma nova forma não colonizadora de ser humano 49

RESTABELECENDO OS ELOS DA HISTÓRIA 52
"As origens da nacionalidade" 52
Relendo a opressão, reescrevendo a transgressão 55
O mito = construindo a "substância" natural pelo esvaziamento histórico 58
Um romance contra o fim da história 61

"O IRIS TAMBÉM É BRASIL" 67
"Descobrindo" a presença homossexual no Brasil 67
Memórias da guerra 70
Um serviço de utilidade pública 77
Preservando as memórias da guerra 80

45 DIAS NA SOLITÁRIA POR SER HOMOSSEXUAL 83
"Figuras cuja relevância ninguém ousaria contestar" 83
A prisão política – "pausa para a história com h" 87
Escrita e performance de um corpo queer 93
Solidariedade 100

INCONCLUSÕES 104
Desafios para a crítica cultural e literária 104
Desmascarando o sujeito oculto 112
É preciso meter o dildo na roda da história 116

REFERÊNCIAS 118

INTRODUÇÃO - Apontamentos teóricos para os corpos policromáticos[1].

> A ousadia revelada no rompimento de barreiras disciplinares, de valores estabelecidos, das leituras consagradas do literário e das fronteias do lugar-comum é um dos desafios enfrentados pelos teóricos como signo e marca de um determinado tempo.
>
> Eneida Maria de Sousa (2002, p. 12).

A crítica e a crítica da crítica crítica

O livro a sagrada família, do original *Die heilige Familie, oder Kritik der kritischen Kritik* (1845), que tem como tradução equivalente "A crítica da Crítica crítica", faz um trocadilho com a ideia de se criticar uma crítica que já se considerava crítica. O ato de fazer crítica é um movimento que tem por interesse e motivo, questionar certos dados tidos como naturais, basilares, fundamentais e imutáveis, ligados ao *status quo* e ao *establishment* ou determinado *modus operandi* social, cultural e político. O intelectual jamaicano afrodiaspórico, Stuart Hall, destaca que fazer crítica é na verdade expor os limites e a insuficiência de um pensamento, apontando assim a necessidade de atualizar e expandir um esquema ou categoria interpretativa, para outra mais eficaz, pertinente e útil.

No presente contexto político em que vivemos, há uma disputa travada entre setores obscurantistas e progressistas em nosso país. Os primeiros empenharam uma verdadeira cruzada para deslegitimar o pensamento crítico cultural e qualquer possibilidade inventiva de avanço econômico, social e cultural. Para esta "nova direita", os movimentos intelectuais de descolonização do pensamento e dos poderes elitistas, são homogeneizados e estereotipados por meio da nomenclatura "marxismo cultural", representando uma espécie de guerrilha intelectual promovida por acadêmicos de ciências humanas. Para eles, é por meio de uma dita doutrinação marxista que os pesquisadores, estudiosos e cientistas das humanidades querem perverter a população com ideologias de negação da natureza, do corpo e da sexualidade "correta". Esses estereótipos operam formas de negar as contribuições do pensamento crítico e pós-crítico para uma compreensão

[1] Termo inspirado no conceito de sociedade monocromática, desenvolvido por Renato Peruzzo (2019), pesquisador vinculado ao Programa de Pós-graduação em Letras: Linguagens e Representações (PPGL), no âmbito de sua dissertação: *Sociedade monocromática (re)existências coloridas: alteridades LGBTQI+ em contos de fadxs contemporâneos*.

da sociedade, política, cultura e economia pautadas na soberania do país e no desenvolvimento social.

Acredito que aqui procuramos seguir uma linha mais aproximada do pós-critica, embora respeitando e até referendando (a partir de leituras atuais, ou seja, revisitações) as teorias críticas conforme a leitura dialógica apresentada por Hall (2013) nos textos: *Para Allon White* - Metáforas de transformação e *O problema da ideologia* - O marxismo sem garantias presentes na coletânea organizada por Liv Sovik *Da diáspora* – identidades e mediações culturais. Embora alguns apontem tensionamentos e divisões, Eneida Maria de Souza (2002)[2], ao refletir sobre estruturalismo e pós-estruturalismo no desenvolvimento da crítica literária, cultural e da literatura comparada no seu *Crítica Cult*, aponta que essas teorias convivem de forma contraditória em diferentes análises do campo de linguagens nas universidades brasileiras. De maneira similar, Hall (2013) aponta como pouco produtiva, a dicotomia entre modernos e pós-modernos, "culturalistas" e "economicistas". Sendo assim, ambos pesquisadores apontam a possibilidade de articulação entre ambas (estruturalismo / pós-estruturalismo), apostando nas suas potências e superando as diferenças. Eles tentam nos mostrar que existe uma postura, olhar e metodologia crítica, em ambos momentos científicos da linguagem, que vem e voltam, que sobrevivem ao tempo e que continuam movendo questionamentos: "Essas ideias voltam, assim como foram. Passageiras, provocadoras de novos questionamentos, com diferentes cores e perfumes, podadas com tesouras mais ágeis e revigoradas pelo olhar atento do presente" (SOUZA, 2002, p. 33). Isso parece provar que crítica e pós-crítica não se sucedem de forma dialética, e podem conviver entre si dialogicamente, com o questionamento dessa (o pós) renovando e ampliando o campo de análise e objetos daquelas (a crítica).

Termos como "pós-marxismo" e "pós-feminismo" elaboram fortes críticas a seus sufixos, porém sem menosprezá-los ou abandoná-los, apontando os limites de seus modelos universais: "Não há lugar, portanto, para o artefato controlador do pensamento universal, quando o interesse do trabalho interpretativo se abre para as questões culturais, pelas diferenças históricas e particularidades do gesto enunciativo" (SOUZA, 20002, p. 34). Em sintonia com Souza (2002), no texto

[2] Texto do Livro, *Crítica cult*, 2002.

Teorias pós-críticas, política e currículo, a professora Alice Casimiro de Lopes adota uma prática hibrida entre os dois termos da discussão:

> Tentando afastar-me do gradualismo, da ideia de progresso linear, busco operar com o hibridismo entre e nas correntes teóricas. Esse hibridismo leva-me a tentar compreender traços, sempre derridianamente suplementados, do passado no presente. Tal movimento também se associa à própria desconstrução dos limites espaço-temporais (LOPES, 2013, p 10).

Dessa forma, podemos operar um movimento entre passado e presente, sem propor rupturas dramáticas, mas enunciando necessárias e urgentes vozes radicais de nosso tempo, tal como Marx e Engels foram no seu, tal como: Butler, Preciado, Helena Vieira, a exemplo, são para o nosso recorte e para o campo dos estudos de gênero e sexualidade. Esse referencial foi pensado para um exercício de crítica literária e cultural que: a) traga mais potência, produtividade e dialogicidade para com na abordagem de temas e sujeitos LGBTQIA+; b) dê conta de questionar a "natureza" e a "substância" de mitos do Eu hétero-cis-sexual que produzem o espaço de violência e abjeção, e reservam-no ao "Outro" homossexual e transexual; c) resgate a memória LGBTQIA+ durante o regime militar, d) promova a rasura da univocidade irradiada pelo Estado de exceção que demarca o período analisado; E) se coloque contra o estado de coisas que, deitado sob a sombra da democracia liberal, novamente tenta impor-se à força da violência, das *fake-news* e do conservadorismo no tempo presente.

Os fatos históricos que circunscrevem as narrativas aqui analisadas são na tese de doutorado *Contra a moral e os bons costumes:* A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988) (Quinalha, 2017); nos livros: *Além do carnaval* – A homossexualidade masculina no Brasil do século XX ([2000] 2018); *Devassos no paraíso*: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade; Trevisan (2018); e nas organizações de estudos: *Ditadura e homossexualidades:* Repressão, resistência e a busca da verdade (GREEN; QUINALHA [orgs.] 2018) e *História do movimento LGBT no Brasil* (GRENN; QUINALHA; CAETANO; FERNANDES [orgs.] 2018). Esses estudos ilustram documentos, eventos, fatos e personalidades que enfrentaram o regime e garantiram (com sangue e suor) a consolidação das lutas LGBTQIA+ que culminaram em uma série de ações pela defesa por direitos civis, direito a autoestima e direito a busca pela dignidade. Dessa forma, os estudos de

gênero provaram que têm muito a contribuir para a política e o desenvolvimento da ciência. Se por um lado propõem uma postura de pesquisa engajada com os temas que investiga; por outro, buscaram respostas para a identidade que superaram as explicações baseadas em uma natureza essencial. Suas perguntas transcenderam as explicações teológicas e moralistas da tradição. Sua prática político-científica empurra o pensamento critica para uma postura genuinamente científica na qual o compromisso é com as possibilidades da investigação e não com os limites da cultura e da tradição.

Crítica das ontologias de gênero

Stuart Hall (2013), no texto *O problema da ideologia o marxismo sem garantias*, relê a produtividade do conceito de ideologia proposto por Marx, rediscutindo-o para o seu uso nos métodos de análise das teorias da linguagem, comunicação, discurso e representação; conjuntos que dialogavam com as proposições diversas e variadas dos estudos culturais. A leitura de Hall parece reafirmar o privilégio das “lentes de Marx” para a crítica cultural, desfazendo a polarização economicistas x culturalistas, revitalizando as discussões acerca da ideologia como instrumento analítico de pertinência na sua relação com as questões de linguagem e representação.

Por um ponto de vista mais filosófico, num estudo epistemológico que concebe a crítica proposta por Marx como uma crítica ontológica, Mario Duayer, no texto *crítica ontológica em Marx* (2015) parece seguir os apontamentos de Hall. Ele afirma que toda crítica deve ser crítica da ontologia, pois seu trabalho é operar um movimento que supere os pressupostos do interior de uma tradição com o intuito de desconstrui-la, deslocá-la e transformá-la: “A crítica exercida entre tradições, a crítica ontológica [...] dirige-se precisamente aos pressupostos estruturais da tradição criticada. Em consequência, tem de ser crítica que refigura o mundo, que põe e pressupõe outra ontologia” (DUAYER, 2013, p. 124). Segundo o autor, discorrer sobre uma crítica ontológica, é “tomar as ideias do outro e mostrar que tais ideias são insubsistentes (falsas, superficiais) em seus próprios termos.” Nessas colocações, cabe ao crítico mostrar porque ideias limitadas e insuficientes têm circulação social, já que “se ideias falsas e superficiais informam as ações dos

sujeitos, os sujeitos não podem realizar o que pretendem em sua prática." (DUAYER, 2013, p. 134-135).

Seguindo essa linha crítica que parece prosseguir no desenrolar do novelo crítico do marxismo e suas refrações nos estudos de gênero, a pensadora pós-estruturalista Judith Butler (2018a), presume que o "ser" de um gênero é "um efeito", que para ela deve ser o objeto de uma investigação genealógica que mapeie os parâmetros políticos de sua construção no modo da ontologia. Este aspecto se relaciona com a afirmação de Duayer:

> [...] a crítica epistemológica se converte em crítica ontológica, crítica das próprias estruturas sociais que, por gerarem e exigirem ideias falsas, têm de ser transformadas. Acredito que essa descrição da crítica ontológica feita por Bhaskar sintetiza em grandes linhas o tipo de crítica realizada por Marx em suas obras (DUAYER, 2013, p. 135).

Portanto ela move uma "crítica ontológica" contra categorias "tradicionais" de sexo/gênero, deslocando prerrogativas "naturais" e "biológicas" que colaboraram para construção discursiva do corpo generificado, elevando-o a um efeito de realidade material que é predeterminado pelo nascimento. Assim, em sua leitura do gênero enquanto *performance*, "declarar que o gênero é construído não é afirmar sua ilusão ou artificialidade", mas sim, sua produção discursiva no desenrolar de um processo humano, histórico e social. Essa teorização sugere que certas configurações culturais do gênero cis-hétero-centradas[3] assumem o lugar do "real", cristalizando sua hegemonia por meio de uma "autonaturalização". Seguindo a linha de Duayer, Butler atribui a Marx o pioneirismo de um gesto de crítica ontológica e cultural:

> A genealogia política das ontologias do Gênero, em sendo bem-sucedida, desconstruiria a **aparência substantiva do gênero**, desmembrando-a em seus **atos constitutivos**, e explicaria e localizaria esses atos no interior das estruturas compulsórias criadas pela várias forças que policiam a **aparência social** do gênero. Expor **atos contingentes** que criam a **aparência** de uma **necessidade natural**, tentativa que tem feito parte da crítica cultural pelo menos desde Marx [...] (BUTLER, 2018a, p. 69-70, grifo nosso).

[3] Pessoas cisgêneras são aquelas designadas (pela genitália) com pertencentes a um gênero ao nascer e que continuam se identificando com ele ao longo da vida. Sinônimo de cissexual. Abreviado como *cis*. Afirmar que um pensamento é cis-hétero-centrado, é afirmar que ele gira em torno de uma corporalidade e discurso, que tem o ser humano cisgênero e heterossexual como centro normativo e irradiador regras e normas. A esta leitura, podemos nomeá-lo de cis-hétero-normatividade.

Por meio dessa ferramenta teórica empoderadora utilizada pelos estudos pós-críticos, as perspectivas teóricas que põem em cena as demandas das minorias no campo das linguagens, podem *estranhar* categoriais do conhecimento injustas e reprodutoras de estereótipos das “velhas estruturas”, refigurando categorias plurais, inclusivas e que engendram novas possibilidades de acesso à voz e representação. Portanto, trata-se de uma parcialidade do olhar, já que engendra um ponto de vista que não se pretende universal. A parcialidade advinda de um ponto de vista crítico da experiência de sujeitos excluídos de certos processos, portanto localizado, tem toda uma potência de revelar aspectos silenciados, excluídos e recalcados dos processos; de dizer verdades para além das permitidas e de pluralizar as “tecnologias do olhar” segundo Haraway (1995).

Nossa pratica teórica marcha em conjunto com pontos de vista que busquem desconstruir a literatura tradicional e canônica do seu posto de alta cultura, calcado em uma textualidade que privilegia as produções de corpos oriundos das classes médias. Dessa maneira, intentamos por liberar a potência de temas e sujeitos LGBTQIA+, bem como suas histórias, corpos, desejos sexuais, práticas políticas e atos contra o controle e a disciplina de seus corpos e mentes, no campo de estudos da literatura, da historia, da memória, da filosofia e da linguística. O rompimento das amarras conservadoras, pseudomoralistas e pseudocientíficas da crítica e dos críticos, se caracterizam como urgência apresentada pelas demandas corporais de sujeitos acadêmicos que fazem parte das minorias sociais. Essa postura de critica cultural tem ganhado cada vez mais solidez na área de linguagens e representações.

Nesta empreitada mobilizamos o referencial teórico dos estudos de gênero e do aspecto histórico da repressão às homossexualidades durante o regime militar. Como contrapostura ao esquecimento causado pelo funcionamento do signo mitológico descrito por Barthes (2009), procedemos uma “crítica mítica”, mecanismo de análise que “desvela” o romantismo aparente das categorias naturais e expõe sua face violenta. Por meio de epistemologias policromáticas da história e literatura, além da crítica mítica, buscamos na obra aguinaldiana e nas publicações do *Lampião da esquina*, a silenciada presença dos imorais e dos marginais, corpos que tiveram seu caráter de sujeitos históricos apagados pela narrativa oficial.

Divisão do trabalho

Neste estudo, nos valemos de epistemologias policromáticas para buscar a presença “abafada” e silenciada dos “imorais”, “perversos” e “marginais”, acessando a potência desses corpos representada por Aguinaldo Silva em textos ficcionais e biográficos, são eles: *No país das sombras* (1979); *Memórias da guerra* (1986) e *Lábios que beijei* (1992). Resgatamos os relatos de repressão à homossexualidade, por meio de fontes históricas (analisadas na tese de QUINALHA 2017); jornalísticas (o *Lampião*) e literárias (os textos de Aguinaldo Silva), de forma que pudéssemos expor a restrição das liberdades civis e democráticas, escancarando a doutrina de segurança política e moral do regime militar.

Esse regime se assentou em uma interpretação estritamente conservadora, basilarmente religiosa e fundamentalmente repressiva. Os limites desses regimes discursivos disciplinares (moral, religião, política, medicina e direito) foram politicamente explorados, à luz do horizonte cultural conservador/tradicionalista da época, no qual os militares puderam firmar pactos de conveniência “estabelecidos[4]” com a população, já que esta se mostra incapaz de compreender a raiz histórica e a estrutura complexa dos problemas que os afligem, aspectos desiguais transformados em essência natural aceitável pela ação do mito: o “assim é”, “assim deve ser”, “sempre foi e sempre será”.

Ao longo de nossa reflexão teórica e análise crítica das referidas obras, tentamos traçar paralelos entre as estratégias morais disciplinares do passado com os enunciados políticos moralistas que se proliferam nos discursos políticos (fascistas e de extrema direita) do presente. Em nossa escrita, por vezes, adotaremos uma postura ensaística, colocando o texto literário não apenas como algo a ser interpretado pela teoria, mas sim como ferramenta teórica que nos ajuda a desvendar “os novelos” do poder, da violência, do moralismo militar, da conivência popular e a projeção de seus fantasmas no presente político que vivemos. Destarte,

[4] Afirmar que esses “pactos” foram “firmados” configura uma metáfora analítica, pois estamos falando de aspectos que rondam o horizonte da ideologia, da cultura, da representação e do imaginário social de parcela da população. Essa mesma espécie de “pacto” é utilizada hoje como maneira de neutralizar os setores mais pobres da população, na ausência de um discurso conservador de “proteção da família” cristã, esses poderiam estar em profunda insatisfação com a política econômica do governo atual. Dessa forma, a moral é utilizada como um espantalho político que afasta as forças políticas progressistas do poder executivo e legislativo.

O texto literário deixa de ser apenas objeto de análise e se apresenta também como ferramenta teórica para recontar histórias pelo prisma da pluralidade.

Em **Um lampião aceso, um cânone em chamas**, nós abordaremos o tratamento que os textos contendo temas homoeróticos receberam dos manuais literários e o porquê de não terem recebido a atenção devida por parte da crítica. Nesse contexto, explicamos o motivo da escolha dos textos literários de Aguinaldo Silva, por seu cunho estético, biográfico e testemunhal para desenvolver a nossa proposta.

No **Panorama do contexto histórico abordado,** faremos uma exposição do cenário repressivo que permeia dita "abertura política" do regime militar, período em que surge o jornal homossexual *Lampião da esquina*. Através de nossa leitura, articularemos história, teoria e ativismo para desvelar e combater os *mitos* morais do presente conservador e neofascista como repetição do passado. Ali expomos as tecnologias analíticas que utilizaremos para o resgate de memória LGBTQIA+ com base nas *epistemologias policromáticas* da teoria pós-crítica.

Abrindo as análises literárias em **Restabelecendo os elos da história em *No país das sombras* (1979)**, buscamos promover rasuras ao caráter heteronormativo da historiografia tradicional por meio do romance. Aqui, lançamos olhares sob o ato ficcional presente no trágico desfecho do relacionamento amoroso entre dois soldados "*del-rey*": Antônio Bentes de Oliveira e Pedro Ramalho de Sá, condenados por conspiração contra a Coroa portuguesa, no século XVII. Nessa obra, o escritor traça paralelos entre a conspiração, e a repressão sexual e política durante a ditadura militar no Brasil (1964).

Em **O Iris também é Brasil**, analisaremos *Memórias da Guerra* (1986), obra que reúne aspectos da ficção, memória e jornalismo, no qual um sobrevivente (o próprio Aguinaldo Silva) da "guerra moral" movida pelo regime militar contra os cidadãos subalternizados pelo poder público, presta seu testemunho à história e memória da Lapa (RJ) e dos confrontos com o regime militar. Contrariando o projeto higienizador que tentou silenciar e sufocar a proliferação de identidades "degeneradas", o escritor desmascara a tentativa do poder autoritário em silenciar a incômoda presença dos homossexuais, bichas, travestis e prostitutas por meio de sua ficção, biografia, jornalismo.

Para dar conta do narrador andrógino de A.S, em **Uma breve genealogia da homossexualidade**: buscamos investigar "origens" do preconceito contra homens

afeminados, fincadas na produção da virilidade como valor positivo, transmutada em nossas sociedades pela figura do homem-macho-viril-ativo. Este aspecto foi observado por Foucault desde os gregos, mesmo havendo naquela sociedade a permissão do fluxo de encontros entre homens, a prática deveria ocorrer sob determinadas normas, não sendo tão livre quanto sugeriram algumas análises (pró-ativismo) apressadas. Perceberemos que a demarcação da feminilidade como o território da invirilidade e passividade materializa a inferioridade da mulher e o desprestígio do homem afeminado.

Em **45 dias na solitária por ser homossexual**, analisaremos *Lábios que beijei* (1992), livro que narra (de forma biográfica memorial) as peripécias vivenciais e amorosas de A.S enquanto “escritor-bandido” e “repórter-marginal”, no contexto da repressão. Iremos nos debruçar sobre o valor ensaístico, narrativo e biográfico manifestados no capítulo "Pausa para a história com H", bem como nas figuras e imagens críticas e poéticas presentes na imagética do jornalista, no relato de sua prisão ilegal, ou seja, do seu sequestro pelas forças da repressão. Essa ação foi possibilitada pelo AI 5, no ano de 1969, episódio no qual o autor ficou desaparecido por 70 dias, tendo passado 45 desses deles na solitária da Base dos Fuzileiros Navais de Ilha das Flores (BFNIF) de São Gonçalo-RJ.

Nas **Inconclusões**, colocaremos problematizações para pesquisadores das ciências humanas e dos campos de intersecção com os estudos de gênero. Ali traremos reflexões ensaísticas acerca da teoria literária e dos corpos (e *corpi*) desprivilegiados que vêm cobrando o seu lugar neste *território contestado* que é a literatura brasileira contemporânea.

UM LAMPIÃO ACESO, UM CÂNONE EM CHAMAS

Literatura e exclusão de temas “malditos”

Para tecer uma crítica da ontologia de gênero na literatura, é necessário entendermos que o cânone literário atua para o estabelecimento e a fixação de uma ontologia cis-heteronormativa. Em *Personagens travestis em narrativas brasileiras do século XX*: uma leitura sobre corpos e resistências (2017) Carlos Eduardo A. Fernandes e Liane Schneider avaliaram os manuais tradicionais de história da literatura mais divulgados nos cursos de letras (FERNANDES; SCHNEIDER, 2017, p. 51). Eles concluíram que “É comum não encontrarmos menção a obras de temática homoerótica em compêndios mais tradicionais ou, quando a obra é mencionada há suplantação desse tema.” (FERNANDES; SCHNEIDER, 2017 p. 51). Ao colaborarem para a crítica desse aspecto excludente, omisso, pudico e silenciador do cânone e da academia, os autores intentam por rasurar uma ontologia de gênero normativa na literatura:

> É importante perceber que a omissão de obras de temática homoerótica e das personagens travestis confirma, no cânone da literatura brasileira, a observação de Crystófol Y Sel (2008) de que a censura é característica da constituição dos cânones literários; censura essa que se configura não só pela omissão, mas pelos comentários negativos em torno da literatura homoerótica (FERNANDES; SCHNEIDER, 2017, p. 52).

Dessa forma, tendo em vista que “a simples divulgação do tema da homossexualidade de forma não medicalizada poderia ter sua circulação proibida” (LOPES, 2014, p. 282), é claro que os autores que desenvolvessem temas considerados como polêmicos ou como tabu pela guerra política e moral travada pelo regime contra a insurreição à sua ordem, estariam, por excelência, impedidos de entrar no estabelecimento do cânone. Exemplo disso foi a extensa, apreciada e sexualmente subversiva obra da escritora Cassandra Rios, que “provocou o sucesso de público, chegando a vender mais de cem mil exemplares em um ano” (FERNANDES, SCHNEIDER, 2017, p. 52), tendo 36 dos seus 50 livros censurados, a autora vendeu mais que Clarice Linspector[5]. Mesmo assim não foi registrada nos

[5] Disponível em: https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-cassandra-rios.phtml.

manuais nem à época, tampouco a posteriori. Essa omissão também pode ser qualificada como uma postura de censura por parte das instituições que legitimam a literatura, o livro, e a literariedade, o valor atribuído ao objeto livro.

O movimento estético/crítico de ação teórica a se fazer é duplo: A) o de entender questões pertinentes aos estudos de gênero e sexualidade, paralelo a B) selecionar nessas obras, imagens e representações que cristalizem referenciais positivos, para que sujeitos “colocados” fora do padrão tenham o direito de se identificar com outras histórias e narrativas semelhantes às suas, nas quais possam se ver como pessoas “normais” e saudáveis, se autoafirmando enquanto rasuram e ressignificam construções culturais mediadas por uma sociedade machista e homofóbica. Na ditadura militar, o acesso a um regime plural de inteligibilidade era interditado pela política sexual da moral vigente. Justamente por isso, no tempo atual “é difícil entender o significado e os efeitos da censura nas vidas de jovens gays e lésbicas, que viviam a experiência política de uma ditadura e que, pessoalmente, estavam descobrindo a sua sexualidade” (COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE, p. 306). Na retomada dessas questões, pode-se garantir uma honesta compreensão do passado de violências e negação de direitos, projetando sua superação para o futuro e agindo para que a realidade dessas pessoas seja diferente no presente.

No texto *Essas histórias de amor maldito,* João Silvério Trevisan (que foi companheiro de redação de Aguinaldo Silva, no jornal o *Lampião da esquina*) investiga o contexto de produção polêmico que envolve o romance *Bom crioulo* (1985) - livro que narra a paixão naturalista de dois marinheiros – do cearense Adolfo Caminha (1867-1897). Esse livro foi proibido em bibliotecas escolares e públicas durante várias décadas, pois causou revolta na armada da marinha brasileira, por expor a homossexualidade latente no meio militar; suas foram edições apreendidas durante a ditadura do *Estado Novo* (1937). A publicação foi taxada de comunista, adjetivo que parece surgir sempre que algo ousa questionar as prerrogativas moralistas e a sexualidade reprimida de nossa sociedade religiosa. A obra permaneceu marginalizada ainda no ano de 1983 (quase cem anos depois), quando foi vetada pelos editores do *Jornal A Tarde*, de São Paulo, por desagradar os donos do periódico. Trevisan afirma que:

> Para o estudioso de literatura Horácio Costa, o massacre histórico em torno de Bom-Crioulo resultava de um rechaço premeditado ao tema “desviante” da homossexualidade, provocando uma “obnubilação de tipo ideológico”: em nome dos bons costumes e não da literatura. “tudo acontece como se nada tivesse acontecido”. Daí a “conspiração de silêncio” que cercava esse romance [...] tornou Adolfo Caminha o nosso maior “maldito” (TREVISAN, 2018, p. 245).

Por meio desses estudos sobre o silenciamento de temas e autores homoeróticos por parte da crítica e do cânone literário, podemos ter uma “ilustração” do comportamento reativo do Estado e da sociedade contra a abertura da discussão acerca da temática homossexual. Fato semelhante ocorreu ao escritor carioca João do Rio (1881-1921), literato de “conhecidíssima homossexualidade. Obeso, mulato, homossexual e afetado” (TREVISAN, 2018, p.250), que foi objeto de humilhações e zombarias por parte do meio jornalístico de sua época sendo “reabilitado” somente no fim do século XXI. Esses aspectos contribuíram para colocar a temática e os sujeitos homossexuais nas sombras do gueto e do estigma, no campo do que não deve ser enunciado, numa camada doentia e herética do simbólico.

Por estarem em sintonia com a conquista de espaço LGBTQIA+ e com a luta desses grupos no presente, Fernandes e Schneider (2017) propõem uma alternativa contra o silenciamento e a estigmatização que sofreram esses escritores: a responsabilização da crítica especializada no “papel de resgatar, discutir e tornar visíveis, aquelas narrativas específicas que problematizem questões de minorias culturais, étnica e sociais, como tem ocorrido com a literatura feminina, com a literatura negra e com a literatura homoerótica” (Fernandes; Schneider, 2017, p. 53). Através desse apontamento prático, prosseguiremos nossa breve contribuição.

Para realizar essa proposta, vamos analisar: a) A produção pouco trabalhada do autor Aguinaldo Silva, seu papel como agente histórico à época: na atuação política, jornalística e literária. b) Como o autor tematiza o autoritarismo e a resistência/sobrevivência de pessoas marginalizadas, personagens femininas e LGBTQIA+ no período delimitado 1964-1988, da ditadura cis-hétero-militar. Essa peculiaridade torna vital para sua compreensão, as releituras de Michel Foucault acerca da operacionalidade difusa, dispersa e articulada do *poder*, desenvolvidas na história da sexualidade (1976), que não é executado apenas por “um soberano”, mas também por uma teia discursiva e complexa que permeia - e está rizomizada contrariando a ideia de enraizada - toda a sociedade.

Não podemos deixar de fora, uma compreensão da importância do “jornal homossexual” do *Lampião*, como instrumento de leitura do contexto de vivência e produção literária e jornalística de Aguinaldo Silva. Sendo assim, captamos no jornal, a postura irreverente de seus editores, da qual metaforicamente, desenvolvemos a nossa ideia de uma estética literária *Lampiônica*, uma fotografia de uma posição política e estética que pode ser encontrada tanto no jornal quanto na obra *aguinaldiana*: uma postura homossexual autoafirmada que não aceita o gueto moral e simbólico, que exerce movimentos de denúncia e mobilização, ao realizar o desvelamento da condição em que estavam colocadas as pessoas LGBTQIA+ (diversidade que à época era nomeada de forma homogênea como homossexual) contra a situação de opressão e violência impetrada pela sociedade e seus poderes constituídos. Consideramos que essa estética seja, não apenas um mecanismo de análise literária, mas também uma ferramenta de leitura semiótica e discursiva para entendermos, através das tragédias do passado ditatorial, as farsas do presente político conservador, homo-lesbo-transfóbico, antipopular e elitista que estamos (re)vivendo no Brasil contemporâneo.

Aguinaldo Silva: ativista ou negacionista?

Aguinaldo Silva é um conhecido dramaturgo, escritor, roteirista jornalista e cineasta brasileiro. Entretanto, a profissão que o consagra nacionalmente é a de telenovelista da Rede Globo, que o torna popularmente conhecido por diferentes gerações e classes sociais, uma personalidade que está nas mídias de massa. No entanto, o autor e pouco conhecido como escritor de uma extensa, e subversiva, narrativa literária produzida no período da ditadura civil-militar (1964-1988). História, literatura e Vida se enredam de forma proposital e assumida na escrita deste autor, que durante a década de 1970 colaborou com os jornais alternativos *Opinião* e *Movimento*, ambos de resistência ao Regime Militar. Sua trajetória foi marcada pela presença em circuitos alternativos de contestação e resistência, além da compreensão de sua participação no *Lampião* como uma forma de ativismo e militância Homossexual. Esse fazer, essa militância marcam sua escrita literária, colocando no palco do foco narrativo, um narrador sempre crítico dos problemas sociais e políticos brasileiros, da desigualdade social, da corrompida hipocrisia moral

e religiosa do Estado e sociedade, da homofobia e limitações morais também no seio da esquerda, além das práticas de abuso de poder características do regime militar.

No livro *Protesto e o novo romance brasileiro* (2000), o brasilianista Malcolm Silverman classifica alguns dos textos de Aguinaldo Silva como “romance problema”, “romance jornalístico”, “romance-reportagem” e “romance realista-político”. Silverman define o romance jornalístico como um território no foi é narrado o que não poderia ser dito nos meios de comunicação controlados e policiados pelo Estado, por conta desta pouca visibilidade, o gênero ganhou o espaço narrativo necessário para sua proliferação. Diferente de um jornal, acaso fosse questionada pelo regime, um romance do gênero poderia se valer da máxima de que não relata a realidade, mas sim, que narra que a ficção. O desenlace do processo de prisão do escritor Renato Tapajós por seu romance *Em câmera Lenta* (1977) é um exemplo disso e rendeu 10 dias de incomunicabilidade para o autor. Por ter pouco alcance ao grande público e por não se tratar de um espaço de narração assumida da verdade, esses gêneros descritos por Silverman gozaram de certa “autonomia” e “Liberdade”. Diferente do caso da escritora Cassandra Rios, uma literata que vendeu muito e que atingia grandes públicos, os gêneros avaliados por Silverman pertencem à um setor da classe média intelectual, por isso, a publicação desses romances, - também por não tratar do tema explicitamente político criminalizado pelo regime - chamou menor atenção ao regime:

> Desde a ditadura de Vargas, o romance jamais servira tanto de veículo para disseminar a realidade nua e cruel na qual estava imerso o país, e onde buscava sua inspiração. Nisto reside sua importância, pois o romance se desenvolveu de forma vigorosa, **enquanto os meios convencionais de comunicação estavam bloqueados**. Ele apresentava o *outro* Brasil, através de duro realismo, autobiografia semificcionalizada [...] Esses romances-testemunho tendiam com poucas pretensões criativas, a expor, de modo amplo, como também pela primeira vez, os horrores recentes da repressão interna [...] (SILVERMAN, [1998] 2000, p. 34, grifo nosso).

Por isso, essa literatura pode ser investigada como fonte privilegiada de conhecimento sobre o período, principalmente pelo enfoque das formas de repressão (política e cultural) e mais especificamente do público aqui tratado, os cidadãos brasileiros LGBTQIA+. Essas obras enunciaram questionamentos que

permaneceram silenciados por versões dos fatos impostos à força. Esses romances reescrevem a história na medida em que rasuram uma narrativa oportunista, anti-histórica e mitológica (na definição de Barthes 2009) que nega fatos escondidos pelos controladores de conteúdo: os dispositivos de censura que funcionavam sobre a égide dos valores da ditadura.

Seguindo essa linha de releitura, procuramos seguir o conselho do historiador Carlo Ginzburg de "[...] reconduzir ao conhecimento histórico não mais fenômenos aparentemente atemporais, mas fenômenos aparentemente negligenciáveis" (GINZBURG, 1989, p. 10), os rastros e sinais que nos permitem construir outras facetas, pouco revisitadas, mas bastante produtivas, de Aguinaldo Silva e do seu contexto histórico. Os objetos privilegiados para a "reconstrução" dessas verdades são: sua "esquecida"[6] literatura de contestação ao regime militar; sua posição de ativista em relação à causa dos homossexuais e contra formas de desigualdades e violação dos direitos humanos que marcaram regime militar.

Nos textos de Silva – (que daqui para frente passará a ser referido como "A.S") por nós investigados, Identificamos características literárias como memória, ensaísmo, ficção e autobiografia, elementos que conjugam facetas indissociáveis para uma análise coesa de sua atuação como escritor no contexto referido: sua condição de repórter policial, jornalista e ativista homossexual que o colocaram na condição de opositor ao regime militar de 1964, tendo sido, mais de uma vez, punido e perseguido por ele. A posição de relevância e produtividade de A.S no *Lampião* levou-o a estar sempre em proximidade com os problemas sociais das classes populares nas décadas de 1980 e 1990. Por isso, sua atuação como ativista e repórter policial é inseparável de seu fazer literário, de forma que somente num esforço de entrecruzando de vida, contexto e literatura – à la Bakhtin -, poderíamos dar conta da potência política, poética, estética, ensaística, e *queer* do autor. Como jornalista, foi processado duas vezes por crime de opinião (Lei de Imprensa n. 5.250/67), como o escritor, ele teve o de seu livro *Dez histórias imorais* (1967) censurado, fato ocorrido nove anos após a publicação, num contexto explícito de retaliação por sua atividade jornalística no *Lampião*, esses fatos são avaliados por Sandra Reimão no artigo *Aguinaldo Silva, um escritor censurado* (2009). Realizamos

[6] Por meio de Barthes (2009) iremos apresentar o *esquecimento* dessas obras como uma estratégia política, um ato discursivo do poder repressivo e sua função marginalizadora de relatos incômodos que questionem a sua univocalidade.

um exercício de valorização e solidificação da memória LGBTQIA+ autoafirmada, ao analisar trajetória e as obras desse autor. Assim, somando forças a um projeto de resgate de histórias, pessoas, temas e obras que contribuíram para a consolidação dos direitos políticos deste grupo social à época do regime militar. Dessa maneira, podemos reconectar os elos da corrente, ao traçar "genealogias" do ativismo homossexual e seus expoentes ativistas. Esses brasileiros foram vitais na luta pela consolidação e ampliação dos significados de democracia e direitos civis, sentidos que continuam em constante disputa no presente.

Para o historiador James Green (historiador e ativista que também foi editor do *Lampião*), que comenta a atuação do escritor no *Lampião da esquina* "Aguinaldo Silva trazia sua experiência como repórter criminal para criar retratos realistas da corrupção, violência e decadência urbanas" (GREEN, 2019, p.427). Nesse comentário, percebemos a importância da atuação de A.S, que não pode ser esquecida pelo trabalho da história, memória e resistência durante o regime, pelo motivo de o autor parecer menos preocupado com essas questões no presente. Por isso, tratar a figura de A.S como um resistente à ditadura militar, poderia gerar ambiguidade e contradição, se comparadas, sua atuação como ativista (no passado), com suas falas conservadoras e negacionistas do presente, manifestadas em entrevistas, em suas redes sociais e no seu blog pessoal. Ora, uma das marcas de A.S sempre foi o seu tom polêmico:

> Quando fui preso pela ditadura em 1969 houve um bochincho entre colegas jornalistas segundo o qual eu estava em cana por ser gay. Não foi o caso, mas se fosse eu teria sido o único preso pela ditadura por ser um, digamos, 'divergente sexual'. Valia uma nota de pé de página, né?7.

A imagem de escritor crítico e engajado, construída durante a ditadura militar parece se modificar a partir do ano de 2006, quando ele começa a escrever títulos no qual estavam "já totalmente neutralizadas as temáticas que conferiram a ele o perfil de escritor politizado e comprometido com a visibilidade e a voz dos marginalizados e excluídos do sistema social" (HOLANDA, 2012, p. 25). A publicação reflete um claro caso de negacionismo[8] histórico, amplamente refutado

---

[7] Reprodução de post do *twitter* (09:22 - 6 de jan de 2019) Disponível em: https://rd1.com.br/aguinaldo-silva-lembra-fake-news-da-epoca-em-que-foi-preso/.

[8] O termo negacionismo é definido como a rejeição de conceitos básicos, incontestáveis e apoiados por consenso científico em favor de ideias tanto radicais quanto controversas.

pelas pesquisas publicadas no recorte LGBTQIA+ da comissão nacional da verdade (2016). A opinião emitida na publicação, na verdade é uma contradição com a própria história do escritor, tendo em vista que ele assume no livro *Lábios que beijei* (1992), que sua prisão foi ilegal e que sua permanência no cárcere teve caráter político, moral e homofóbico. Essa posição é reafirmada por ele próprio no presente, na publicação do texto de seu *blog* pessoal *Toda censura é imoral*[9]. Esses posicionamentos formam um mosaico de contradições nas quais: por vezes ele se posiciona contra a censura, por outras defende pessoas que a põem em prática, como a Ministra da Mulher da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, que segundo ele é "preparadíssima e disposta a fortalecer os vínculos na célula mater da sociedade que é: a família" [10]. Essa afirmação causa espanto aos ativistas que com ele e como ele resistiram à onda moralizadora reforçada durante o regime militar e que de fato nunca perdeu fôlego em discursos moralistas inflamados.

Ao negar pontos de vista outrora defendidos por ele mesmo no espaço intelectual e restringido de seus escritos literários, ele nega fatos históricos que vivenciou com intensidade. Cabe mencionar que, embora que não houvesse lei que justificasse a prisão por conta da sexualidade, havia de dispositivos policiais já existentes que eram "pervertidos" e utilizados para tal propósito. Além disso, como ex-lampiônico e repórter investigativo, o autor tinha pleno conhecimento sobre esses mecanismos de coação e perseguição, afinal ele próprio, não apenas sofreu seus efeitos, como investigou a violação dos direitos civis de gays, lésbicas e travestis entrevistados pelo *Lampião*. A perseguição e os dispositivos utilizados para violar direitos dos cidadãos LGBTQIA+ foram investigados por Renan Quinalha (2017) no terceiro capítulo de sua tese de doutorado: "A violência nas ruas: controle moral e repressão policial*"*:

> Apesar da ausência de legislação expressa criminalizando orientações sexuais não normativas, diversos outros tipos penais foram abundantemente mobilizados para enquadrar os homossexuais e coibir a sua existência aberta. Vadiagem, atentado público ao pudor, corrupção de menores, violação da moral e dos bons costumes, furtos e roubos, uso de drogas, foram alguns dos dispositivos utilizados para instrumentalizar o direito e realizar um controle legal destes grupos, geralmente jogados em um submundo associado a diversos tipos de contravenções e crimes morais ou

[9] Blog pessoal. Disponível em: http://aguinaldosilva.com.br/2018/07/20/toda-censura-e-imoral/.
[10] Postagem no *Twitter* de 4 de janeiro de 2019.

> patrimoniais. A prática policial criminalizava, assim, as condutas que a legislação não definia como delitos penais (QUINALHA, 2017, p. 172-73).

A utilização política da “acusação de vadiagem”, por exemplo, foi usada para enquadrar gays, lésbicas e travestis sem carteira de trabalho que exerciam o direito de ir e vir pelas ruas, essas pessoas eram importunadas por rondas e batidas policias, que tinham como alvo os locais de sociabilidade homossexual. Dessa forma, esses mecanismos contraditórios foram utilizados de maneira autoritária contra gays, lésbicas e travestis. Podemos destacar que A.S, como então editor do jornal homossexual *Lampião da esquina* (1978-1981), assinou textos e editoriais acusando a policia de perseguir homossexuais, como na edição nº 21 do *jornal*, de fevereiro de 1980, que estampava a seguinte matéria na capa do jornal: “Prisão cautelar, mas quem não é suspeito?”.

Capa da edição 21, de fevereiro de 1980.

Em outras ocasiões, o novelista já relativizou o potencial conservador de Jair Bolsonaro e Marcelo Crivella, figuras públicas que guardam semelhanças com os arquétipos de hipocrisia moral e política que figuram a construção de algumas personagens do universo literário *aguinaldiano*. A motivação de suas declarações não será motivo de escrutínio deste trabalho, mas de fato, não apenas o tornam mais relevante, como mais necessário.

Por uma *estética lampiônica*

Como mecanismo interpretativo subversor do *status quo* das ficções e mitos operados pela retórica (de segurança sexual) do regime militar (1964-1968). Delineamos a noção de uma estética lampiônica*,* seguindo a proposição de Butler, colocando em funcionamento a genealogia[11] política das ontologias de gênero brasileiras, que realizariam, por exemplo, a desconstrução da: aparência natural do gênero binário; da valorização hierárquica do poder patriarcal e do estereótipo do homem gay frágil, a "bicha", por localizar os atos de masculinidade e cis-heterossexualidade compulsórios reencenados pelas forças retóricas católico-militar-integralistas que policiam os discursos de natureza e "sacralidade" do gênero:

> 'É esse lugar que a tal conscientização homossexual pretende ocupar – é esse território que a nossa tropa de choque pretende tomar do machismo' [...]O que a gente quer é acabar com essa história de que a nossa vida deve ter limites (e aqui a coisa se aproxima muito do movimento feminista)[12].

A estética lampiônica*,* manifestada, apresentaria "bichas" e homossexuais como guerrilheiras (não comunistas), como a "tropa de choque", soldadas resistentes a uma "guerra suja" engendrada pela política sexual da ditadura militar, e uma "relação de inimizade" contra as pessoas *outsider* do padrão de normalidade posto em funcionamento por uma sociedade cis-heteronormativa. A inspiração para a percepção dessa estética, no delineamento desta noção, fruto do exercício de nossa crítica, encontra-se na interrelação entre a literatura aguinaldiana e a postura crítica dos editores do *Lampião*, que pareciam irradiar e propor esta dinâmica. A justificativa desta postura está presente desde a escolha do nome da publicação, que é marcada por uma posição de vanguarda e resistência, tanto no incipiente movimento homossexual, quanto na defesa da saída do gueto de todas as minorias sociais (assim era colocado pela publicação) presentes em nosso país. Portanto, aos nossos olhos, é o próprio *Lampião* que parece propor o conceito. Nesse

[11] Segundo Moraes (2018), O método genealógico surge como questionamento de leituras metafísicas da história, segundo as quais a pesquisa sobre a origem das coisas apresentaria como resultado sua essência supra-histórica, o que permitiria tanto o reconhecimento de seu valor solene, quanto a descoberta de sua verdade oculta".

[12] Revista Isto É, 28 de dezembro de 1977, p. 14.

exercício de resgate histórico, deve-se delinear não apenas imagens onde os homossexuais foram humilhados, silenciados e violentados como forma de crítica à violência, mas também expor as situações onde esses corpos sobreviveram a situações extremas, e conseguiram se reinventar e ressignificar situações opressivas nas quais utilizaram do afeto, do jornalismo, da arte e do exagero como modo de sobrevivência, como o próprio Aguinaldo Silva:

> Foi muito difícil chegar onde cheguei sem pisar no pescoço de ninguém. Me sinto um vitorioso", diz, ao recordar alguns dos momentos mais difíceis de sua vida como a prisão, em 1968, quando ficou detido por 70 dias depois que a edição do livro Diário de Che Guevara, no qual assinava o prefácio, foi apreendida. 'Os militares acharam ofensivo. Fiquei isolado. Eles achavam que eu poderia subverter a cabeça de todos ali.' Também não esquece o processo que sofreu pela Lei de Segurança Nacional, em 1978, por editar o jornal gay O Lampião. 'Foi o momento mais difícil de minha carreira de jornalista. Havia uma insegurança total e podia ser preso a qualquer momento[13].

Essa sensação de insegurança descrita pelo autor circunscreveu a experiência de vida de uma porção de sujeitos LGBTQIA+ que vivenciaram essa época. A falta de conhecimento dessa historia, ou a falta de sensibilização com as formas de insegurança emocional e física com que esses corpos convivem no presente, demarcam a necessidade de nossa crítica literária mítica. Dessa maneira, destacamos na escrita *aguinaldiana*, a subversão dos estereótipos de fragilidade da "bicha" afeminada, do gay demarcado socialmente por seus "afetamentos" e "maneirismos", divergente do horizonte de expectativas da masculinidade viril compulsória. Em conformidade com as pretensões do *Lampião*, bem como das teorias que aqui serão mobilizadas, na literatura de aguinaldiana não há a defesa de um modelo de homossexual, mas a pluralidade da identidade desses sujeitos. Personagens como *a escritora* (narrador que se identifica pelas memórias do autor pessoa, Aguinaldo Silva), o Alemão, Débora, diferentes travestis: das "cinderelas" (que sonham com príncipes encantados) às "bichas brigadoras", cangaceiras que praticavam assaltos e pequenos crimes. A literatura de silva não é habitada por personagens marginalizadas "coitadinhas", ao contrário "são figuras cuja relevância

[13] Entrevista com Aguinaldo Silva, 2004, na revista *istoégente*, disponível em: https://www.terra.com.br/istoegente/280/reportagens/pers_aguinaldo_silva.htm.

ninguém ousaria contestar" (SILVA, 1992, p. 196), seu olhar para as minorias não as representa de maneira idealizada ou romântica, mas em todas as suas nuances.

A estética lampiônica pode funcionar como crítica das ontologias de gênero que engendram a necessidade de ser heterossexual e cisgênero, porque consagram essas possibilidades como a únicas possíveis, legítimas, sagradas, saudáveis e permitidas por Deus. É importante frisar que, ao relacionar essa estética com um *modus operandi queer*, não podemos afirmar que ela pretenda apenas constituir novas ontologias de gênero(embora isso também seja necessário), mas sim, conforme Guacira Lopes Louro (2018), a manutenção de uma postura crítica à cristalização de ontololologias, que ponha em circuito "um questionamento permanente aos centros". Na linha de pensamento aqui afirmada, reconhecemos a importância da luta pelo fortalecimento e implementação de políticas públicas para aos cidadãos LGBTQIA+ como políticas de reparação e inclusão. No entanto, não se pode apenas investir na defesa da tolerância como garantia de direitos, um "pedir licença" aos "normais" para "poder existir", nem se contentar em barganhar as "migalhas" da cidadania nas democracias liberais. O escritor João Silvério Trevisan vincula-se a este raciocínio, rememorando a década de 1980, ele critica a postura de ativistas descompromissados que cultivavam "passatempos políticos de moda" que "acabam se revelando desastrosos, por seu descompromisso básico e seu oportunismo subjacente" (TREVISAN, 2018, p. 336):

> Muitos tendiam a se concentrar numa postura exclusivamente reivindicatória perante a sociedade e o Estado, ansiosos por elevar o homossexual à categoria de 'cidadão normal', o que lhe retirava toda capacidade de questionar, transformando-o em mero "mendigo da normalidade" (TREVISAN, 2018, p. 336).

Por isso, é preciso apostar no trabalho do conhecimento científico, em investigar as categorias linguísticas que construíram no processo histórico humano, visões de corpo, saúde, sexualidade, homem e mulher. Devemos "evitar a armadilha de tomar como dadas as diferenças e, ao contrário, tornar visíveis os processos sociais que as criam." (MISKOLCI, 2007, p. 12). É o que Butler (2018a) pretende ao afirmar que o gênero é socialmente construído, que a performance além de um ato estilístico que encena algo, é também um ato de repetição e recriação ao longo de um processo histórico, cultural, semiótico, linguístico e psicológico, que materializa

aquilo que (re)apresenta. Para tanto, uma política teórica que visa desconstruir o preconceito de gênero e sexualidade na sociedade, deve apostar não apenas numa postura reivindicatória, mas também na produção de estudos capazes de ressignificar os conceitos enredados pelo “modelo universal” de ser humano baseado na posição de sujeito branco-Cristão-Heterossexuall que sequestrou para si o acesso à representação. A noção de *estética lampiônica* deve presumir ambos os comportamentos, já muito bem delineados pela postura, olhar e enunciação daquilo que os estudos de gênero e sexualidade, por convenção, decidiram chamar de teoria queer: uma forma de ver o mundo crítica, científica e contestadora.

É por encontrar os comportamentos e ecos do autoritarismo, da desvalorização do ser humano e da estigmatização de pessoas LGBTQIA+ ainda nos tempos atuais, que utilizamos da literatura negada/impedida como corpus, como objeto de estudo capaz resgatar os ecos dos esforços daqueles que resistiram e fizeram literatura de protesto[14].

[14] Definição de Malcolm Silverman (2010) para a literatura alternativa produzida durante o regime militar.

PANORAMA DO CONTEXTO HISTÓRICO ABORDADO - “Ainda não nos livramos dos anos mal-ditos da ditadura militar” [15]

Lampião da esquina: uma publicação de coragem

Em entrevista cedida à revista *Istoé* em 1977, na matéria “plataforma para o gay”, Aguinaldo Silva, então colaborador do jornal *Opinião* e membro do conselho editorial de *Movimento*, explica sua preferência pelo nome *Lampião* para o jornal “homossexual” que estava em processo de fundação, Quinalha (2017) explica que “Lampião combinava a referência ao cangaceiro nordestino macho e valente, que era famoso e temido por sua virilidade” (QUINALHA, 2017, p. 280), o que segundo A.S “subverte, de saída, a coisa machista”; “com o sentido de uma fonte de luz capaz de guiar os leitores em meio à escuridão de um regime castrador ou para fora do armário, onde muitos homossexuais ainda se escondiam” (QUINALHA, 2017, p. 280); também porque Lampião era uma personagem, ainda não suficientemente explicada, assim como o homossexual e o seu mundo, ambos estavam nas sombras, no estigma, e precisavam de lá sair. O nome do jornal precisaria mudar, por já existir um jornal gaúcho homônimo, ganhando o adjetivo “da esquina”, o que trouxe mais potência política, já que “remetia a um território urbano tradicionalmente associado à vida noturna marginal das cidades e ocupado por muitos dos gays, lésbicas, travestis e outros grupos “minoritários” aos quais se dirigia a publicação.” (QUINALHA, 2017, p. 281).

Remeter a esses fatos, esses documentos e arquivos analisados em *Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura militar brasileira* (2017) é fundamental à medida que, em alguns de seus livros, a escrita de A.S e a posição do jornal (no qual ele muito influenciou) delineiam uma postura e uma estética lampiônica: uma visão de mundo homossexual crítica, engajada e subversiva (o contexto da época o tornava), que pode ser amplamente identificada na obra do autor Aguinaldo Silva.

---

[15] Jean wyllys no livro *Revolucionário e gay:* A extraordinária vida de Herbert Daniel – pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão (GREEN, 2018).

Seguindo já naquela época, o que hoje seriam orientações de uma política *queer*, “o *Lampião da esquina* não vai falar para os leitores acerca de uma identidade homossexual predefinida” (a homogeneização no movimento da figura de um homem homossexual branco e de classe média), “mas para um homossexual que quer compartilhar sentidos e não encontra semelhantes na grande imprensa” (RODRIGUES, 2014, p. 97). O jornal surge para justiçar uma comunidade até então sem espaços para se expressar, estruturando a criação de um diálogo a nível nacional, ao trazer a “consciência de que se é cidadão e de que a homossexualidade é uma identidade a ser encarada como uma alternativa legítima à heterossexualidade” (RODRIGUES, 2014, p. 98). Diante dessa afirmação, parece importante frisar que, com conceitos contemporâneos desconstrutivos como cisgeneridade, cis-heterosexualidade normativa e cis-heterossexualidade compulsória, torna-se necessário rasurar a ideia de que a homossexualidade seria uma “alternativa legítima à heterossexualidade”, propondo que, na verdade, ambas são possibilidades de se sentir e exercer o desejo sexual; e de que a identidade de gênero, seja ela cis, ou trans, são também possibilidades de identidade, de maneira que as primeiras não devem ser consideradas as privilegiadas de uma relação binária. Para um olhar desatento, talvez não pareça notória a diferença da questão colocada, mas, num olhar antinormalizador, contra hegemônico, e de indisciplina *queer* aos centros de poder simbólico. Não se pode considerar que o múltiplo e o diverso são sempre uma variação do normal, mas sim que ambas as categorias compõem a pluralidade. Essas colocações seguem a linha Foucaultiana de que “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas e os sistemas de dominação, mas aquilo por que se luta, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1999, p.10). Entre o encadeamento e as genealogias traçadas e religadas entre passado e presente, entre o passado que é delineado pela investigação do presente, e o futuro que se pretende construir a partir daqui, parece produtivo invocar a transgêneridade potente de Amara Moira:

> Escrever agora, ora bolas, não era só escrever, mas sobreviver, a gente cavando um futuro para chamar de nosso, insistindo em pensar palavras para as nossas próprias versões, no assenhorando do direito à palavra (MOIRA [et. Al], 2017, p. 54).

Isso significa criar e estabilizar uma linguagem em que os grupos marginalizados (no seu caso LGBTQIA+) possam acessar “o poder” de criar categorias que rasurem e reescrevam a insuficiência da visão tradicional de gênero e de abuso de poder, presentes, por exemplo, na negação de acesso a direitos civis, como a suspensão de um vestibular para pessoas trans da UNILAB[16]; ou na tentativa de censura à temática LGBTQIA+ nos editais da ANCINE[17], o que cercearia e impediria a utilização de mecanismos públicos de comunicação para essas populações historicamente violentadas. Afinal, é de fundamental importância que grupos subrepresentados acessem tecnologias linguísticas e semióticas para produzirem imagens positivas sobre sua comunidade. A produção de imagens gênero-diversas tem caráter representativo, proliferando conceitos, ideias e noções democráticas e questionadoras dos aspectos inférteis do senso comum de nossas culturas. Esse acesso deve ser visto como um direito universal que fortalece a representatividade e estabelece pontes para a justiça social. A apropriação dessas tecnologias é um dos “cânticos” entoados pelo filósofo transexual Paul B. Preciado, que a enuncia como estratégia pós-feminista, em seu *Manifesto contrassexual*, destacados por BOURCIER (2017), no prefácio da obra referida:

> O que nos diz Paul Preciado, de maneira instrutiva e espantosa, é que **todos nós já estamos mais ou menos operados/as por tecnologias sociais bem precisas**, dito de outro modo, que todos somos *pós-op* [pós operados]: razão pela qual nos valeria mais apontarmos para certas formas de resistência contrassexuais do que continuar nostalgicamente nos agarrando às velhas ficções de “natureza” (BOURCIER, 2017, p. 14, grifo nosso).

O que Preciado coloca como tecnologia é a própria linguagem, a representação e a semiótica. Para ele a prática de linguagem (tecnologias sociais), ao criar significações e propor explicações, funciona como uma espécie de “máquina de representação” que cria produtos ao conceituá-los. Dessa forma, a afirmação é equivalente a dizer que sim, somos *pós-operados* (tal qual pessoas trans que passam pela cirurgia de redesignação sexual - CRS) pelas práticas linguísticas e discursivas. O autor vai além de Butler, escancarando o caráter tecnológico do

[16] Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/07/bolsonaro-anuncia-suspensao-de-vestibular-para-trans-em-universidade-federal.shtml?origin=folha.
[17] Disponível em: https://www.conjur.com.br/2019-out-07/juiza-ordena-retomada-edital-ancine-censurado-projetos-lgbt.

sentido como produção tecnológica humana. Discussão bastante produtiva para os campos da literatura, linguagens e representações. Preciado, assim como Butler, à sua maneira materialista tecnológica, ao traçar “genealogias políticas das ontologias do gênero”, desconstrói e revitaliza os campos inférteis das ontologias tradicionais de gênero, raça e sexualidade, operadores discursivos da diferença negativa que produz e reproduz preconceito e exclusão. É justamente pelo caráter representativo, que a produção de imagens gênero-diversas contribui para a criação de realidades mais democráticas. Que as estéticas lampiônicas iluminem a construção deste caminho!

As publicações da imprensa “alternativa”, como o *Lampião*, ajudam-nos na tarefa de contraposição dos mitos e inverdades sobre o regime militar, ao tornar visível e sólida, a perseguição homossexual engendrada pelas forças policiais ao controle dos corpos nas ruas, estabelecendo assim, quem poderia usufruir o direito de ir e vir e quem não. O jornal denunciou uma *biopolítica*[18] baseada na disseminação do *pânico moral*[19] - “A moral serve muito bem para desqualificar o inimigo, para criar um clima de pânico moral que justifica muitos tipos de violência” (Cowan, 2019), - no qual perseguiu e equiparou retoricamente comunismo, liberação sexual e movimento social, constituindo numa “homogenia estratégica”, a delineação do inimigo interno a ser combatido. Esse inimigo foi produzido nos discursos do regime militar para ser visto dentro de uma *política de inimizade*[20], neste contexto, qualquer setor emancipatório que questionasse a tônica autoritária do regime seria transformado em uma ameaça nacional a ser combatida. Embora as práticas e as ideias que hoje são abarcadas pelo termo “homofobia”, pudessem ser identificadas em nosso país desde muito cedo, foi:

> [...] durante a ditadura civil-militar, de forma mais intensa do que em outros períodos da nossa história, o autoritarismo de Estado também se valeu de uma ideologia da intolerância materializada na

[18] Política de controle de corpos delineada por Foucault em A história da sexualidade 1: A vontade de saber (2017a).

[19] Entrevista à revista veja: “O apelo moralista - Autor de um livro sobre como a ditadura brasileira associou comunismo e corrupção sexual, o historiador americano acredita que a mesma retórica simplista voltou ao poder com Bolsonaro”, disponível em: https://complemento.veja.abril.com.br/entrevista/benjamin-cowan.html.

[20] A ideia de uma “política de Inimizade” é trabalhada por Mbembe (2018), como uma característica do estado de exceção que produz a noção de inimigo do estado, da nação e do grupo majoritário, atribuindo-a a grupos específicos que ameacem a política deste e os valores tradicionais da sociedade no qual está inserido. Essa produção discursiva dá poderes para que este estado e sociedade tenham o poder de matar esses corpos, tornando-os “corpos matáveis” e “não choráveis”.

> perseguição e tentativa de controle de grupos sociais tidos como uma ameaça ou perigo social. A criação da figura de um 'inimigo interno' valeu-se de contornos não apenas políticos de acordo com a Doutrina da Segurança Nacional, mas também morais, ao associar a homossexualidade a uma forma de degeneração e de corrupção da juventude (QUINALHA, 2017, p. 25).

Diante desses impasses, buscamos entender os fatos circunscritos à época, no contexto da narrativa, que visualizem e dê corpo à perseguição contra LGBTQIA+ na ditadura militar, período no qual houve "políticas sexuais muitas vezes até contraditórias, coordenadas pelos diversos órgãos estatais" (AFONSO-ROCHA; MITIDIERI, 2019, p. 50), utilizadas para "controlar manifestações tidas como "perversões" ou "desvios", tais como, o erotismo, a pornografia, as homossexualidades e as transgeneridades" (QUINALHA, 2017, p. 314). Nesta esteira, buscamos destacar o protagonismo de A.S como jornalista da "imprensa alternativa[21]" já que: "foi sobretudo [nela] que se intensificou, no final da ditadura, os registros mais confiáveis, tanto das ofensivas da repressão, como das resistência do movimento [homossexual] organizado (QUINALHA, 2017, p. 175). Na utilização desses recortes, pretendemos valorizar a discussão de temas importantes na luta pela garantia de direitos para a população LGBTQIA+ e pela democracia. A foto da edição do *Lampião* a seguir, trata de uma ocasião na qual os membros do corpo editorial do *Lampião* foram acusados pela censura de "ofensa à moral e ao pudor público":

[21] Para evitar nomeações genéricas, é importante destacar que, naquela época, chamar um jornal de "alternativo" equivaleria dizer que ele não fazia parte dos veículos em alinhamento ou com o regime militar. Portanto, o lampião estaria nesse "guarda-chuva", indo um pouco mais além, afinal, muitas publicações "alternativas" mantinham uma certa conveniência com o comportamento pudico e baseado na moral sexual católica.

No dia 2 de abril [de 1979], cinco editores de Lampião compareceram à sede do Departamento de Polícia Federal, na Praça Mauá, Rio (que, ironicamente, possui à porta este letreiro: 'Imprensa Nacional'), para serem identificados criminalmente. Antônio Chrysóstomo, Adão Acosta, Aguinaldo Silva, Clóvis Marques e Francisco Bittencourt foram fotografados de frente e de Perfil (e não de costas, como se esperava), e tiveram suas impressões digitais tiradas dezenas de vezes, indiciados que estão no inquérito de n° 25/78 daquela repartição policial, sob a acusação de "ofensa à moral e ao pudor público" (decreto 1077, Lei de Imprensa).

(Foto e texto extraídos da edição n. 12 de maio, de 1979 do jornal)

Contrariando os ecos da repressão moral no presente

Ao investigar a representação dos excluídos da moralidade cristã, encontramos ecos da expressão dos corpos que questionaram o *cis*tema moralista e sua persistência no período contemporâneo, conclamando a crítica cultural e literária ao palco da disputa democrática pela consolidação dos direitos e dignidade de cidadãos que têm seu reconhecimento social negado. Na tomada de ciência desse processo, buscamos construir críticas e revisões dos critérios de escolha para a composição dos manuais de literatura. A partir daqui, interessa-nos pensar um resgate histórico dos corpos estigmatizados, silenciados e perseguidos durante o regime cis-hétero-militar, tarefa um tanto inédita que tem sido realizada com empenho e dedicação por pesquisadores de diversas áreas. Assim, por meio da análise de uma série de livros sem reedição e esquecidos em sebos, obras de grande potencial ficcional, biográfico, narrativo, poético e ensaístico têm sido estudadas.

O resgate dessa literatura silenciada realiza "batalhas da memória" que visam "desenterrá-las do subterrâneo", agenciamento capaz de romper com o "longo silêncio" que desfavorece o direcionamento do olhar acadêmico para "a pluralidade de experiências vivenciadas pelos sujeitos dissidentes" (VIEIRA; FRACCAROLI,

2018, p. 362). As memórias e temas transgressores promovem rasuras e revisões sobre o período autoritário, o que reativa o potencial político dessa crítica ao:

> Apreender novas perspectivas em relação a esse período e à própria ditadura militar, sobretudo, no que diz respeito ao conteúdo ideológico que lhe serviu como importante substrato de ação política e que, por muitas vezes, lhe garantiu apoio social. (VIEIRA; FRACCAROLI, 2018, p 359).

Através desse movimento teórico e político que propõe pontos de inflexão à mirada hegemônica, que nós compreendemos a literatura produzida por A.S, como potente "máquina de produção de representações" (PRECIADO, 2018). Nela os corpos estranhos engendram um sistema simbólico de orientações sexuais e identidades de gênero contra-hegemônicas, visando superar "as dificuldades de encontrar meios e representações sociais que permitissem um entendimento de si" (VIEIRA; FRACCAROLI, 2018, p. 362). Uma literatura que busca forjar os meios de viver como se deseja, já que, "no período da ditadura, a censura "filtrava" os temas relacionados à sexualidade na televisão e nos jornais. As imagens liberadas apenas contribuíam para o aumento dos preconceitos e as bases da estigmatização social" (VIEIRA; FRACCAROLI, 2018, p. 366-367). A sociabilidade homossexual, quando aparecia, era estigmatizada, LGBTQIA+ eram tratados como potenciais criminosos e doentes. As representações circuladas nas mídias cristalizavam imagens negativas e disfuncionais do ser LGBTQIA+: "a identidade homossexual era determinada de fora, era definida de maneira estigmatizada pelos heterossexuais" (LOPES, 2018, p. 283). Para além do escárnio, não havia espaço na mídia para esses sujeitos que "apareciam sim, mas como bobos da corte, muitas vezes" (LOPES, 2018, p. 283) o que contribuía para a consolidação de um profundo sentimento de não pertencimento, a sensação de se enquadrar numa humanidade de segunda ordem.

Epistemologias policromáticas e o resgate de memória LGBTQIA+

Na construção do movimento teórico de resgate da memória LGBTQIA+ durante o regime militar, Helena Vieira chama atenção para observarmos que o nosso entendimento acerca da história, se baseia em certos "olhares parciais" que são considerados por Donna Haraway (1995) como "tecnologias do olhar":

> A história é uma narrativa, disso não há dúvidas. Quando abrimos um livro de história, ou ouvimos uma aula, ou estudamos para o vestibular, sabemos que aquilo que nos é contado é uma narrativa, uma forma de interpretar os fatos, a partir de certa perspectiva relacionada a um sujeito específico. Uma forma de olhar, ou como nos diria Donna Haraway, em seu artigo, "Saberes localizados", **uma tecnologia do olhar** (VIEIRA, 2015, grifo nosso).

Partindo da ideia de saberes localizados, desenvolvida por Haraway (1995), a pesquisadora Helena Vieira (2015) questiona a necessidade de olharmos para as narrativas sobre a ditadura cis-hétero-militar como construídas por um prisma que privilegiou (às vezes merecidamente, segundo a autora trans) os homens cisgênero, sendo esse saber, portanto:

> Um saber localizado, a partir dos "corpos que importam" naquele contexto. Com a história da Ditadura ocorreu o mesmo. Nós aprendemos a lê-la e conhecê-la a partir de narrativas de heróis: Carlos Marighela, Vladimir Herzog, Frei Tito, e tantos outros nomes, que nos surgem em narrativas (merecidamente) heroicas de luta pela democracia (VIEIRA, 2015).

A percepção do privilégio masculino nessa perspectiva masculinista de investigar os heróis e lutadores (ou seja homens) é percebida e desmascarada pela crítica feminista – entendendo a pluralidade desta leitura teórica –, que começa a resgatar o grande papel de resistência das mulheres durante o regime militar. Fazendo com que a história passe a ser considerada como uma "máquina semiótica" (PRECIADO, 2018)[22] e seja operada não apenas em prol das "tecnologias de olhares" patriarcais hegemônicos:

> Aos poucos, a história começa a nos contar nomes de mulheres, um trabalho árduo de pesquisadoras e feministas que olham novamente para aquele período e se perguntam: Onde estavam as mulheres? Assim surgiram nomes de mulheres vitais na luta contra o Regime Militar de 64: Amélia Teles, Ana Maria Aratangy, Crimeia de Almeida, Nildes Alencar, Maria Aparecida Contin, entre outras. Mulheres que foram invisibilizadas pelos relatos hegemônicos (masculinos) do período, mas que têm surgido como nomes importantes na luta pela redemocratização do país. O saber histórico, ou seja, das narrativas,

[22] Noção extraída do texto *tecnogênero* In: PRECIADO, Paul B. TEXTO JUNKIE. *Sexo, drogas e biopolítica na era farmacopornográfica*. N – 1 Edições, 2018. P. 109-140.

> está em constante disputa. Precisa ser visto e revisto o tempo todo (VIEIRA, 2015).

Nesta linha feminista, uma “tecnologia do olhar” LGBTQIA+ viria a apontar no fazer crítico acadêmico um olhar cis-hétero-centrado, criticando os limites da cisgeneridade, que também invisibilizou a participação que esses grupos diversos tiveram durante o regime militar. O trabalho histórico acadêmico de crítica, rasura e reescrita do regime militar foi parcialmente orientado pela perspectiva das esquerdas e grupos democráticos. Embora esses grupos tenham sido politicamente identificados como propagadores da imoralidade, terrorismo e risco para o progresso social, eles compactuavam com muitos dos ideais conservadores que faziam parte do imaginário brasileiro:

> No caso específico das pessoas transexuais, travestis, gays e lésbicas, é preciso um esforço na releitura do período da Ditadura civil-militar para encontrarmos nossa participação. Tanto as violações que sofremos, quanto nossa participação nas lutas, como foi o caso de Herbert Daniel, do Colinas (Comando de Libertação Nacional), organização à qual também pertenceu Dilma Roussef, nossa atual Presidenta (VIEIRA, 2015).

Por isso, em análises interessadas em questões de gênero e sexualidades, o uso do termo ditadura “cis-hétero-militar” soa pertinente por ter como pressuposto que os importantes (e necessários) estudos críticos que constituíram o imaginário presumido no termo ditadura “civil-militar”, não deram a devida importância e atenção para as pessoas LGBTQIA+. Esse ponto de inflexão nos leva ao uso do termo Cis-hétero-militar, contexto prioriza-se a crítica à violência perpetrada pelo regime aos grupos sociais LGBTQIA+. Percebendo a problemática da ausência de análises sob a ótica de Vieira (2015), trazemos para o centro do debate literário, a reconstituição de uma memória LGBTQIA+ possibilitada pela literatura de A.S. Ela pode ser identificada na política do orgulho gay e na criação de redes de solidariedade e articulação política irradiada pelos jornalistas “lampiônicos[23]” em seu periódico. Compreendemos que a literatura de A.S se relaciona com nosso objetivo de gerar a profusão de representações capazes de questionar as bases éticas, políticas e morais do regime militar, agenciamento é fundamental para tirar do

[23] Jornalistas e colaboradores do lampião da esquina.

“armário” das representações negativas, os sujeitos marginais trazidos de forma complexa materializável pelo autor.

Questionamento da política (i)moral do regime militar

Somamos forças à proposta da Comissão Nacional da Verdade (CNV) em recolocar na cena política brasileira, a rediscussão das violências, perseguições e ilegalidades praticadas pelo estado na facilitação ao abuso da autoridade garantido pelo regime militar. Essas iniciativas são de fundamental relevância diante das ameaças de autoritarismo, terrorismo e censura que estão sendo explicitamente engendradas no atual governo que ameaça a democracia. Essa linha histórica de retomada da verdade continua em tensão, tendo em vista que os desdobramentos da CNV ainda estão em disputa narrativa, na qual o atual governo utiliza uma dupla estratégia de contra discurso, ora negando, ora justificando existência das várias violências e ilegalidades praticadas durante a ditadura, contra a figura de um “inimigo interno”[24]. A tese de doutorado *Contra a moral e os bons costumes*: A política sexual da ditadura brasileira (1964-1988) analisa os efeitos da censura política e moral, da violência nas ruas e do controle moral praticado pelas polícias, em sintonia com a doutrina homo-Lesbo-trans-fóbica dos militares; a atuação e luta para sair do gueto e afirmar a identidade positiva por parte grupos de ativismo homossexual; a atuação do jornal homossexual o *Lampião da esquina* e de seus editores no papel do fortalecimento de um discurso de unidade, mobilização e esclarecimento acerca da questão da homossexualidade, durante o regime militar.

O *Lampião* precisa ser compreendido em sua iterseccionalidade enunciativa, pois a militância do jornal aderiu a uma proposta de “tirar do gueto” não apenas os grupos homossexuais, dando relevância também a temas da opressão às mulheres, negros, índios e pobres numa. Seu objetivo era consolidar uma espécie de “fraternidade do estigma” ao rasurar e rescrever, utilizando de um processo de desconstrução das imagens negativas engendradas por representações médico-legais, pseudocientíficas e religiosas que operaram na construção semiótica do sujeito homossexual, produzindo-o como doente mental, criminoso e herege no

[24] O regime militar igualou movimentos sociais, comunistas e grupos que eram contrários ao regime ou defendiam alguma espécie de liberação sexual, ao título de “subversivos” comparando-os em periculosidade e tornando ambos “inimigos” da construção nacional. (Benjamin Cowan, 2014).

imaginário social brasileiro. Antes e agora, os temas morais ainda são evocados, geram comoção social, pois mobilizam políticas de “inimizade”, medo e divisão, aspecto que máscara realidades sociais escancaradas.

Nesse contexto os indivíduos sexualmente divergentes foram considerados, no decorrer de muitos anos de história, como imorais, doentes e perigosos. Essas pessoas passam a ter na produção de escritores como A.S, um lugar de enunciação propício a debates e compreensões mais plurais e menos autoritárias sobre o sentido da “imoralidade pulsante” em nosso país. Para os lampiônicos (jornalistas do “*Lampião da esquina*”), parece que imoral mesmo eram as desigualdades sociais e a estigmatização das minorias:

> Com uma crítica à estigmatização recorrente dos homossexuais na grande imprensa que se referia a eles como seres que viveriam apenas nas sombras, experimentando sua sexualidade como maldição e como desgraça, Aguinaldo pontuava que havia uma maioria ‘tentando viver exatamente como as outras pessoas – quer dizer, ‘batalhando’ pura e simplesmente pelo dia-a-dia’ (QUINALHA, 2017, p. 279).

Essa postura ressignifica aquilo que foi taxado de imoral pela moral integralista e fundamentalista do regime. Um ato subversivo em um momento em que o silêncio e a alienação eram impostos pelo regime à sociedade brasileira, por meio de seus aparatos e dispositivos pedagógicos como a censura e a doutrinação bélico-militar. Desse pacto conservador, não devemos excluir a sociedade civil, responsável por irradiar e policiar o fortalecimento da política moral, explorada pelo regime como ponto de articulação ideológica entre os civis e os mais pobres, pois: “Nas relações de poder, a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dos dotados da maior instrumentalidade: utilizável no maior número de manobras e podendo servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias” (FOUCAULT, 2017a, p. 112).

Uma política moral é sempre uma forma de conseguir apoio junto à uma comunidade que coloca o sexo como tabu. Há de se destacar que a complexa relação dos valores e as heranças culturais de nossas pretensas tradições nacionais, fortalecem esse complexo sistema de significação e conhecimento de mundo, numa teia de contradições que Marx chamou por ideologia. Esse aspecto que opera como camuflador das desigualdades, diluindo-as em visões de mundo

repetidas e recriadas a cada nova geração, na qual interagem os indivíduos, ou seja, a repetição em seu aspecto negativo. Quando essas construções trazem prejuízos aos interesses do sujeito de determinada classe ou grupo social, elas são consideradas pelo autor, ideológicas, pois são “impostas” por outra classe, à maneira de uma manipulação produzida no âmbito de relações sociais contraditórias.

A realidade é mais complexa e contraditória do que essa análise, muitos dos aspectos ideológicos representam repetições de aspectos tradicionais e culturais antigos o suficiente para não alcançarmos genealogicamente, mas ainda assim, surgem como um importante mecanismo de “tomada de consciência” de uma situação opressiva, na qual um agente oprime enquanto o outro é oprimido. No entanto, o conceito de ideologia continua sendo uma ferramenta teórica que delineia uma relação desigual, uma hierarquização, um tipo de performance de superioridade e inferioridade danosas para o progresso humano. Portanto, acabar com as desigualdades baseadas em práticas e ideias sem fundamento, deve ser alvo do pensamento científico.

UMA BREVE GENEALOGIA DA HOMOFOBIA

Antes de abordar o contexto da ditadura militar e o reflexo de suas políticas para a repressão moral, parece-nos importante observar as investigações Foucaultianas sobre as relações da sociedade com homossexuais e homens afeminados. Essas breves genealogias nos darão base para compreendermos o fenômeno histórico da depreciação do homossexual masculino afeminado na base da tradição ocidental. Voltar a esses discursos podem lançar compreensões mais amplas acerca da evolução à repressão dos corpos e subjetividades das pessoas LGBTQIA+ no curso da história.

As genealogias *à la* Foucault, não têm intenções de encontrar origens - tal qual o trabalho de Engels (2014) com os conceitos de família, propriedade privada e Estado -, mas sim de analisar contingências que constituíram histórica e simbolicamente, um fenômeno que hoje tomamos nomeados de homofobia. Compreendemos a atividade genealógica como uma tarefa de encontrar certos começos e origens possíveis, mas sem a intenção de esgotar a investigação histórica, já que seria impossível encontrar uma origem primeira para a conformação da homofobia. No entanto, podemos encontrar, sem muita dificuldade, manifestações deste comportamento em diversas sociedades e épocas, umas das realizações de Foucault em seu *A história da sexualidade*. Nesse estudo, o autor analisa o fenômeno da sexualidade nas sociedades ocidentais, com uma metodologia muito particular que iria influenciar toda uma a série de trabalhos posteriores, no campo das ciências humanas e dos estudos de gênero.

A partir daqui, poderemos compreender de forma um tanto mais profunda como se deu repressão a LGBTQIA+ durante a ditadura militar, que não a inaugurou, mas parece ter instrumentalizado a repressão contra esses cidadãos, por meio do desenho de uma política de segurança moral-sexual. Também se farão melhor iluminados na narrativa de Aguinaldo Silva: os atravessamentos da escritura de um corpo masculino afeminado, “bicha” e *queer.* Afinal, foram justamente essas marcações sociais/corporais, e sua postura de oposição político-moral à ditadura militar, que levaram o jornalista a sofrer perseguições e censura.

Homossexualidade e Homens afeminados para os Gregos

No livro *História da sexualidade II: O uso dos prazeres,* Michel Foucault identifica que desde textos muito antigos de pensadores gregos, os homens afeminados foram alvo de questionamentos acerca de seus comportamentos "inadequados":

> Dever-se-ia, sem dúvida, estabelecer a longa história dessa imagem [...] Ler-se-ia, na intensidade tão vivamente negativa desse estereótipo, a dificuldade secular, em nossas sociedades, para integrar os dois fenômenos, aliás, diferentes, que são a inversão dos papeis sexuais e a relação entre indivíduos do mesmo sexo. Ora, essa imagem, com a aura repulsiva que a envolve, percorreu séculos; ela já estava muito nitidamente delineada na literatura greco-romana da época imperial (FOUCAULT, 2017b, p. 25).

É nos textos de Aristófanes, Dião Crisóstomo, Epiteto, Lúcio Apuleio, Platão, Sêneca, dentre outros, que ele vai traçar uma "genealogia" da "dificuldade secular" de nossas sociedades para com a questão da identidade de gênero. Estudando a homosociabilidade gregária dos homens livres, Foucault identifica que os homens de aspecto afeminado eram tidos como frágeis, passivos, femininos e inviris, por não seguirem as posturas recomendadas (portanto, normativas) na relação afetiva/sexual entre dois homens.

Para os gregos, os homens não viris são incapazes de controlar seus prazeres e paixões, contrariando o valor masculino positivo de governo de si mesmo e dos outros, tão caros aos homens livres gregos. Quem não controla seus subalternos, consequentemente, não controla a si mesmo (e seus desejos) é dominado por outros homens; esposas; e escravos. A figura do homem não viril que não controla a si mesmo e aos outros é tratada (nos textos de autores gregos analisados por Foucault) com representada de forma depreciada. O sujeito passivo da relação homoerótica era um "dominado" e não um "dominador", sendo sua posição na hierarquia gregária inferior, por inverter o papel do homem másculo viril (homem livre senhor de escravos), aquele que exercia a função de dominar e tinha como alvo um jovem "iniciante" no mundo adulto (dos gregos livres). Um homem que exercesse o segundo papel nessa hierarquia seria considerado menos valoroso, não confiável, subversivo da norma gregária.

Diferente do que se pensa comumente nas sociedades fundantes do pensamento ocidental (a Grécia), não havia uma total liberalidade de costumes, a relação entre homens, estava regulada no âmbito da tradição e dos valores culturais gregos. Desde cedo houve a conformação de “papéis sexuais” e costumes que levariam a desqualificação do feminino, não viril e frágil, portanto dominável, imperativos que continuam tendo base nas sociedades ocidentais. A prática entre homens do mesmo sexo não era desorganizada ou caótica, ela possuía um lugar muito bem definido dentro dos papeis sociais de iniciação do homem livre grego na vida adulta, gozando de uma hierarquia de superioridade e inferioridade. Daí Foucault observa que, aquele que fosse portador de características como delicadeza, voz fina, corpo não másculo ou que usasse adereços como maquiagem exagerada, seria visto como um “infrator”, desviante das regras de gênero atribuídas ao papel masculino. Portanto, embora a prática sexual entre dois homens não fosse estranhada, ela acontecia dentro de uma “pirâmide de masculinidade viril”. No entanto, diferente do presente, embora a “transgressão dos papéis de gênero” não fosse bem vista, a mesma não levaria a perseguições, violências ou instâncias mais graves, poderia ser alvo de estranhamentos e desqualificações, mas não de agressões, não era configurava um atentado contra a natureza e as divindades, mas sim contra a hierarquia da masculinidade viril, dominante e proprietária.

Essa breve genealogia traçada por Foucault, aqui descrita, buscou identificar nos padrões de virilidade e masculinidade gregários, a presença incipiente, já bem delineada no mundo social (e meio intelectual grego) dos homens livres, o trato negativo para com corpos masculinos que transgrediam os papéis de gênero. Esse estudo contrapõe-se às visões que por muito tempo apresentaram a sociedade grega como mais aberta e flexível à homossexualidade (como se não houvesse uma normatividade). Parece que, mesmo sendo essa interpretação válida para a questão da orientação sexual (dentro de certo regime de hierarquia e disciplina), não é equivalente à questão da identidade de gênero, ou seja, não havia flexibilidade para o fenômeno hoje conhecido como trasngeneridade e travestilidade. É visível uma forma de valoração negativa não tão diferente de conformações culturais que hoje podemos compreender - sob a luz de uma linguística não centrada no sujeito heterossexual patriarcal, - por meio dos termos: cis-hétero-patriarcais, **cis-hétero-normativas, cis-hétero-compulsórias e cis-hétero-sexistas**, noções que tornam

dizíveis aspectos culturais limitados, hoje compreendidos como preconceitos, que vêm adquirindo substância nas sociedades ocidentais no desenvolvimento de um longo processo histórico.

Homossexualidade religião e pseudociência

Durante a era cristã, o que hoje conhecemos como homossexualidade, foi gradualmente transformado - deixando de ser apenas uma faceta das formas de sociabilidade humana - em uma das diversas formas de perversão, heresia e crime. Foucault afirma que ela foi posteriormente "promovida" à categoria de espécie, uma identidade psicológica e um traço que marcará socialmente seus "portadores" por toda a sua vida. No livro *A história da sexualidade I*: a vontade de saber, na seção: "A implantação perversa", Foucault afirma que, baseadas em discursos de conformidade com *status quo* religioso e moralista da época, a medicina e a psiquiatria elevaram a homossexualidade de uma prática ou forma de se exercer a sexualidade, a sintomas de uma doença, caracteristicamente atribuídas a uma "espécie**",** a homossexual. Essa metáfora do filósofo conseguiu delinear uma forma de separação de raças (portanto racista), na qual o ser humano heterossexual e o homossexual seriam observados como se fizessem parte de espécies diferentes.

Essa diferenciação pareceu servir para fins de "caça às sexualidades periféricas", criando uma nova taxonomia para uma série de indivíduos, que definiu compulsoriamente, qual espécie não é saudável: Uma biopolítica cruel, com o objetivo de sanear todos os sujeitos diferentes da norma, pois esses poderiam "contaminar" o corpo social. Sob esses estudos, Foucault afirma que o homossexual do século XIX torna-se uma personagem, pois todo ele é sexualizado, sua prática sexual passa a figurar – no imaginário social - como a razão de sua existência, que é reduzida e explicada por sua prática sexual com pessoas do mesmo sexo:

> Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade. Ela está presente nele todo: subjacente a todas as suas condutas, já que ela é o princípio insidioso e infinitamente ativo das mesmas; inscrita sem pudor na sua face e no seu corpo, **uma vez que é um segredo que se trai sempre**. É-lhe consubstancial, não tanto como pecado habitual, porém como natureza singular (FOUCAULT, 2017a p. 48, grifo nosso).

Dessa forma, certos sujeitos passam a ser percebidos como homossexuais, uma forma privilegiada de ser pecador por natureza. É claro que essa representação criada pela cultura humana, transformou um estigma social historicamente construído, em um argumento de autoridade médico-científico. Assistimos à transformação de uma crença cultural e religiosa, ganhar justificativa pela via pseudocientífica, um *saber-poder* que contribuiu para a estigmatização dessas pessoas. Foucault ainda nos traz uma data do "surgimento" da "inversão", o que é coerente com a sua proposta de traçar genealogias do poder que, entendido em sua ambivalência, regula e ao mesmo tempo "produz" o sujeito, por meio do efeito subjetivador:

> É necessário não esquecer que a categoria psicológica, psiquiátrica e médica da homossexualidade constituiu-se no dia em que foi caracterizada – o famoso artigo de Westphal em 1870, sobre as "sensações sexuais contrárias" pode servir de data natalícia – **menos como um tipo de relações sexuais do que como uma certa qualidade da sensibilidade sexual, um certa maneira de interverter, em si mesmo, o masculino e o feminino** (FOUCAULT, 2017a p. 48, grifo nosso).

A partir daqui, a homossexualidade passaria a ser, não uma prática sexual, mas a inscrição de uma leitura sexualizante do sujeito, algo que diz respeito à totalidade do sujeito que a pratica, se tornando, esta pessoa, não alguém que pratica a homossexualidade, mas que a porta como uma essência, um motivo de vida. O homossexual passa a ser entendido como um anormal, um ser naturalmente pecador, obscuro e perverso. Assim, Foucault continua: "A homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi transferida, da prática da sodomia, para uma espécie de androgenia interior, um hermafroditismo da alma. O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie" (FOUCAULT, 2017a p. 48). Para bem ilustrar sua afirmação, ele descreve toda uma série de nomenclaturas taxonômicas (o que mostra um processo de saturação), algumas hoje estranhas, que designavam práticas sexuais não heterossexuais, consideradas como heresias, tais quais: "os exibicionistas de Laségue, os fetichistas de Binet, os zoófilos e zooerastas de Krafft-Ebining, os automonossexualistas de Rohleder; haverá os mixocopófilos, os ginecomastos, os presbiófilos, os invertidos sexoestéticos e as mulheres disparêunicas" (FOUCAULT, 2017a, p. 48). Dessa

forma a homossexualidade é inculcar e “molecularizada” nos seres humanos pela atuação do discurso:

> A mecânica do poder que ardorosamente persegue todo esse despropósito só pretende suprimi-lo atribuindo-lhe uma realidade analítica, visível e permanente: encrava-o nos corpos, introduzi-lo nas condutas, torna-o princípio de classificação e de inteligibilidade e o constitui em razão de ser e ordem natural da desordem (FOUCAULT, 2017a, p. 48).

É essa descritiva *scientia sexualis* que garantirá o processo de inteligibilidade que especifica homossexuais no polo do anormal e patológico. Essa “tese” homofóbica é levantada por discursos pseudocientíficos que “estudaram” sujeitos de prática sexual não disciplinada pela sociedade, com base em pressupostos já socialmente enraizados do senso comum e transportados para o discurso científico, que é importante lembrar: “não nasce no boteco ou no almoço de domingo[25]”. Nessa linha de pensamento, contanto que funcionassem de maneira saudável, as sexualidades “naturais” não eram alvo de investigação, estudo ou análise. Isso contribuiu para materializar uma série de hierarquizações, nas quais era atribuído valor positivo à prática heterossexual, desde que “dentro do casamento e para fins reprodutivos”, conduta base do pensamento judaico-cristão.

Uma crítica que leve a uma nova forma não colonizadora de ser humano

A crítica a essa ontologia do sexo/gênero que coloca a família mosaica como representação originária e ideal, torna possível a desconstrução e revisão de olhares que estigmatizaram, criminalizaram e empurraram as pessoas gênero inconformes a constituírem suas identidades num processo de transtorno, desequilíbrio, abjeção e irrealização. Esses efeitos traumáticos são identificados pelas transfeministas como uma estratégia política do cis-hétero-patriarcado, que transforma pessoas que vivenciam constantes situações de violência física e psicológica, em autoras do problema, quando na verdade são as vítimas. É por meio dessas compreensões assimétricas (estejamos nós no polo de poder ou de submissão), que passamos a

[25] No texto *o senso comum não nasceu no boteco ou no almoço de domingo*, o colunista Pedro Borges, do *Alma Preta,* afirma que o racismo no Brasil, não surgiu da ignorância dos populares, mas sim por meio de “pensadores” que articularam teorias para justificar o preconceito racial latente das elites. O texto oferece lições produtivas para a nossa discussão e para as questões de gênero e sexualidade, afinal, foi uma trama complexa de teorias pseudocientíficas que corporificaram moralismos religiosos e crenças estereotipadas do senso comum em um pensamento médico legal.

nos entender como “seres humanos”, “pessoas”, “sujeitos” e membros de um país ou comunidade/grupo. Esses são os nossos quadros de referência. Nesse processo, aprendemos a excluir o “outro” de maneira violenta - seja na modalidade física ou psicológica - em prol de um “Eu” universal e centralista, que serve como base para modelos e esquemas normativos e disciplinadores. Mas como podemos forjar outra compreensão?

No livro *A vida psíquica do poder:* teorias da sujeição, Butler (2018b) parte de uma teorização que envolve conceitos da psicanálise passando por Hegel, Nietzsche, Althusser e Foucault, para afirmar que “A análise da sujeição é sempre dupla, pois descreve as condições de formação do sujeito e o voltar-se contra elas para que o sujeito – e sua perspectiva – possa surgir” (BUTLER, 2018b, p. 38). Sendo assim, para que uma perspectiva centrada na visão do “Eu” não hegemônico (o que é sempre “outro” em textualidades e discursos eurocentrados) possa florescer e irromper, é necessário perceber o quanto de marcação hegemônica está presente nessa construção que é o “sujeito”. Essa proposição rasura a concepção de sujeito (enquanto um processo de assujeitamento) enquanto funda outra. Na crítica a essa concepção dominadora que é um processo não autoevidente, deve surgir uma nova concepção, de um sujeito que caminha para a liberação. Essa teorização opera a necessidade de superação dos traumas gerados pelos sistemas binários da diferença negativa, pois estas criaram um “primeiro par” poderoso e um “segundo par” subordinado.

Para fins ilustrativos podemos pensar a relação **HOMEM**/mulher e todo par binário diferenciador que envolve uma valoração ao **primeiro** inversamente proporcional à desvalorização do segundo tais como **BRANCO**/preto etc. Faz-se necessário deslocar a perspectiva da diferença negativa, buscando cada vez mais espaço para que sujeitos recalcados pela norma se expressem, nomeiem e interpretem o mundo por lentes autoafirmadas, criando representações úteis às suas vivências e problemas. Esse processo, deve fazer o sujeito se voltar contra o processo mental constitutivo de si (um ato de “desconstrução”), para daí forjar, produzir e criar um novo sujeito, mais liberado de suas amarras de corpo, alma, gênero e sexualidade, caminhando para uma política que supere a identidade, que, como sugere Butler, pode ser imaginada, mas não antecipada. Essa é a linha de

pensamento que tentaremos seguir através das proposições de A.S, do *Lampião da esquina*, do corpo crítico de teorias de pensadores e pensadoras aqui utilizadas.

RESTABELECENDO OS ELOS DA HISTÓRIA

– Padre, já lhe ocorreu que o sistema de vida inventado por nós na Europa não tenha aqui a menor utilidade? É um mundo novo, como o senhor diz. Por que não aceitar o fato de que é possível começar, aqui, exatamente do nada?
Tália, a cortesã.

(Silva, 1979, p. 50-51).

"As origens da nacionalidade"

O primeiro livro a entrar em cena em nossa análise é o romance no país das sombras (1979), obra de ficção, embora o protagonista, que é também narrador, possa compartilhar muitas semelhanças com Aguinaldo Silva, o que parece se configurar como um exercício de autoficção, aspecto que não terá grande relevância para a nossa análise. No entanto, esta observação é pertinente, na medida em que a experiência crítica do autor com o período em que vive, parece fazer exigências à ficção, já que o romance tece, de maneira metafórica, críticas diretas à repressão política e católica do Brasil militar comparando-o Brasil militar. A narrativa foi escrita durante a ditadura cis-hétero-militar, Trata-se de um narrador que exerce o jornalismo e investiga como dois soldados se tornaram amantes em Pernambuco, no século XVII, sendo posteriormente acusados de conspiração contra o rei de Portugal e condenados à forca. Esse amor foi transformado em fato político e manipulado pela "comunhão" entre a Coroa e a Igreja Católica, que juntas forjam uma suposta conspiração que desencadeia uma série de perseguições e condenações, como forma de coibir o aparecimento de movimentos contrários a Portugal. Segundo o poder colonial, os insurretos visavam à "[...] criação de um Estado separatista no qual seriam devidamente liquidados todos aqueles que se mostrassem fiéis à coroa" (SILVA, 1979, p. 71). É importante situar que o texto abordado foi publicado em 1979, pondo em narrativa ficcional o passado colonial do Brasil, tendo como enredo aquelas figuras marginalizadas: cortesãs, soldados, bárbaros – esses condenados por degredo – que seriam os primeiros fundadores de nossa identidade nacional:

> Havia uma loucura qualquer se espalhando naquela terra recém-descoberta, eram as raízes de alguma coisa que talvez pudesse ser achada depois [...] aquela estranha gente que eu fora descobrindo –

> a cortesã Tália, o general-provedor, os bárbaros e degredados, [...] teriam sido o que hoje se chama de “as origens da nacionalidade”? Não, eu me recusava a acreditar (SILVA, 1979, p. 70).

Dessa forma, o autor vai construindo a hipótese – negando a imagem colocada pela moral do regime militar – de que essas figuras “degeneradas” e “pervertidas” seriam tipos novos a questionar a “natureza biológica” do ser humano. Não é necessário para nosso recorte, a análise de documentos e fatos da inquisição que perseguiu homossexuais no Brasil colonial, mas é importante pontuar que textos a seguir, podem trazer luz à discussão: *Devassos no paraíso:* a homossexualidade no Brasil – da colônia à atualidade, de João Silvério Trevisan (2018), *Trópico dos pecados:* moral, sexualidade e Inquisição no Brasil, de Ronaldo Vainfas (2010), e *Relações Raciais entre Homossexuais no Brasil Colonial*, de Luiz Mott (1992).

O romance *No país das sombras* relata: “Em agosto de 1604, dois homens foram condenados à morte pela justiça do rei, nos tribunais de Olinda” (SILVA, 1979, p. 18). Essa é a afirmação que levará o narrador-personagem (que deseja ver seu trabalho transformado em obra e financiado pelo Instituto Nacional do Livro) à sua incansável investigação pelos documentos históricos acerca do caso, como os autos da condenação, e os escritos de personagens centrais da trama: da cortesã Tália e do padre Barruel, bem como das confissões dos soldados apaixonados, Antônio Bentes de Oliveira e Pedro Ramalho de Sá, como na “confissão” do segundo:

> Pedro Ramalho de Sá surgiu diante de mim meia hora depois do prazo marcado. E sem uma palavra, como se um estranho demônio nos impulsionasse, nos aproximamos um do outro, nos tocamos e ali, mesmo, em meio à noite, num jogo que não sabemos sequer como terminou, nos entregamos a toda espécie de intimidades. Tenho certeza de que, no pequeno espaço de tempo que durou toda aquela eternidade, fomos donos um do outro, nos completamos (SILVA, 1979, p. 21).

Podemos perceber que a narrativa se desenvolve sem linearidade temporal, ela está entre o presente, no qual o narrador é personagem (que não é nomeada durante a narrativa, mas apresenta semelhanças com o autor do livro). A apresentação dos “textos históricos” investigados pela personagem é apresentada ao leitor com suposições e divagações do protagonista, quando se propõe a preencher com sua imaginação o que os vazios dos documentos históricos não dão conta. A personagem, no Brasil da década de 1960, se encontra num contexto de

repressões policiais ao movimento estudantil, de fuga de amigos e artistas para o exílio, pressionado pela angústia de vê-los fugindo ou presos sem poder se envolver mais, o que o leva a questionar sua pouca ação nos fatos. Em um diálogo, com um amigo, líder estudantil, acerca da sua pesquisa do passado colonial, seu interlocutor parece concluir que o trabalho caminha por fazer "uma analogia com o que se passa atualmente" (Silva, 1979, p. 31), o que é negado pelo protagonista: "faço questão de dizer que em nenhum momento foi essa a minha intenção. Sempre achei que a história se basta a si mesma, não é honesto que nós, pesquisadores, tentemos encaminhá-la em direção às nossas ideias" (Silva, 1979, p. 31). Esses posicionamentos reflexivos sobre o fazer histórico e literário, sobre ficção e realidade, aparecem em outros momentos do livro, como nas citações da epígrafe e da nota (elementos pré-textuais da obra analisada), nas quais o autor afirma que as personagens são seres de ficção: "A ação é, por vezes, roubada à realidade, mas acaba por ter uma solução imaginária. Qualquer semelhança entre a literatura e a história é acidental" (Silva, 1979, p. 9). Para nós, pelo contrário, acreditamos que essas semelhanças são necessárias, por apresentarem uma visão crítica, capaz de trazer rasuras aos relatos majoritários que, por exemplo, ajudaram a construir a imagem do Brasil como um país pacífico, com mulheres, que endossaram a cultura machista, sem a presença de homossexuais ou dissidentes políticos. Ao contrário, a História não mostra as personalidades silenciadas; enquanto a literatura surge como maneira de dar visibilidade à alteridade, com possibilidade de participação e agenciamento.

As justificativas do autor, de seu material ser estritamente ficcional e não histórico, estão de acordo com uma época muito austera, na qual havia a necessidade de deixar claro que se tratava de ficção, para não correr o risco de ser barrado pela censura, ao tentar falsear "a História". Essa História com H maiúsculo, única, oficial, higienizada e moralizadora, que *despolitiza* (ação de esvaziar a força e potência política de algo) as presenças dos chamados abjetos[26], colocando-os (sempre) às margens do saber e desprovidos de sua dignidade.

[26] Sobre a produção da abjeção e o "corpo abjeto", a filósofa Judith Butler (em entrevista) fornece exemplo didático de como a mídia ocidental põe em cena a morte de refugiados libaneses e turcos: são corpos e vidas ausentes de sua matéria, não ganham as mesmas histórias complexas de europeus que morreram ou cometeram crimes. Dessa forma, "[...] recebemos uma produção diferenciada, ou uma materialização diferenciada, do humano. E também recebemos, acho eu, uma produção do abjeto. Então, não é que o impensável, que aquilo que não pode ser vivido ou

Relendo a opressão, reescrevendo a transgressão

Embora, desde a introdução do romance, apareça uma espécie de distanciamento do autor-pessoa em relação à História, o que ocorre no texto é bem diferente: a narrativa pode ser vista como produto de uma estratégia de releitura, conforme descrita por Bonnici (2003), que empreende um movimento descolonizador da visão moralista católica da coroa Portuguesa, consequentemente traçando paralelos entre esta do passado e a do presente do regime militar. A narrativa nos leva à reflexão de que o processo de condenação que combatia sensualidade, homossexualidade e luxúria, aliando-as à conspiração política, foi fruto de "correlação de forças" e de uma "rede de poderes" sempre presente na História do Ocidente, da articulação entre os poderosos e a religião. Dessa maneira, esse uso estratégico da sexualidade (como subversão moral, natural e política) é manipulado nos dois momentos históricos, pela Coroa portuguesa, Igreja e depois pela ditadura militar: "desse encontro abençoado entre a Igreja e a Ordem, talvez o primeiro, e a partir do qual, nesse abençoado país em que vivemos, elas seguiram sempre juntas" (SILVA, 1979, p. 92). É, nessa trama, que identificamos que "A transgressão, e não o acomodamento, eis a ideologia inicial deste 'país das sombras' e futuro país do carnaval, a qual já principiava então a ser duramente reprimida pelas armas e pela religião" (vide: orelha do livro) e essas imagens são sempre correlacionadas no decorrer da trama.

Esse poder colonial teme a figura de Tália, que é um "Elemento de suma importância na narrativa, por ser a primeira a adivinhar o caráter subversivo da luxúria (termo usado de modo depreciativo pelo padre Barruel de Lajenest, em discussão com Tália), e a identificar paixão e conspiração como elementos inseparáveis e igualmente corrosivos" (*vide:* orelha do livro) já que, trabalhadoras sexuais, homossexuais e soldados insatisfeitos reuniam-se na casa de Tália, o que coloca a cortesã sob a suspeita de ser uma possível "protetora" desses elementos: "sua casa é praticamente o único divertimento de que dispõe a tropa [...] a pretexto de que ali vão com o objetivo puro e simples da esbórnia" (SILVA, 1979, p. 67). Alvo

---

compreendido não tenha uma vida discursiva; ele certamente a tem. Mas ele vive dentro do discurso como a figura absolutamente não questionada, a figura indistinta e sem conteúdo de algo que ainda não se tornou real" (PRINS; MEIJER, 2002, p. 162).

da investigação do protagonista do romance, essa insubordinação se personificaria com o cunho político dado à condenação acerca do relacionamento entre os soldados, revelada como produto forjado pela aliança entre o padre e o Capitão-Geral, aliança entre a Igreja e Estado, pacto que definiria “o apoio da igreja à história que, em relação ao crime dos amantes, deveria prevalecer” (SILVA, 1979, p. 91). Os fatos, que se seguiram às condenações, são cuidadosamente ficcionalizados e, em grande medida, têm forte relação de semelhança com o que aconteceu no Brasil, no século XX, após a promulgação do AI-5 (Ato Institucional nº 5); fase em que houve forte coerção, por parte do regime militar, instituído em 1964:

> “Em nome da lei e da ordem” – escreveu Padre Barruel de Lajenest nos últimos dias que viveu em sua cidade constantemente ameaçada pela floresta –, “e para proteção da Santa Madre Igreja”, fora preciso mentir. No mesmo dia em que os motivos oficiais do crime dos dois soldados se tornaram públicos, houve perseguições e mortes. Algumas casas acabaram incendiadas, bens foram sequestrados e outras pessoas igualmente submetidas a julgamentos sumários. Muitas fugiram para o interior da floresta, e lá aderiram a uma clandestinidade que não durou muito – o ambiente adverso os perdeu, e eles morreram de fome, ou foram devorados por feras. E o que prevaleceu foi a mentira que ele ajudara a institucionalizar (SILVA, 1979, p. 93).

O ritmo da narrativa se estabelece dessa forma, por meio de analogias entre passado e presente, elas são utilizadas pela ficção para criticar o presente de maneira indireta, mas bastante sugestiva. O narrador tenta restabelecer “todos os elos da história” por meio de um enredo fictício: “relacionando-o de maneira extremamente original com o Brasil das passeatas, da repressão e da ilegalidade constitucional” (vide: orelha do livro), que de maneira autoficcional reproduz o contexto real do escritor e jornalista, isto é, a repressão do regime militar: “a polícia a perseguir estudantes com cassetetes e bombas de gás lacrimogêneo no Brasil dos anos 60, em plena Avenida Rio Branco, frente à mesma biblioteca em que se ‘inventa’ a estória” (cf. orelha do livro). Essa história “inventada” é a que o narrador está fazendo ao analisar os documentos sobre a cortesã Tália; os soldados Antônio e Pedro; e o padre Barruel. Diante do autoritarismo latente do período, a ficção é convidada a cumprir o papel de historicizar o não historicizável à época. Dessa forma, o escritor age como um historiador, pois ele interpreta os fatos históricos à luz de sua visão crítica à heterossexualidade compulsória. Só no período recente é que

epistemologias como essa utilizada em seu romance poderiam ganhar ares de verdade, de ciência, de método de pesquisa, tal como é ilustrado por Vieira, Quinalha, Green, Trevisan e outros pesquisadores da presença LGBTQIA+ na historia, que são utilizados ao longo desse trabalho. Acreditamos que o romance promove rasuras, ao evidenciar, "desvelar", uma colonização feita por padres, trabalhadoras sexuais, degredados e homens gays, expondo de forma alegórica, o presente vivido no Brasil da ditadura cis-hétero-militar.

Por expor o mecanismo de enunciação utilizado pelos militares para associar homossexualidade e liberação sexual com comunismo e reivindicação política, o narrador parece perceber a teorização proposta por Foucault em a história da sexualidade 1, já que ele traça uma genealogia foucaultiana que expõe a articulação entre igreja e poder político, como ambas supõe a sexualidade e subversão política fossem operadas de um mesmo centro discursivo anticristão e contra a nação. A ilustração exata de nossa leitura pode ser observada na correlação entre os fatos dos séculos XVII e XX; podemos dizer que ambos se aproximam quando, em *No país das sombras* (SILVA, 1979), o narrador se detém na confissão de Antônio Bentes de Oliveira, forjada pelo padre Barruel de Lajenest supondo que a subversão política surge como consequência da manifestação e realização do desejo homoerótico: "Após nossos encontros e as muitas vezes em que nossos corpos se enlaçaram passamos a ver que a vida fora feita para muito mais: cabe ao homem gritar suas razões e defendê-las [...] Nossos encontros passaram do amor febril à condução febril das nossas ideias" (SILVA, 1979, p. 94).

Para nós, o texto questiona as "ficções" que serviram de sustentação para o discurso do regime autoritário: a pretensa moralidade da família brasileira e a harmonia do governo militar, destacadas por Élio Gaspari em *Os documentos da censura*,

> [...] era precisamente a versão [do governo]: um país com um regime do qual não se desgostava, onde não há dissidentes, onde vige uma política habitacional equânime e um mercado de capitais onde as fortunas se multiplicam, sem homossexuais, sem comunistas e com algumas **pequenas questões que só são exaltadas por aqueles que agem contra a ordem** (GASPARI, 1978, p. 1, grifo nosso).

Em questionamento a essa falseada tranquilidade política apontada por Élio Gaspari, a ficção de A.S surge como "pequena" (mas potente) empreitada que

localiza a gestação do gérmen e, ao mesmo tempo, do elo entre ordem e subversão, discurso recorrente na agenda do governo militar. Com a chegada de nossos colonizadores, a ordem, representada pelo Estado colonial e Igreja, imiscuiu-se com a desordem, estabelecendo uma relação binária da qual necessita desta para a sua manutenção política e retórica. Sem um discurso fantasmático de nós e eles, sem as imagens de imoralidade e desordem, não há um inimigo claro a ser combatido, portanto, não haveria necessidade de tais discursos que visam a manutenção do poder político centralizado.

O mito = construindo a "substância" natural pelo esvaziamento histórico

A luz de nossa discussão teórica, percebemos que há no romance uma disputa política pelo conceito de natureza. Seguindo uma perspectiva construcionista, uma ideia materializa sua força de expressão em séculos de história e se reafirma em atos performativos (assim como faz o gênero, na descrição de Butler), que a recriam e repetem-na reiteradas vezes, mantendo o aspecto substancial das categorias pelas quais as normas são cristalizadas:

> Assim, em que sentidos o gênero é um ato? Como em outros dramas sociais rituais, a ação do gênero requer uma *performance repetida*. **Essa repetição é a um só tempo reencenação e nova experiência de um conjunto de significados já estabelecidos socialmente**; e também é a forma mundana e ritualizada de sua legitimação (BUTLER, 2018a, p. 242, grifo nosso).

De modo análogo a Judith Butler, para quem a pragmática discursiva constrói o mundo através de *ondas reiterativas*, Luísa Severo Buarque de Holanda, no artigo *Da mímesis antiga à imitação dos antigos* (2008), afirma que na transformação da noção de "natureza" grega para a latina, acabou-se conformando um sentido mais próximo daquelas concepções presentes nas sociedades ocidentais contemporâneas, a ideia de algo pronto e acabado, uma substância:

> A própria compreensão desse modelo se transformou, partindo da noção grega de *physis* – que constituía **um processo não estanque** de geração de substâncias, ou ainda, uma incessante geração de causas e efeitos – para a noção latina de natura como **um produto**

> **acabado**, uma obra física, cujos aspectos exteriores podiam ser reproduzidos pela habilidade artística humana (HOLANDA, 2008, p. 136, grifo nosso).

Contrariando uma visão evolucionista positivista da historia, é importante perceber os termos dessa diferenciação, já que o conceito de natureza grego (*physis*) parece articular visões de mundo mais diversas e flexíveis. Essa ideia pode se contrapor à noção latina de *natura*, que é operada sempre que fala de sexualidade, gênero e identidade por parte de discursos políticos e religiosos conservadores, patriarcais e elitistas. Essa visão de natureza como coisa pronta e acabada é questionada pelo semiólogo Roland Barthes, em *Mitologias* (2009), que apresenta a noção de "mito" como uma forma de compreendermos o caráter político, histórico e social do que a linguística tradicional conhece como "fala":

> O que o mundo fornece ao mito é um **real histórico**, definido, por mais longe que se recue no tempo, pela maneira como os homens o produziram ou utilizaram; e o que o mito restitui é uma **imagem natural** desse real. [...] o mito é constituído pela **eliminação da qualidade histórica** das coisas; nele, as coisas **perdem a lembrança** da sua produção. O mundo penetra na linguagem como uma **relação dialética de atividades** e atos humanos; sai do mito como um **quadro harmonioso de essências**. Uma prestidigitação **inverteu o real**, **esvaziou-o de história** e **encheu-o de natureza**, retirou às coisas o seu sentido humano, de modo a fazê-las significar uma insignificância humana (BARTHES, 2009, p. 234, grifo nosso).

O papel do mitólogo é promover o desvelamento do caráter histórico, ritual, social, político e humano do discurso (evolução da ideia de fala extraída da linguística saussuriana) do mito, apontando o aspecto de historicamente determinado da significação mítica, expondo que ele é, assim como o gênero, uma construção social. Essas disputadas são colocadas no livro através de suas personagens lampiônica, tanto pelos soldados que vivem sua paixão como força da natureza *physis*, quanto por Tália, que parece se colocar de maneira metalinguística ao debater a natureza *natura* com o padre Barruel. Portanto, na cena literária a seguir, a ideia de natureza tida como algo "deixado por Deus", para ser imóvel e imutável, é questionada pela fala da personagem da cortesã, que em sua afirmação poética parece questionar séculos de tradição: "– Para mim, padre, eles não passavam de dois amantes" (SILVA, 1979, p. 51). Ela é questionada pelo líder católico no calor do debate: "– [...] você considera o fato de dois homens se amarem

uma coisa natural?" (SILVA, 1979, p. 51), sobre "[...] o comportamento considerado segundo **a moral de todas as épocas** 'atos contra a natureza'" (SILVA, 1979, p. 69, grifo nosso), Tália desautoriza a visão latina de *natura*: "– A natureza, para mim, é uma força em constante expansão, padre. Ela se permite a tudo" (SILVA, 1979, p. 51). Essa "moral de todas as épocas" tem sua artificialidade questionada no trabalho de Engels *Origem da família, da propriedade privada e do Estado*, publicação que crítica a pretensa eternidade *mitológica* da noção de família bíblica mosaica, ou seja, o casal heterossexual comandado pelo patriarca, construção que pode ser historicizada por uma compreensão histórica não teológica.

Sendo assim, a cortesã veneziana é instada a depor pelos poderes da igreja, por permitir o encontro entre os dois soldados amantes e insurrectos: "foi você quem deu guarida a estes dois soldados, quem permitiu que eles conspirassem abertamente" (SILVA, 1979, p. 50). Nessa posição ela é acusada de incentivar a "subversão" contra a "natureza moldada por Deus", que segundo os padres e doutrinadores cristãos, legisla também pela sexualidade do indivíduo. Esse amor "impossível" leva os dois apaixonados (num ato de liberação lampiônico) a matarem o General-Provedor, único meio encontrado por eles, para darem continuidade àquela relação homoerótica, fato que é forçosamente politizado pelos poderes reais e sagrados da época. Assim, luxúria e conspiração política materializam-se na figura de uma mulher degredada, condição que faz com que, ainda que seja europeia, não possa fazer parte do círculo das "senhoras" cristãs. Essa interdição moral parece coadunar para que Tália se constitua como peça fundamental da trama, o ponto de articulação entre luxúria e subversão.

Por ser uma mulher que desfruta do prazer sexual desvinculado do matrimônio e da maternidade, Tália subverte a norma esperada por uma mulher branca europeia e, por isso, precisa ser disciplinada pela "inversão" de seu papel sexual. Sobre o dispositivo disciplinar feminino cristão, no romance representado pela ação do Padre Barruel, Foucault afirma que: a mulher é "investida primeiramente pelo dispositivo de sexualidade, e é uma das primeiras a ser "sexualizada", pois é nela "onde sempre deveria figurar um valor" de preocupação com "o espaço familiar (do qual deve ser elemento substancial e funcional) e com a vida das crianças (que produz e deve garantir, por meio de uma responsabilidade biológico-moral que dura todo o período da educação): a mãe, com sua imagem em negativo que é a 'mulher nervosa'" (FOUCAULT, 2017a, p. 113; 131). Trata-se,

portanto de disciplinar esse “não modelo” de mulher que contraria o projeto da sexualidade docilizada. Tália nega-se a ocultar seus prazeres: uma mulher sem “mentor” e “sem lei do falo” que comanda encontros sexuais na sua casa, dando guarida às reuniões de soldados. Nessas ocasiões ela se coloca não apenas como corpo desejado, mas também como corpo desejante que sente prazer, constituindo um perigo por ser um corpo indisciplinado: “Por trás da parede de palha, tocando-me com os dedos, eu me sentia feliz e privilegiada por testemunhar o modo como se amavam” (SILVA, 1979, p. 53). Pela sua “inadequação”, ela parece representar para os poderes da época, o risco cada vez mais provável de uma insurreição contra a Coroa portuguesa, que colocava aqueles soldados em situação de abandono e precarização.

Essas representações – agenciadas pelo escritor – efetivam, poética e politicamente, forças latentes que se tornaram (aos olhos do regime) ameaças à instabilidade dos (frágeis) valores morais e políticos conservadores de nosso país. Aspectos que se repetem tanto durante o regime hétero-civil-militar, quanto no período atual da nossa cansada democracia. Após serem recalcadas por séculos, a força latente das corporalidades não normativas ressurgem ao “cistema” normativo de maneira “fantasmagórica”, representadas por toda uma série de sujeitos não inclusos nos projetos humanistas, modernos e globalizantes iniciados pela expansão marítima e pela empreitada eurocêntrica de colonização das mentes nativas no globo terrestre.

Um romance contra o fim da história

Diferente da afirmação de Francis Fukuyama (1992)[27], não acreditamos que a história acabou, ao contrário, ela continua em processo e os acadêmicos têm grande papel na proposição de sua releitura crítica. Essa ideia é defendida pela historiadora Joan Wallach Scott (2018), na entrevista ao *Jornal Público* (Portugal), na qual reflete sobre o importante papel daqueles em mediar o debate com estudantes do Ensino superior, que não necessariamente se tornarão acadêmicos, e com outros setores

[27] No livro *O fim da história e o último homem*, Fukuyama (1992) afirmou que o fim da união soviética e a propagação da cultura do consumo em escala mundial marcaram a vitória do mundo capitalista. Dessa forma, a procura de um modelo moderno de sociedade teria chegado ao fim, demarcando, nessa compreensão, “o fim da história”.

da sociedade de modo geral. Reconhecendo a distância entre o nosso trabalho "complexo" e o fato de os "actores políticos e os *media* [ainda] operarem com binários simplistas enquanto nós os tentamos desconstruir" (SCOTT, 2018, p. 1).

Para a autora, o nosso trabalho é o de garantir substrato científico investigativo, informar grupos e indivíduos engajados no trabalho de transformação do caráter violento, opressivo e dominante das práticas culturais:

> Podemos intervir em diálogos públicos, explicar o nosso trabalho em fóruns públicos e nas redes sociais. Nós escrevemos para enriquecer e aprofundar visões políticas que promovam a igualdade e a justiça social e para auxiliar movimentos políticos que se dediquem a essas causas (SCOTT, 2018, p. 1).

Seguindo esse raciocínio, utilizamos a literatura colocada como uma forma de intervenção, capaz de efetivar materialidade política às nossas utopias; elemento motivador de agência, a critica cultural e literária podem (re)colocar as pessoas narradas ou narradoras na condição de sujeitos históricos, agentes sociais e políticos. Este agenciamento teórico deve propiciar leituras que levem à construção de autorrepresentações afirmativas, e de quadros de referência plurais grupos, temas e histórias silenciadas para os estudantes de graduação dos cursos de educação e humanidades.

Os pensadores Karl Marx e Friedrich Engels empreendiam seus escritos políticos, filosóficos e econômicos por meio de leituras comparativas entre vida, politica e literatura, como constatado por Gyorgy Lukács (2010), ou seja, procedendo uma leitura dialógica do texto em relação à vida. Eles não separaram um "dentro" e um "fora" da literatura: prática comum em certos setores estruturalistas ao compreender a o texto literário como um circuito fechado em si, ignorando a dinâmica das relações sociais e materiais de sua época; ou, ao modo como fazemos, nas interações e interrelações entre texto, política, sociedade e subjetividade, estabelecendo elos entre o presente e o passado como mecanismo de rasura das falas míticas do contemporâneo vivenciado por nós.

Em *Marxismo e teoria da literatura*, na parte I: "Marx e Engels, historiadores da literatura", criticam autores e produzem metáforas relevantes para o entendimento da divisão de classe e da concentração de renda na sociedade. Na parte I, do Manifesto comunista (1848), Marx tirou conclusões como: "Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do

mundo dos homens." (MARX, 2004, p. 80). Eles empreenderam sua linha de raciocínio ao analisar certos dados da sociedade em paralelo a obras literárias. Dessa forma, valeram-se de metáforas poéticas para reforçar sua linha de pensamento: "Tudo o que era sólido e estável se desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado e os homens [e mulheres, adição minha] são obrigados finalmente a encarar sem ilusões a sua posição social e as suas relações com os outros homens [e mulheres]" (ENGELS, MARX, 1998, p. 43). Ao avaliar as disputas entre tradições e entre as diferentes gerações de seu tempo, em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* (1852), Marx afirma: "A tradição de todas as gerações passadas é como um pesadelo que comprime o cérebro dos vivos" (MARX, 2011, p. 25). Por seu modo de fazer crítica, o autor é colocado por Butler como pioneiro da crítica cultural, ao empreender o desmascaramento dos "atos contingentes que criam a aparência de uma necessidade natural" (BUTLER, 2018a, p. 69-70).

No campo linguístico pela semiologia, trabalho semelhante foi situado por Barthes, que compreende a categoria saussuriana de "fala" como um atravessamento cultural e simbólico do uso prático da língua pelos sujeitos. Trocando em miudezas, *Mitologias* propõe um método de análise semiótica que desmascara nas falas (discursos) dos sujeitos, o caráter social e histórico de sua construção: essa ferramenta analítica foi utilizada por ele na análise de uma série de objetos culturais para além do texto literário. Dessa maneira, a "linhagem" crítica à qual nos filiamos expõe que são as mãos humanas e não o sopro divino, o aspecto construtor da *natura* dada pela sociedade por diferentes escolas de pensamento teóricas ou teológicas, estas, direta ou indiretamente, influenciaram métodos e categorias conhecimento científico, artístico e filosófico.

Fosse por meio da crítica ao *status quo* defendido pelo "socialismo reacionário feudal": "Para atrair o povo a aristocracia desfraldou como bandeira a sacola do mendigo; mas assim que o povo acorreu percebeu que as costas da bandeira estavam ornadas com os velhos brasões feudais [...]"(ENGELS, MARX, 1998, p. 60), fosse na defesa da utopia de "dias melhores" (uma sociedade sem classes: socialista-comunista), era na análise literária, que os teóricos socialistas (Marx e Engels) erigiam sua crítica à manifestação da ideologia dominante, condenando ou compactuando com autores que estavam mais ou menos perto de ideais de "libertação" da "classe trabalhadora" e da crítica à sociedade estabelecida.

Essa tradição “iniciada” por Marx nos prova que a literatura pode e deve nos servir como força motora da crítica e da transformação social. Através de suas imagens, representações e experimentações; a análise literária é observada nas possibilidades de denúncia, não apenas do seu contexto de produção, mas na projeção de sua atitude crítica dos problemas que persistem no tempo, caráter que potencializa a força desse método de análise.

Nosso trabalho com a literatura também deve ser o de desfamiliarizar e estranhar a aparente normalidade de todas as formas de desigualdades sociais, que transformaram fatos históricos (do acúmulo de capital à LGBTfobia) em mitos naturais, que desdenham de qualquer possibilidade de mudança e alteração do comodismo, provocando desesperança, medo e desarticulação. A literatura deve desvendar, desmascarar e desmistificar o irracionalismo e a naturalização da aceitabilidade da miséria, da fome, da abjeção e dos preconceitos contra sujeitos de orientação sexual e identidades de gênero diversas.

Acreditamos que o comportamento de Tália, por meio de uma metáfora por nós lida em *No país das sombras*, - e é necessário destacar que as metáforas são coisas sérias por afetarem a prática (HALL, 2018, p. 229) -, ativa uma importante postura ética do tipo de solidariedade que é importante ser desenvolvida para uma ação política de valorização da diferença que leve ao fortalecimento de redes e articulações dos grupos sociais em luta por políticas públicas, dignidade e superação das desigualdades sociais e econômicas. Para estabelecermos os valores de convivência social não apenas na igualdade, mas na diferença, é preciso não apenas o respeito e a convivência, mas também o *cuidado com o outro*, que se contrapõe a um *cuidado de si* eugênico e fascista baseado em purismos de raça e grupo: é necessário cuidarmos uns dos outros, estreitando os laços e elos na busca por uma cidadania afetiva que caminhe para posturas de agenciamento efetivo.

A imagem do acolhimento de Tália para com o amor entre os dois soldados, pode ser remetida a uma representação muito recorrente sobre as travestis trabalhadoras sexuais na bibliografia sobre o tema: a imagem da travesti puta, mais velha e experiente, que acolhe os jovens garotos gays que foram expulsos de casa por conta de sua feminilidade (como Ótima, a travesti idosa faz com Lina Lee, no conto *O amor Grego,* também de A.S). Há na trama, um jogo de interações interseccionais no quesito da exclusão, já que os soldados são estranhados pelos pares militares por serem amantes, enquanto a cortesã Tália possui um status social

que, embora seja metropolitano, é diferenciado do das senhoras portuguesas, pois ela não é uma senhora cristã, de família. Assim, nesses atravessamentos de situação e condição de classe e sexualidades conflitantes e divergentes, ela se faz a protetora da relação homoerótica e se solidariza com aqueles dois seres humanos. Ela acompanha o nascer dessa paixão, permite que seja consumada em sua casa e protege-os. Mesmo quando o desfecho dessa união já não se encontra sob seu domínio, quando o destino dos amantes já está selado pela Igreja Católica e pelo Estado, ela caminha silenciosamente junto a eles (em luto), até o doloroso momento de sua execução pública:

> Eu os amava também, eu os queria, eu desejava que ficassem ali para sempre, a salvo. [...] Eu decidira usar o mais negro de todos os meus vestidos – este seria o sinal mais evidente da minha dor. Nada mais podia fazer por eles. Mas minha última homenagem eu prestaria – de negro, diante deles, lá estaria à hora da execução, a lhe dirigir, com o meu rosto trágico, a última mensagem solidária. Minutos depois, estremeci de medo ao ouvir o primeiro rufar dos tambores. Permaneci de pé no mesmo lugar e troquei com eles o último olhar, quando passaram (eu lhes disse “ainda estou aqui”: foi isso o que leram em meus olhos) (SILVA, 1979, p. 53; 54-55).

Ao estar presente mesmo no fim de seus dias, demonstrou sua solidariedade e afeto na fatídica condenação por homicídio e traição aplicada a ambos. Em sua condição de degredada pagã, seu ato encerra uma forma de insubordinação moral, que difere da modalidade política pela qual os soldados são acusados. Traduzimos esta metáfora na necessidade de sermos solidários com essas vidas e corpos, sobretudo, no momento político atual vivido no Brasil. Essa modalidade de solidariedade parece faltar, quando professores e estudiosos consideram as temáticas voltadas a gênero e sexualidade, como objetos de estudos menos pertinentes, menos científicos e que as produções culturais de cidadãos LGBTQIA+ são cultura menor.

Em nossa investigação, acreditamos que esses argumentos motivaram o silenciamento do texto aguinaldiano e a sua não retomada na “redemocratização”. Situação semelhante pela qual passaram, no passado, os autores João do Rio e Adolfo Caminha, tendo sua literatura desqualificada pela temática homossexual (Caminha), ou pela condição homossexual do autor (do Rio). Acreditamos que a democracia parece não ter tido os seus efeitos e termos totalmente ampliados para

os corpos LGBTQIA+, principalmente se, além de pertencentes a algum termo da sigla, forem corpos negros, pobres, rurais e periféricos.

Para além dessas questões colocadas, a não retomada de literatura crítica e produtiva de A.S não nos parece esquecida apenas por comportamentos e pontos de vista homofóbicos, mas também por certa preferência da teoria crítica por trabalhar com textos e autores engajados numa prática macropolítica, interessada nos exemplos de subversão que visavam superar uma ordem política, econômica e cultural advindos de uma classe média. Essa parcialidade do olhar critico se mostrou desinteressada nas produções marginalizadas (como é o caso de A.S) que encenassem a superação de uma ordem sexual-moral rígida. Essas "pequenas" e menos prestigiadas formas de resistência e articulação, são valorizadas por Guacira Lopes Louro pela leitura *queer*, que será operada na análise de *Lábios que beijei (1992).*

Nos dias de hoje, esses corpos "injuriados" continuam a gritar, suas presenças continuam a pulsar, sua tomada de consciência micro e macropolítica se espalham pela internet: promovendo um debate ético, estético e político para além das fronteiras regionais; pelas ruas: reivindicando maior acesso ao mercado de trabalho, ensino superior e garantia de representação para pessoas LGBTQIA+ no sistema político. Essas subjetividades, corpos, sujeitos e coletivos, cada vez mais, têm buscado políticas de aliança e convergência com outros grupos excluídos da "norma", rompendo com a ideia de que suas necessidades sejam vistas apenas como questões identitárias, ou que devam estar simplesmente alijadas a uma luta política e econômica (macropolíticas), na qual figurariam em segundo plano.

Saindo da ficção e adentrando no espectro biográfico do texto seguinte, buscaremos analisar como o narrador "desvenda" e desvela um "Brasil homossexual", exercício que se *No país das sombras* (1979) acontece como investigação histórica (ficcional), na próxima seção, se dará na "investigação" "autoetnográfica" de A.S ao cinema Iris e nas suas vivências no bairro da lapa. Ambas registradas no livro *Memórias da guerra* (1986), texto que projeta o testemunho de A.S como um dos sobreviventes da perseguição política, moral e sexual executada pelo regime militar.

“O IRIS TAMBÉM É BRASIL”

> Tem uns que chegam lá e dizem assim, ‘e você, fica de pau duro?’ E vão logo perguntando. [...] O pai de família, o cidadão, gosta mesmo é de uma boa trolha.
>
> Marisa Gaúcha (silva, 1986, p. 116).

“Descobrindo” a presença homossexual no Brasil

Em *Memórias da Guerra* (1986), segundo livro de nossa análise, de caráter romanceado e biográfico identificamos, assim como nos outros textos de A.S analisados, um *leitmotiv*[28] metodológico de registrar o contexto de repressão sexual-moral da lapa. Esse aspecto foi pouco observado por uma ótica crítica que excluía as questões de sexualidade do seu olhar horizonte analítico. Contrariando esse horizonte de subversão cis-hétero-centrado, em seus romances e livros, A.S preocupou-se com os marginalizados pela “política de segurança sexual” (COWAN, 2014) erigida pelos integralistas e fortalecida pelos ideólogos do regime militar. Sua escrita realiza a exposição do Brasil não falado pela retórica oficial, este relegava a presença homossexual ao silêncio e à violência, para o militarismo a homossexualidade representava “corrupção moral”, “ameaça à juventude” e ao Brasil cristão. A situação de tabu da temática coloca a prática homossexual como algo a ser escondido, um tema a ser maldito ou não dito. Isso gerou uma “ausência” que levará o narrador das memórias da guerra (1986), a investigar nos banheiros do cinema Iris (ponto de encontro gay da Cinelândia), a existência da “pichação”: “O IRIS TAMBÉM É BRASIL”. Essa frase questiona, rasura e implode todo o mito de fundação moral da nação Brasileira cristã, pois desmascara o empenho moralista do Estado em esconder um “outro Brasil”: o dos guetos da experimentação homossexual. Na nossa análise, percebemos que este Brasil já fora descoberto pelo autor em *No país das sombras (1979),* fato que agora será escancarado pela pichação descoberta no banheiro do cinema.

No capítulo de abertura: “nas matinês no cinema Iris”, apresenta-se à memória do narrador, um jovem Aguinaldo de 20 anos. Recém-chegado à Lapa, no

[28] O termo Leitmotiv, que em português pode ser traduzido como “motivo condutor”, consiste em um tema ou ideia musical que aparece constantemente no decorrer de uma obra. Por nós ele é traduzido como uma espécie de projeto, ou repetição de temas, que parecem ser a potência condutora de um autor.

que seria provavelmente uma de suas primeiras experiências em locais de encontro homossexual. As cenas de “pegação” são descritas pelo narrador entre o horror e o encantamento, enquanto ele busca no cinema, o banheiro, no qual soube estar localizada a tal “pichação”:

> Mais alguns passos pelo corredor escuro e pude ver, sob a luz avermelhada que indicava ‘homens’, um bombeiro, devidamente fardado, a esmagar contra a parede um vulto que gemia, que pronunciava palavras impublicáveis, aquelas que em família não se diz (SILVA, 1986, p. 17).

Nessas cenas de “pegação”, o narrador afirma ter sentido “cheiro de morte”, expondo o clima de suspense e tensão vivenciado - “só sentira um cheiro igual uma vez, antes, no necrotério do recife” (SILVA, 1986, p.18) -, até sua chegada à porta do banheiro dos homens: “tentei abri-la, mas como se adivinhasse o meu gesto, alguém, do lado de dentro, se antecipou – uma bicha alta e negra, que foi logo anunciando: - Eu sou a porteira” (SILVA, 1986, p. 18). Banheiros públicos, praças noturnas e cinemas, majoritariamente, frequentados pelo público masculino, foram pontos de encontro entre homossexuais masculinos. Esses lugares serviram como espaço de descobrimento de muitos daqueles que começavam a entender seu desejo socialmente estigmatizado e não é uma imagem incomum na literatura brasileira. Sua caminhada pelo cinema aos poucos desvela e descortina o Brasil da moralidade cristã, detonando as bases da “sagrada família” brasileira ao mostrar os “seres“ que vivem ainda mais distantes das margens: nos subterrâneos da moral[29]: “seis, oito, dez pessoas se manipulavam, apalpavam e examinavam com uma curiosidade quase científica”, cenas descritas pelo autor com riqueza:

> Dos três banheiros, dois estavam de portas fechadas, e deles vinham estranhos ruídos, uivos, gritos, imprecações. O terceiro, com a porta aberta mas igualmente ocupado, era palco de uma cena que atraíra vários curiosos que, amontoados à porta, a tudo assistiam. A fumaça, os sons, a luz amarelada, o rosto impassível das pessoas – o mesmo rosto, tudo igual -, tudo isso me assustou mortalmente, e eu já pensava em recuar, voltar ainda dos degraus e fugir dali, mas a porteira, que acompanhava cada um dos meus passos, já se postara habilmente contra a porta, e quando eu me voltei ela disse, numa voz sibilante: “pode entrar, meu bem Não tenha medo” (SILVA, 1986, p. 18).

[29] Termo utilizado por Afonso-Rocha e Mitidieri (2019), no texto: *Bichas inauguram a utopia: resistência homoerótica na literatura lampiônica.*

A curiosidade investigativa do narrador em se embrenhar por esta aventura no Iris, em meio ao pânico e a curiosidade, parece seguir os mesmos esforços representados pelo narrador de *No país das sombras* (1969): “aquela estranha gente que eu fora descobrindo [...] teriam sido o que hoje se chama de ‘as origens da nacionalidade’? Não, eu me recusava acreditar” (SILVA, 1979, p.70). A descoberta de que “O Iris também é Brasil”, parece levar o autor à sua busca pelos “fenômenos aparentemente negligenciáveis da história” (GINZBURG, 1989, p. 10): no percurso até o banheiro, ele vai reencontrando as origens “invertidas” de nosso país, subjetividades e forças presentes desde os primórdios da colonização, realidade sufocada, marginalizada e escondida por um pacto entre o poder militar e a religião cristã. Chegando ao desfecho do capitulo, os seus olhos “encontravam, afinal, a frase – que àquela altura a mim já não dizia nada: negras, enormes, **escritas por uma mão firme e decidida**, as letras informavam: “O Iris também é Brasil” (SILVA, 1992, p. 19, grifo nosso). A frase parece fazer justiça ao empreendimento estético de A.S em materializar pessoas que “não existem” aos olhos da normalidade: “dezenas de pessoas [que] nunca poderiam sair à rua durante o dia sem serem apedrejadas: bichas horrendas, malandros em fim de carreira, prostitutas viciadas e seus poucos e exigentes cafetões”. (SILVA, 1986, p. 13). Compreendemos este ato imagético evocado pela frase, como um esforço agenciado pelo autor para afirmar que aquele lugar, que aqueles comportamentos também são Brasil, sua parcela posta no gueto, o Brasil violentado, perseguido e abandonado.

“Acima e abaixo, em 1966 no mirante do meu sobrado da Rua Visconde de Maranguape (que foi inteiramente derrubada): eu vivi e testemunhei os anos finais da verdadeira Lapa.”

(Texto e foto extraídos do blog pessoal do autor)

Memórias da guerra

> [...] quem iria se preocupar com uma piranha que estava morrendo num dos poucos sobrados ainda de pé naquele local a que, apenas por tradição, ainda se chamava a lapa?
>
> (SILVA, 1986, p. 31).

Em *Memórias* (1986), A.S testemunha a história da parte mais frágil da disputa entre o Estado e os sujeitos marginalizados pelo moralismo da ditadura cis-hétero-militar: os moradores da lapa. O autor testemunha a resistência e os últimos suspiros da Lapa (RJ) e de seus moradores contra sua modificação burguesa, um projeto de modernização elitista que destruiria não apenas as ruínas do bairro como também a presença de toda uma classe de cidadãos que incomodavam o poder público e a população. Essa associação é explicita no trecho do capítulo *Pavana para Twist (A agonia da Lapa)*, no qual o autor compara os últimos suspiros da trabalhadora sexual, *Twist*, aos últimos suspiros da própria Lapa, que ia sendo demolida pelo poder "pudico":

> *Twist* morria no bairro que fora seu nos últimos cinco anos, enquanto arquejava, arquejava e gemia, ela mais e mais se aproximava da paz que seria aquela morte – que, no entanto, ela rejeitava -, e o próprio bairro sobreviveria por pouco tempo à sua agonia (SILVA, 1986,p. 27).

Memórias (1986) é definido por Silverman (2010), como um romance-reportagem, agenciando um tom testemunhal de narrar fatos, que no espaço de visibilidade do meio jornalístico, poderiam soar afrontosos ao regime. Na narrativa e suas memórias, o autor não se coloca apenas como testemunha ocular, mas também se envolve nos novelos marginais da lapa boêmia, da qual ele era uma viva figura: "Assim, o convite que o Adolfo me fez naquela noite [...] Por que você não sai comigo amanhã? A gente arrocha um cara qualquer, levanta uma grana [...] na manhã seguinte eu lhe disse que aceitava" (SILVA, 1986, p. 23). João Antônio Mascarenhas destaca a postura do autor, na assinatura das orelhas do livro:

> Aguinaldo não descreve os **enfiados e escondidos do submundo** como um escritor vindo de fora, a passeio ou a turismo. Ele é um deles, não está em. É indissoluvelmente, pela biografia e pela alma, acima de convicções intelectualóides. Por isso, a sua ótica

> de olhar essa classe lesada convence na medula, é comovente (vide orelha, grifo nosso).

As *memórias*, bem como os textos jornalísticos e ficcionais apresentados, narram a transformação do espaço físico da antiga Lapa em paralelo à desocupação de seus moradores, sujeitos que por serem subhumanizados e desprestigiados da sociedade, são impedidos de encontrar o "acesso à voz" necessário para a representação de suas próprias realidades. A.S pode ser considerado uma exceção à regra: literatura, jornalista e ativista político, ele utiliza ali de sua voz, mesmo sem encontrar espaço para "falar com autoridade", para ampliar a ressonância dos fatos sociais que aborda sob uma ótica de oposição ao regime. Em diferentes momentos de sua carreira durante o regime, essa voz é perseguida e abafada, seja na prisão, nas tentativas de censura que sofreu ao longo de seu trabalho como escritor e jornalista, ou mesmo, na invisibilização da qualidade de sua contribuição literária pós-64. No trecho de entrevistas percebemos que sua qualidade de repórter-policial foi obnubilada por sua orientação sexual:

> Modéstia à parte, eu era muito bom como jornalista, mas, ao mesmo tempo, eu era gay, assumido e declarado. E nas redações **não havia lugar para esse tipo de gente**. Por isso havia gays que criavam todo um mistério em torno de si mesmos para sobreviver[30] (SILVA, 2010, grifo nosso).

Para contrapor o sepultamento de sua literatura crítica, nós retomamos sua escrita testemunhal enquanto um sobrevivente da "guerra da lapa", sua escrita memorialista dessas histórias da "margem", garante registros, traçando opiniões e proliferando válvulas de escape poético-literárias contra a devastação e transformação moralizadora da "modernização" da Lapa. Essas metáforas se projetam para o presente, no qual servem de base para resistência de geografias, corpos e desejos na cruzada (promovida obviamente pelo fundamentalismo cristão) entre a moralidade cristã burguesa e o seu contraponto.

Por meio deste testemunho, esses "lugares de memória" não morrem com seus "fantasmas", mas projetam-se para o momento atual, assombrando "Crivellas", "Damares", "Felicianos", "Malafaias", e inclusive o próprio A.S, por suas afirmações

[30] Entrevista "Não confiavam em mim no jornalismo porque sou gay", disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/livrariadafolha/ult10082u731304.shtml.

contraditórias às histórias narradas em seus próprios livros. Muito de seus escritos passados, hoje podem servir como base para o trabalho de historiadores da época, que trabalhando sobre novas orientações epistemológicas, se nutrem interesse pela investigação da repressão às diversidades sexuais durante o regime militar. Esse cruzamento entre literatura, contexto e luta política no presente, produz esclarecimentos sobre o contexto autoritário e consolida memórias contra a persistência do moralismo político que nos sangra a democracia no período contemporâneo.

Suas *Memórias* podem servir, inclusive, para contestar uma série de posições negacionistas do autor, afirmações que por vezes desvalorizam a prática daqueles que lutam no presente, pelas mesmas causas que ele lutou no passado. Sua postura pode e deve ser questionada no presente, mas talvez não seja justo falar em cooptação do autor, pois o autor também assume posturas, por exemplo, contra a censura e os aspectos danosos da polarização política do momento presente. No entanto, poderíamos falar sim, em certo adestramento a uma logica de desigualdade natural da qual somos críticos.

Aqui trago a reflexão proposta pelo rapper Emicida: “É necessário voltar ao começo”. Essa frase é do um álbum *Para quem já mordeu um cachorro por comida, até que eu cheguei longe* (2009), continua sendo repetida em suas faixas musicais atuais, colocando a necessidade de se voltar ao passado, para que não se percam os compromissos das lutas coletivas. Neste trabalho seguimos o caminho proposto pelo rapper para pensar o ativismo LGBTQIA+ por meio da literatura de A.S e do Jornal no *Lampião*, contexto que nos oferece uma gama de compreensões pertinentes para a análise do momento atual. “Voltar ao começo” se apresenta como a possibilidade de estabelecer uma relação positiva e autoafirmativa de busca das narrativas e verdades dos grupos silenciados por meio da memória:

> Seguimos nos tempos difíceis, que Edi Rock cantou
> Mostrei o refrão pros irmão, logo geral concordou
> Que é necessário voltar ao começo
> Quando os caminhos se confundem, é necessário voltar ao começo
> Não sabe pra onde ir? Tem que voltar pro começo
> Pra não perder o rumo, não pode esquecer do começo (Emicida, 2009).

Este trabalho de memória, conforme as recomendações metodológicas de Helena Vieira (2015), deve consolidar horizontes culturais, políticos, éticos e jurídicos que evitem que cidadãos LGBTQIA+ precisem criar, nas palavras de A.S, “todo um mistério em torno de si mesmos para sobreviver”, realidade que coloca essas pessoas em zonas de risco e subcidadania. Discursos e comportamentos reativos contra esses grupos têm se agravado, pois, vivemos um momento político de tensões contra esses cidadãos e os grupos que reivindicam a dignidade dessa população. Boa parte da campanha presidencial de 2018 foi pautada por discursos fascistas e reativos contra a homossexualidade. Como tem sido discutido por especialistas das ciências humanas, esse fenômeno fascista que vivenciamos já estava adormecido na população há tempos. O candidato vitorioso na última eleição é apenas mais um dos representantes desse sentimento ultranacionalista e fundamentalista cristão, lógica questionada por A.S no contexto de escrita das obras aqui analisada.

Por meio de sua linha ficcional e poética, A.S representa a destruição do local, empreendimento da moral cristã militarista, movida pelos anseios dos setores imobiliários (diversas construtoras de renome hoje, surgiram naquela época) e pelos ranços moralistas da sociedade patriarcal burguesa.

O abandono e a insensibilidade para com pessoas pobres e marginalizadas da normalidade social demonstram uma moral ausente de valores de solidariedade e cooperação, representadas na negação de atendimento médico de urgência a *Twist*, trabalhadora sexual da Lapa: “A ambulância [...] não viera – quem iria se preocupar com uma piranha que estava morrendo num dos poucos sobrados ainda de pé naquele local a que, apenas por tradição, ainda se chamava a lapa?” (SILVA, 1986, p. 31). Essa reflexão sobre a desigualdade moral e de classe, é materializada pelo narrador, ao perceber que tudo ali será destruído, mas se manterá preservado um símbolo de sustento da tradição cristã, uma catedral inacabada:

> Debruçado no pedaço de janela, eu observava a ruína monumental do outro lado, a catedral inacabada, e pensava que ela, sim, jamais cairia (embora fosse **eternamente uma ruína**), que **nós fôramos sacrificados por sua causa, mais do que urbanismo, era a moral cristã o que sitiava a Lapa, eram os ranços moralistas da sociedade patriarcal-burguesa, e fora esta o que causara a sua desgraça e a sua queda**. Eu observava aquele monumento à nossa lenta agonia, imaginava quanto sangue e suor teriam sido necessários para construí-la, ah, a civilização cristã ocidental e sua

> pirâmides, eu quase podia sorrir enquanto pensava nisso, sinceramente o faria, se o cheiro de morte que vinha lá de dentro – e *Twist* arquejava, gemia – não me entrasse com tanta sofreguidão pelas narinas (eu também morria um pouco) (SILVA, 1986, p. 32, grifo nosso).

A narrativa visa superar a destruição do espaço e das vidas ali presentes, um registro para que não se esqueça dessa Lapa sitiada por pessoas, cujos corpos o Estado desistiu e resolveu sepultar. Não eram apenas os tijolos e as construções da Lapa que estavam sendo derrubados, mas também seus moradores. A.S constrói "monumentos de memória", "esculpindo" ilustração da Mendiga Paulista como uma espécie de monumento da resistência marginal do lugar cujos "moradores da lapa, que se consideravam humanos" (Silva, 1986, p. 30), consagrando a figura da mendiga "sem o menor pudor":

> [...] que, nas raras horas de sobriedade se apresentava como 'uma senhora nascida no Braz', e que, quando mal-humorada, postava-se na esquina, **imóvel como uma estátua, o vestido levantado até o busto e sem qualquer outra peça de roupa a esconder a nudez, a exibir o que ela chamava de sua *quiquica*, uma coisa que os ocupantes dos automóveis, fascinados ou não, eram obrigados a ver** (SILVA, 1986, p. 29, grifo nosso).

Segundo João Antônio Mascarenhas (também editor do *Lampião*), A.S: "É o repórter marginal, o escritor-bandido, o sambista, que se intromete aos supetões no espetáculo da chamada marginalidade com a ótica da marginalidade e não do estabelecimento. Querendo-se, leia-se também [no lugar de estabelecimento]: da classe média" (*vide* orelha do livro). Seu testemunho dá conta de narrar as histórias sobre as vidas daqueles que, vindo "de baixo", não tinham o direito de virarem histórias. Imerso na condição de narrar um submundo afastado do centro pelo falso moralismo da retórica militar positivista de ordem e progresso, o narrador presente em suas obras não se apresenta de forma distanciada. Seu papel não era o jornalista observador, tampouco era o do cientista social, mas sim de alguém que reflete enquanto vivencia suas experiências na Lapa: "Àquela época eu tinha 22 anos, acabara de ler Jean Genet e fora morar no sobrado número 46 da Rua Visconde de Maranguape, na Lapa, para testemunhar – como eu costumava dizer, orgulhoso e tolo – o fim do bairro" (SILVA, 1986, p. 15). É dessa forma que ele tece suas visões críticas marcando o seu narrar não apenas pelo cunho testemunhal,

mas também ensaísta, ao se solidarizar com as personagens que não eram apenas corpos de papel, mas também, presenças de carne e osso, figuras do seu mundo:

> Desde então, sempre que passo sobre os Arcos, no bondinho de Santa Teresa, me fecho dentro de mim mesmo, evito observar o que passa lá embaixo, naquele vazio em que, antes, existia a Lapa, ativa e cheia de vida como uma ferida que comesse avidamente a carne saudável à sua volta. Agora, aquele deserto: que meus olhos não vejam (SILVA, 1986, p. 33).

Por um lado, *Memórias* parece ser um livro muito pessoal, por outro, as próprias colocações do autor no prefácio, traçam linhas de pensamentos que dariam margem uma discussão que poderia ser feita sob diferentes ângulos da teoria e crítica literária. É a materialidade crua da marginalidade e a solidez das pessoas que aparecem como personagens transmutados da vida real, que A.S menciona, quando quer nos convencer do que há de real no livro:

> Verdades ou mentiras? Os travestis, as putas, os canasduras do quinto distrito, os garçons da leiteria Bol, os mendigos cheios de ricas feridas e luxuriosos andrajos, os michês e, principalmente, a legião de ratos e baratos que nos persegue constantemente a todos nesses textos são a prova viva de que tudo aqui narrado realmente aconteceu – embora nem sempre da maneira que eu preferi contar Mas, dignos leitores, nobilíssimos críticos, e, principalmente, honrados colegas escritores: quem neles haveria de acreditar? (SILVA, 1986, p. 8).

Dessa maneira, percebemos por um lado, a disposição do autor em se colocar como “testemunha” de sua memória afetiva, narrando as pessoas com as quais conviveu e trocou afetos e intrigas, por outro, em se colocar como narrador daquelas pessoas e daquela geografia com a qual ele compartilhou a marginalidade, utilizando sua condição privilegiada de literata e jornalista para proceder este projeto:

> E para coroar todo esse jogo, gostaria de assinar essas histórias com o nome que eu usava quando morri: Lina Lee. Mas havia um segredo que Lina Lee nunca revelou a ninguém, e que, na história do seu amor com Cristo Xantopoulos, **ela falseia: sequer sabia ler; era analfabeta**. Assim, só me restou, para assinar, o nome mais prosaico com que geralmente me apresento, e do qual, ao contrário dos muitos outros que nesse livro uso, não sinto maiores orgulhos. Assim, seja... Aguinaldo Silva (SILVA, 1986, p.8, grifo nosso).

Seu interesse pelas travestis pode ser observado nas reportagens que assinou no *Lampião*, ele os inclui na parte dois de *Memórias da guerra (1986)*, intitulada “mentiras”, parte de seu jogo com as fronteiras entre ficção e realidade, afinal, os capítulos de teor mais ficcionalizados compõe a primeira parte do livro, intitulada “Verdades”. Esse ato de inclusão de reportagens feitas pelo escritor no *Lampião* não é *assumido* no livro sendo, portanto, uma observação de nosso trabalho. Suas reportagens sobre o tema revelam uma verdadeira “pesquisa de campo”, realizada pelo escritor para adentrar a temática. Esse acúmulo parece se materializar na composição estética de Lina Lee, protagonista do conto “O amor Grego”, que encerra *Memórias.* A travesti morre gloriosamente em um incêndio que marca sua passagem para a “imortalidade”: uma mártir transgênero em uma sociedade intolerante que jamais permitiria a prosperidade de um corpo trans:

> A última visão que tive antes de morrer foi a do meu próprio corpo pairando além das chamas e da fumaça, flutuando no alto. [...] Eu pairava acima de tudo, finalmente, subia cada vez mais alto, a zona ficava para trás. Foi então que fechei os olhos para morrer (Silva, 1986, p. 167).

Seu corpo pairando acima do cenário caótico da zona de prostituição em meio ao incêndio da pensão de ótima, parece consagrar a imponência de Lina, uma metáfora de sobrevivência á luta contra o desprestígio imputado por uma sociedade cis-hétero-normativa às pessoas LGBTQIA+. As figuras narradas pelo narrador se colocam contra esse sistema opressor e hipócrita, ao plasmar imagens nas quais essas pessoas conseguem, mesmo que de forma breve, “dar a volta por cima”, terem momentos de dignidade e afeto, ou simplesmente driblar a violência – e a extorsão - constante das forças policiais:

> Numa madrugada eles [os policiais] invadiram a casa de repente, após prender as bichas, prostitutas e alguns dos infelizes clientes, encurralaram Débora contra a janela. Foi aí que se deu o milagre. [...] o impossível acontecer: Débora pulou, e seu corpo, como se tivesse molas, foi cair no meio da rua, trinta metros abaixo, de pé, após descrever uma curva sobre a copa da árvore. Antes que os policiais pudessem perceber o que realmente aconteceu (um deles apertou o gatilho realmente, mas talvez fosse apenas por causa do susto), Débora, sem se voltar, caminhou tranquilamente até a esquina mais próxima e desapareceu (SILVA, 1986, p. 15).

O lampião da esquina dedicou a capa de dois de seus volumes às travestis, além de trazer em outros volumes destaque para as condições de opressão e abjeção que essas pessoas viviam na margem da sociedade brasileira. O que podemos ver nos textos do *tabloide* (que se repetem também em *Memórias*) são vidas que transitam na gradação entre o glamour, a violência e a possibilidade de morte. Suas vidas se passavam nas apresentações e performances em bares; na convivência com a possibilidade de sofrerem violência por parte de clientes, policiais ou simplesmente serem espancadas gratuitamente, claro, como todo sujeito em condição de opressão e negação de direitos extremos, muitas delas também aderiram a práticas de violência e crime.

Capa da edição 04, de Agosto/Setembro de 1978.

Capa da edição 32, de Janeiro de 1981.

Um serviço de utilidade pública

As personagens travestis, prostitutas e garotos de programa ganham materialidade, complexidade e um lugar de fala nessa literatura, uma forma de humanizar essas existências sem incorrer na romantização da representação do

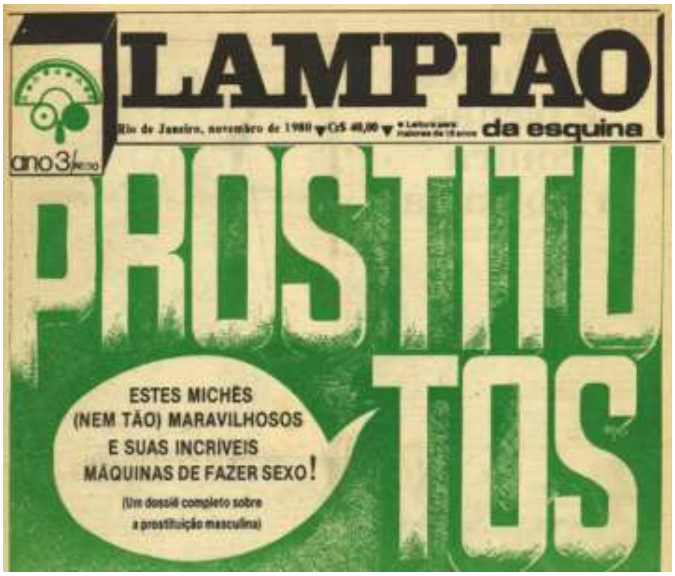
oprimido. O “registro” de suas vozes ocorre em meio a uma sociedade que as reconhecia como corpos estranhos e sem direitos a fala, motivo pelo qual A.S parece demonstrar tanto interesse pela temática. No capitulo “Uma incerta no mangue”, que é justamente a bicha “narrador”: A.S; ele consegue, por intermédio de amigos, visitar a zona de prostituição carioca conhecida como “mangue”, lá ele se encontra com Vera Regina, uma travesti que coordenava as trabalhadoras sexuais do lugar:

> A gente fatura em cima da necessidade alheia. Esses homens todos que vêm aqui, coitados, o que seria deles se não fossem essas meninas tão esforçadas? Será que eles iam aguentar, vendo essas madames que andam em Ipanema seminuas? Ia ser um tal de *pega, derruba, rasga, come*, que vou te contar: **Nosso serviço é de utilidade pública, sabia? Por isso não podem acabar conosco.**
>
> - Fala de Vera Regina, ‘um rapagão ainda mais alto por causa dos tamancões que calçava’ [...] (SILVA, 1986, p. 43, grifo nosso).

Nessa narrativa, as falas dessas figuras sociais parecem coadunar com o ponto de vista desenvolvido pelo autor, que demarca suas posturas políticas diante do mundo, os problemas sociais e possíveis resoluções. A frase “Nosso serviço é de utilidade pública, sabia? Por isso não podem acabar conosco.”, se repete também numa entrevista do *Lampião* que ganha capítulo em *Memórias*, intitulado “confissões de um jovem michê”. Ali o entrevistado, um garoto de programa experiente, desabafa os dramas de sua atividade profissional bem como a sua condição de prestador de um serviço essencial para o brasileiro:

> [...] **MICHÊ**: - gostaria que surgisse alguém que defendesse a gente, sabe? Porque eu não vejo isso como uma coisa marginal. Seria bom que houvesse justiça dos dois lados, tanto do lado do cliente, que nos sacaneia muito, quanto do lado do michê, pois os dois praticam suas injustiças. Eu considero isso uma profissão. Porque você vê: se as pessoas te pagam, e porque elas precisam disso, não é? E se elas precisam, a coisa tem que existir.
>
> **A.S**: - Pra arrematar: com isso você quer dizer que a michetagem é – digamos assim – **um serviço de utilidade publica**?
>
> **MICHÊ**: - Como as ambulâncias, os supermercados, os bancos, os táxis... De **utilidade publica**; é isso aí (SILVA, 1986, p. 100, grifo nosso).

A forma como a discussão é desenvolvida durante o texto parece sugerir uma ideia de legalização e regulamentação da atividade “milenar”: o trabalho sexual, temática, digamos de passagem, extremamente subversiva à época, e ainda pouco pensável pelo poder nos dias atuais. O projeto de fazer uma leitura crítica e política de todas as formas de desigualdade e de estabelecer elos de sentido entre o racismo, a homofobia e a concentração de renda, marcaram a escrita politizada do *Lampião*.



Capa da edição 30, de Janeiro de 1980.

No livro *Memórias*, a leitura “desvelante” do aspecto ideológico da dominação, é tecida pelo escritor por críticas ao sistema econômico, à moral cristã e ao autoritarismo militar. Este aspecto estético e político é elaborado através de uma perspectiva de superação da divisão entre os “oprimidos”: o estado de solidão e desunião entre a própria comunidade estigmatizada, iniciativa que marca também o surgimento do jornal. Esse aspecto é sinalizado por Darcy Penteado (redator do *Lampião*), no recorte do *jornal* “As flores negras da repressão”, quando o lampiônico realiza esforços para organizar uma reunião com a comunidade de travestis:

> Solicitei o auxílio de alguns elementos dos grupos homossexuais organizados para que, percorrendo os bairros, convocassem o maior número possível de travestis para uma reunião, Dia, hora e local marcados: nenhum[a] travesti apareceu. Marcamos nova data e saímos para os contatos. desta vez distribuindo filipetas. Um, com quem falei, foi radical: **‘É a classe mais desunida que existe. Cada uma só pensa em si e vê na outra uma inimiga. Você não vai conseguir nada!’**[31].

[31] Lampião da esquina na edição n.32, janeiro de 1981, grifo nosso.

Refletindo sobre a organização dos homossexuais como classe ou grupo marginalizado, o narrador de *memórias* (1986) declara: “a fraternidade do estigma, em cujo gueto todos nós vivemos, nem sempre basta para nos colocar do mesmo lado.” (SILVA, 1986, p. 83), fator que impossibilita a criação e o fortalecimento de redes de proteção e acolhimento dessas pessoas e para essas pessoas. A superação dessa inércia e desunião foi uma das motivações do *Lampião*, isso os coloca como pioneiros de uma história e genealogia do ativismo LGBTQIA+ brasileiro.

Ao relatar na ficção as personagens reais das noitadas, do mundo das baladas, do crime, do trabalho sexual e das drogas, Silva narra não apenas o caráter exótico dessas “entidades” (sim, ele também o faz entre o medo e a admiração), mas destaca seu caráter humano, cidadão e trabalhador, como no capítulo “Libélulas, Mariposas, Vampiras e Damas da noite”[32], no qual ele narra suas entrevistas com travestis. Elas entram no palco da literatura e ganham visibilidade não apenas no que há de exótico e sobrenatural se sua imagem, mas a partir de seu cotidiano: diálogos comuns de café da manhã, dramas e batalhas de sobrevivência ao dia-a-dia: “Eu sou praticamente analfabeta; ia viver de que, se não fosse a calçada? Ia ser empregadinha de madame, lavar penico?” (SILVA, 1986, p. 118). A fala da travesti trabalhadora sexual “Ângela”, que expõe os sólidos efeitos da divisão de renda desigual de nosso país e o tipo de serviço que está disponível para pessoas abandonadas pelo estado, sem possibilidade de ascensão financeira ou de dignidade social, para Ângela, exercer o trabalho sexual é uma forma de subversão, de resistência, ela nega o lugar reservado a ela e encara todo ônus para manter sua autoestima, sem, no entanto, conseguir escapar de um meio social violento que reafirma a condição de subhumanidade e subcidadania atribuída pela sociedade a essas pessoas.

Preservando as memórias da guerra

Seu livro, *Memórias da guerra*, foi publicado em 1986, depois do fim do *Lampião da esquina*, em 1981. O fato de alguns dos textos do livro terem sido

[32] Que também foi matéria do jornal na edição n.32, janeiro de 1981.

reportagens publicadas anteriormente no tabloide. Isso parece indicar um esforço em documentar e plasmar a memória do periódico num registro mais durável (o literário do livro de memórias) do que os jornais que, se perderiam quando findada a publicação. Isso parece indicar uma motivação documental e testemunhal sobre os marginalizados nos seus enfrentamentos com o "poder" no processo de "moralização" (dita modernização) da Lapa. Com sua escrita, o autor edifica a memórias da lapa marginal e cria "monumentos de papel", uma ode à bandidagem, ao trabalho sexual, às margens e sua resistência comum e cotidiana contra o regime militar. Como destacado pelo próprio autor, não é um texto politizado produzido pelas lentes polidas e higiênicas da classe média intelectual sobre os anos do cassetete. Os textos ficcionais aparecem nesse prisma com grandes perspectivas de crítica ao *status quo* estabelecido a partir do golpe de 64.

Felizmente, a depender de uma crítica que tem se firmado em vários campos das ciências humanas, propondo teorias e conhecimentos que superem a homofobia social, se propondo à análise de objetos textuais e culturais que envolvam personagens e temas do universo LGBTQIA+; essa memória continuará sendo preservada, e a irreverência dos lampiônicos serão continuadas nas atitudes de estudiosos e ativistas políticos que visam construir novos horizontes de convivência, ou produzir, como Butler, vidas vivíveis, tragáveis e saborosas. Nessa geração crítica da "virada de gênero", as iniciativas de uma imprensa gay, crítica e democrática, a literatura produzida por A.S e de outras figuras expoentes do movimento homossexual da época, terão seu lugar na história documentados e valorizados, servindo de inspiração e árvore "genealógica da luta" política e democrática para gerações inconformadas de LGBTQIA+, ou mesmo, das pessoas que "tremam de indignação" contra todas as formas de preconceito e desigualdade no futuro.

Apesar das ambiguidades e contradições (e quem, afinal, não está livre delas?) com a qual explora sua visão de mundo, o polêmico A.S, lampiônico por excelência, produziu uma literatura que honrou o ativismo de sua época e que projeta importantes lições de aprendizado para o futuro por meio do acúmulo histórico que marca o contexto de surgimento e encerramento do *Lampião*. Percebemos na sua narrativa, um certo tom místico na ilustração de seu passado, seus confrontos com o poder são elementos que parecem ser colocados pelo autor, nos seus livros mais tardios, como uma soma de peripécias que o levariam ao

sucesso, espécie de consagração por ter “vencido” os percalços da dor e da exclusão, elemento que tentaremos dar conta no texto a seguir.

Nas narrativas memoriais marcadas pelo biográfico, como *Lábios que beijei* (1992), que será analisado a seguir, A. S salta dos textos como um dos poucos sobreviventes com acesso a voz dos conflitos narrados.

Ao publicar essas memórias em 1986, o autor não registrou (apenas comentou) a sua prisão política e ilegal, o seu desaparecimento durante o ano de 1979, no qual ficou detido na base militar de ilha das flores. Parece-nos, que se não o fez, foi por conta do custo político que isso poderia ter. É por isso que analisamos os capítulos do livro *lábios que beijei* (1992), nos quais o autor coloca em cena os fatos vivenciados por ele durante sua estadia na prisão. A forma como o autor enfrentou as diversas situações de conflito e tensão contra os poderes, se assemelha muito, às narrativas de guerrilheiros e estudantes que atuaram na resistência ao regime militar. Nesses fatos e representações, identificamos facetas de um lutador incansável dos direitos humanos e um intelectual engajado, horizonte no qual se enquadravam os demais editores do *Lampião*. Essas múltiplas nuances que esquecidas ou deixadas para trás, devem ser analisadas por uma série de trabalhos que coloquem visibilidade nos aspectos históricos, políticos e estéticos que rondam a sua biografia. Nosso estudo foi influenciado por outros que observaram a dura relação do regime militar com cidadãos LGBTQIA+; também por preocupações estético-literárias em torno do tema gênero e sexualidade, e pelas urgências políticas e jurídicas que pedem os “corpos sem cidadania plena” do momento presente.

“Quando saí da prisão a Lapa que eu conhecera e onde vivera não existia mais. Fora destruída, e com ela o estado de espírito – **livre, debochado e atrevido** – dos que a povoavam. Eu fui um deles enquanto pude. E embora minha vida tenha dado tantas e tantas voltas, até hoje me orgulho desta minha temporada no inferno/quer dizer: na Lapa.”

(Texto e foto extraídos do blog pessoal do autor.)

45 DIAS NA SOLITÁRIA POR SER HOMOSSEXUAL

O fato é que a violência, antes de me causar revolta, me faz sempre ficar envergonhado e com pena de quem a pratica.

Aguinaldo Silva, 1992.

“Figuras cuja relevância ninguém ousaria contestar”

Até 1992, data de publicação de *Lábios que beijei* (1992), A.S havia publicado 15 livros e até ali, todos os seus livros tinham um claro conteúdo de contestação e resistência à ordem político-moral conformada: uma crítica ao elitismo, homofobia e falso moralismo social, para de outros temas que se relacionam com a vida no caráter multifacetado da experiência humana, ou seja, é uma literatura que, dentre outras coisas é também política, engajada e homoerótica, mas a isto não pode ser reduzida. Aqui buscaremos analisar alguns desses recortes. Na orelha do livro, é introduzida, pela editora, uma breve descrição sobre “O romance da lapa”:

> “É um livro onde a realidade, a autobiografia e o sonho, a marginalidade, a paixão e suas ilusões, o amor e seus solidários testemunhos, a generosidade e a violência, a tradição e a revolta se mesclam, se acasalam num retrato irretocável de um microcosmo com que, se honesto, todo e qualquer leitor poderá se comover” (SILVA, 1992, vide orelha do livro).

Já segundo *a narradora*, “o objetivo deste livro é resgatar, através de Débora, a memória do Alemão da Lapa” (SILVA, 1992, p. 21). É importante para ilustrar o mundo de personagens à margem da justiça e da moralidade que povoam o universo biográfico-memorial-ficcional da escrita *aguinaldiana*, afirmar que Débora é uma travesti “rainha”, trabalhadora sexual e matriarca da marginália da Lapa. Sua figura empoderada no gueto impõe respeito até mesmo no Soldado Bentes, um policial cafetão de prostitutas da Lapa. Ela é a “bicha voadora”: a transgênero que saltava da janela do terceiro andar de sua casa sempre que era importunada pela polícia, figura que aparece nos livros de caráter memorial/biográfico do autor. Sua figura é invocada por A.S de forma mística na qual ela é apresentada como uma espécie de mestra, mãe, e oráculo, da qual ele era assumidamente súdito e a quem sempre pedia a benção, uma representação potente do universo LGBTQIA+ marginal: “uma monarca vampira que conhece e aprecia como ninguém o gosto e a

textura do sangue" (SILVA, 1992, p.14). Já o Alemão, o maior de seus "amores bandidos", é o homem com o qual A.S se envolveu e provavelmente "o que mais amou". Podemos perceber que o livro é não apenas uma forma de conciliação com a memória do autor, com as figuras inesquecíveis da lapa e de sua paixão destruidora, mas também maneira de prestar homenagem a essas figuras de seu passado. Por vezes, o autor inclusive brinca com a própria existência corpórea delas: Para Débora: Onde quer que ela esteja, quem quer que seja agora, e se é que algum dia existiu (SILVA, 1992, p.5).

Ficção e realidade aparecem nos textos de Aguinaldo como um jogo de verdades e não verdades: uma trama engenhosamente manipulada pela *escritora*, como ele mesmo era reconhecido na Lapa, segundo sua narrativa. Na escrita de Lábios que beijei, o próprio autor refere-se a si mesmo, ora como a "escritora", ora pelo pronome "ele". Seguiremos essa dinâmica, destacando assim o caráter "bicha" e andrógino do autor, que soube explorar os efeitos performativos desse recurso em suas narrativas. Dessa forma, utilizaremos o itálico quando nos referirmos ao narrador *no feminino*, já que são marcas que delineiam a presença de uma existência *queer*. O jogo de verdades e mentiras introdutório repete uma estratégia também usada em *Memórias da Guerra* (1986), na abertura de seu livro: "Esse livro, através das pessoas inesquecíveis que eu conheci, e das situações insuperáveis que eu vivi com elas, conta a desordenada história da minha vida. Pode não ter acontecido assim. Mas a partir da leitura de vocês, foi exatamente assim que aconteceu..." (SILVA, 1986, p.8). Como há repetição de trechos de um livro para o outro, entre *Memórias da guerra* (1986) e *Lábios que beijei* (1992), na integra ou com alterações, podemos considerar que essa declaração tem valor para ambas as narrativas.

Uma novidade na "transição" de um livro (1986) para o outro (1992), e isso é fundamental para o recorte deste trabalho, é o enfoque na descrição e na relevância conferida à narração de seu sequestro política ("prisão") e homofóbica na base naval de Ilha das flores em 1969. É coerente imaginarmos que, em se tratando de uma prisão ilegal[33] – prática comum durante o regime militar contra ativistas de toda matiz contrária ao regime militar -, o autor não deveria escrever de maneira aberta sobre

[33] A CNV apurou uma série de fatos que comprovam a prática, embora se soubesse desde muito cedo que as prisões aconteciam. Mais informações no link: http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/outros-destaques/513-juiz-militar-admite-tortura-e-prisoes-ilegais-na-ditadura.html.

esse tema dois anos antes do fim da ditadura militar, época em que foi escrito *Memórias da guerra*. Realidade que parece justificar porque só em 1992 o fato foi mais explorado em sua literatura, pois “era perigoso falar até mesmo no simples nome de quem desaparecia” (SILVA, 1992, p. 100). No encerramento de *Lábios que beijei (1992)*, o autor nos brinda com sua reflexão sobre as justificativas e objetivo da escrita deste livro, de seu fazer literário e do embate ético e íntimo com suas próprias memórias:

> Por que se escreve um livro como este? [...] apenas para lembrar. Ou para exorcizar um passado que pesa e do qual de vez em quando surgem fantasmas que insistem em ocupar o nosso tempo. Porque se sucumbe a uma necessidade de se expor que alguns diriam narcisista demais e que eu chamaria de quase suicida. Afinal, quem num mundo tão conturbado, vai se interessar por histórias tão pessoais? Por que alguém, em seu juízo perfeito, vai achar que esse período da minha vidinha à margem da lei é relevante? Cheguei a deixar o livro de lado e viajei, tentando esquecê-lo (SILVA, 1992, p. 195).

A resposta ao dilema moral do autor com suas memórias e seu caráter intimista é superada pela percepção da força das personagens, todas habitantes da Lapa. Diante dos relatos do narrador, suas personagens superam a afirmação feita por Dalcastagnè (2012), de que os grupos marginalizados tendem a ser representados à distância na literatura tradicional:

> Normalmente, seus integrantes nos são apresentados ou como vítimas do sistema ou como aberrações violentas. No entanto, sob uma perspectiva menos autocentrada, é possível vislumbrar, entre eles, uma infinidade de estratégias de resistência e de deslocamentos, ou tentativas de deslocamento, no espaço social (DALCASTAGNÈ, 2012, *Kindle*, posição 935).

O que se destaca na narrativa de Silva, e essa é uma de suas potências: a de promover o acesso a uma memória LGBTQIA+ e marginal da lapa, são justamente os corpos marginais, silenciados, mortos, esquecidos, dos quais não se têm notícia ou paradeiro, que não se sabe que fim levaram, ou mesmo, que foram enterradas junto com a “Lapa perdida” descrita por Silva:

> De volta, ao reler o já escrito, descobri que não era o narrador a figura central, mas os personagens que o rodeavam. Não por meu

> esforço pessoal, mas pela própria maneira de ser de cada um deles, Débora, o Alemão, Daniela, Eduardo, Vera Regina, *Twist* e o soldado Bentes, são figuras cuja relevância ninguém ousaria contestar. [...] o autor sentia a necessidade de traçar o retrato dessa época, do seu ponto de vista e através do perfil dos que a viveram com ele (SILVA, 1992, p. 196).

Que ponto de vista é esse seu e dos que viveram com ele? O narrador responde: “Ás vezes eu pensava em me tornar um Jean Genet da Lapa, em **assumir uma postura de vida que justificasse o modo maldito como o mundo me via**” (SILVA, 1992, p. 20, grifo nosso). Essa característica marginal da escrita de A.S aparece em diferentes publicações, nas quais podemos perceber um escritor que não se coloca como um “intelectual do alto da cobertura”, mas sim como participante daquele ecossistema, mesmo enquanto adquiria reconhecimento e prestígio como jornalista.

Na sua reflexão acerca da real necessidade de escrever um livro sobre 1968, Já que outros autores já haviam se prestado a isso, ele reivindica o contraponto da diferença entre uma perspectiva intelectual de classe média à sua perspectiva marginal. Ao perceber a relevância, novidade e potência de sua perspectiva, contrapõe sua escrita à daqueles que “viam do alto das suas coberturas em Ipanema a banda tocar desafinado lá embaixo” (SILVA, 1992, p. 196). *A escritora* A.S, parece seguir a postura de Guacira Lopes Louro, que investigando a importância de Foucault para os estudos Queer, afirma: “A resistência não será mais procurada apenas naqueles espaços explicitamente articulados como políticos” (LOURO, 2018, *KINDLE*, posição 1145-1152). Para A.S, perceber-se no centro dos *fatos sociais*, da materialidade e de sua crueza, era algo para poucos, pois na verdade esses fatos em “suas várias e complexas formas, aconteciam muito longe desses privilegiados [os escritores de classe média], e seus protagonistas eram pessoas que nada sabiam sobre política: simplesmente viviam” (SILVA, 1992, p. 196). A.S difere-se dos escritores que crítica justamente por ser um escritor que vivia e “sabia” sobre a política da época sobre a qual escreve.

Na leitura de *Um corpo estranho*: Ensaios sobre sexualidade e teoria queer, Louro (2018) enreda reflexões para se (re)pensar o conhecimento e o currículo, delas captamos as ideias de *indisciplina e estranhamento queer*: “Parece razoável supor que outros ou que mais sujeitos intentam formas de resistir e de contestar. Formas talvez menos espetaculares ou menos vivíveis, mas (quem sabe) igualmente

produtivas (LOURO, 2018, *KINDLE*, posição 1159)". Esse ponto de vista ressalta a importância da contribuição, contestação e resistência não apenas de intelectuais, críticos e ativistas políticos, mas também de pessoas comuns (como as personagens trazidas por A.S) que resistiram e contestaram o regime militar com seus corpos estranhos, afeminados, prostituídos, travestidos, bandidos, mendicantes e marginais: "Havia seres que também amavam, sofriam, que nem ao menos sabiam que os militares mandavam no país – mesmo assim cada um podia ser o protagonista de uma história emocionante" (SILVA, 1992, p. 196, 197). Proposição na qual ele estava engajado não apenas na literatura, mas também como editor e jornalista do *Lampião*, fato que merece atenção pela ideia de "privilégio da perspectiva parcial", apresentado por Haraway (1995). Nesse caso, a parcialidade de um olhar marginal, "estranhador" e sexualmente indisciplinado, demarcam a potência, a novidade e o contraponto de sua escrita. Por meio do privilégio do seu olhar parcial, de suas memórias e de sua ficção, buscamos o resgate de uma memória LGBTQIA+ de denúncia a um projeto político que impedia a realização plena dos modos de vida desses corpos.

A prisão política – "pausa para a história com h"

O motivo da prisão política e ilegal de A.S se deu após a promulgação do AI 5, fato que deu às autoridades militares e policiais o poder para apreender livros e punir quem tivesse alguma relação com sua publicação e distribuição. Naquela ocasião, o autor havia prefaciado o *Diário* de Che Guevara, com o título simbólico de "A guerrilha não acabou". Aquilo rendeu a suspeita das autoridades militares, que após receberem uma denúncia anônima, localizaram os livros guardados pelo editor Victor Alegria em um armazém. Antes de estar envolvido na situação, o escritor acreditava que:

> [...] ele tivera o bom senso de descobrir um modo qualquer de destruí-los. Na verdade, com todos os riscos, o editor decidira guardar o que restara da edição, talvez achando, junto com outros brasileiros incautos demais na época, que o Ato 5 e a ditadura seriam apenas um vento rápido, ainda que inconveniente, que

> soprara com alguma violência sobre as nossas vidas (SILVA, 1992, p. 91).

Esses fatos acontecem quando A.S já estava trabalhando na redação de *O Globo* em “pleno processo de se estabelecer” (SILVA, 1992, p. 92), quando foi surpreendido por homens que invadiram o seu quarto e vasculharam tudo. Ao chegar em casa, a única coisa que a *narradora* encontra fora do lugar é uma foto sua: “nu de corpo inteiro, que eu guardava dentro de um livro e fora colocada bem à vista, sobre a máquina de escrever” (SILVA, 1992, p. 92-3). O que configura clara tentativa dos agentes do regime militar de humilhá-lo e constrangê-lo moralmente antes de sequestrá-lo, pois é com esse adjetivo que devemos nomear uma prisão ilegal ocorrida diante de um regime de exceção:

> Um dos homens, de óculos escuros, perguntou se eu era fulano de tal, esse aí da foto, e eu confirmei. *Vamos ter que leva-lo*, explicou, num tom de voz sempre muito calmo. E não se dignou de responder quando perguntei para onde. [...] me deixei levar pelos três homens, morto de medo. Fizeram-me entrar num fusca branco, que saiu em direção à praça Mauá. Transcorridos 15 minutos, e tendo descido várias escadas e atravessado sinistros desvãos onde nossos passos ecoavam como num cenário de filme sobre prisioneiros nazistas, me vi diante do comandante Sarmento, como identificava a uma plaqueta no peito, numa sala dos porões do ministério da Marinha (SILVA, 1992, p. 93).

Abrindo o capítulo com o título “Pausa para a história com h”, o autor parece sugerir um pequeno intervalo, afinal, em outros momentos o autor brinca com os limites entre ficção e realidade e sempre deixa em suspenso seria verdade, e o que seria ficção nas suas memórias. Esse pequeno intervalo proposto pelo título do capítulo, conduz o fazer ficcional, memorial e biográfico a adquirir um caráter de verossimilhança, mais histórico testemunhal do que literário. Há detalhes sobre sua prisão narrados neste livro, que inclusive são contados pelo autor, em entrevista para ao episódio 10 da série da TV Brasil “Resistir é preciso”. Isso guardaria coerência se realizássemos uma “inquirição” sobre o que estaria mais próximo da ficção ou da história (trabalho pouco importante para um exercício de análise literária) no capítulo que o antecede: “longo passeio à ilha das flores”. No entanto, os fatos narrados neste capítulo foram observados pela pesquisadora Sandra Reimão,

cujo “parecer” crítico foi referendado pelo autor no texto de seu blog pessoal intitulado *Toda censura é imoral*[34].

Dessa forma, certas passagens parecem gozar de maior construção ficcional como na debochada e “bem humorada” descrição do “comandante Sarmento”, um caricato militar, que enquanto inquiri a *narradora*, atira dardos, de maneira furiosa, num enorme pôster de Mao-Tse-Tung, à época, líder central da República Popular da China, figura de inspiração para certos movimentos de guerrilha armada no Brasil. Segundo *a narradora,* ele seria parecido com Peter Sellers no filme *Dr. Fantástico*, o que levou-a a ter que segurar o riso ante a tal figura (Quem teria, no clima já tenso sugerido pela narradora em sua prisão-sequestro, uma crise de risos frente à possibilidade de tortura e morte?) numa clara comparação entre o excêntrico general personagem do filme – que, achando que a União Soviética pretende dominar o mundo, dá ordens para o bombardeio da Rússia – e o comportamento exagerado da personagem que atira dardos num pôster do líder comunista Mao, enquanto faz perguntas *à escritora*:

> O comandante Sarmento se parecia como o ator Peter Sellers no filme *Dr. Fantástico*. Isso quase me provocou um acesso de riso, mas graças aos céus me contive a tempo. Porque, como me informaram depois, rir naquele momento, ainda que da minha própria desgraça, me seria fatal. Recebeu-me de pé, diante de um pôster enorme de Mao Tsé-tung colado na parede ao fundo (SILVA, 19992, p. 93).

A comparação ganha destaque, já que a narradora é sequestrada e tratada como *inimiga* de alta periculosidade: seu prefácio, elaborado numa linguagem conotativa, teve um valor de verdade atribuído por uma mente militar que criava os inimigos que perseguia ao delineá-los pela via dos discursos de pânico, criando a representação psicológica e discursiva de inimigo interno. Esses fantasmas criados em “laboratórios semióticos” pelos doutrinadores do regime militar adquiriam intensa materialidade, na qual os agentes da repressão não apenas acreditavam como temiam veementemente.

A brutalidade e o modo grosseiro com que os militares agiam e sua falta de inteligência foram alvos de diferentes empreitadas estéticas por parte de escritores sul-americanos que passaram por ditaduras militares. Esse aspecto pode ser

[34] Blog pessoal. Disponível em: http://aguinaldosilva.com.br/2018/07/20/toda-censura-e-imoral/.

percebido em uma série de obras literárias produzidas tanto durante e no pós-64, quanto no contemporâneo, como no romance *Purgatório*, de Tomás Eloy Martínez (2006), estudado por mim num projeto de iniciação científica que abordou a relação entre literatura contemporânea e a ditadura militar patrocinada pelos Estados Unidos na Argentina. Parece que caricaturar e fazer piada com a baixa intelectualidade da instituição governante foi uma estratégia paródica bastante explorada, e ainda o é, por aqueles que trabalham linguisticamente com um projeto de rememorar e rasurar os relatos hegemônicos e seus enunciadores, os militares. O estilo com que o autor narra seu algoz é também uma forma de paródia, uma estratégia de deboche para com um inimigo pouco capacitado para avaliar questões metafóricas concernentes à literatura, presentes no prefácio de A.S ao diário de Che Guevara:

> - O senhor diz aqui que a guerrilha não acabou. Baseado em que informações pode afirmar uma coisa dessas? O que o senhor sabe sobre a guerrilha que nós *ainda* não sabemos?
>
> Sem atentar para a gravidade de tudo – achava que antes de sair dali seria no máximo submetido a um interrogatório que incluiria alguns vexames -, tentei explicar que o título não era afirmativo, o sentido era figurado, uma brincadeira, talvez demasiado sutil, com o título de um filme de Alain Resnais de muito sucesso na época... mas a reação d comandante Sarmento me fez emudecer. Tirou da mesma gaveta vários dardos, avançou na minha direção como se pretendesse cravá-los no meu peito e, após alguns segundos em que me petrifiquei de pavor, deu meia-volta e os lançou, um a um, com redobrada fúria, no retrato de Mao (SILVA, 1992, p. 94).

Diferente dos entendidos de literatura, seus algozes não parecem ter entendido a brincadeira com os limites entre ficção e realidade. Sua metáfora “A guerrilha não acabou”, diga-se de passagem, mal compreendida pelos militares, levou o regime militar a prender um jornalista que obviamente não mantinha qualquer vínculo com a guerrilha armada. O contexto desse sequestro/prisão repleto de abusos é ilustrado no clima de Estado de exceção e ilegalidade que rondam o ato:

> [...] Me comunicou que eu estava preso e seria processado, de acordo com o Ato 5, por ter escrito *esse monte de merda*.
> - **Mas o livro foi publicado antes do Ato 5 – argumentei – e a punição não pode ser retroativa**...

> Ao que o comandante, depois de olhar dentro da gaveta e se certificar de que não sobrara nenhum dardo com que pudesse – agora assim me fulminar, respondeu:
> Nesse caso você **não vai ser processado... mas vai ficar preso, sim!**
> [...]
> – Cuidado, hem? Não vá atacar meus fuzileiros... Sua risada ainda ecoava nos meus ouvidos quando entramos no barco que nos levaria ao presídio da ilha das flores (SILVA, 1992, p. 94-5, grifo nosso).

Nesse clima de humilhação, ilegalidade e pânico, que o autor é levado para a Base de fuzileiros navais da Ilha das Flores (BFNIF) [35], de modo que sua prisão "nunca foi oficialmente admitida pelos militares" (SILVA, 1992, p. 95), na qual, dos seus 70 dias de "desaparecido", 45 foram passados na solitária:

> O fato é que a violência, antes de me causar revolta, me faz sempre ficar envergonhado e com pena de quem a pratica. Foi por puro constrangimento que durante 20 anos evitei falar da minha prisão – só escrevi sobre ela uma vez no jornal lampião, de que fui editor (SILVA, 1992, p. 95).

Em sua ojeriza à violência, acreditamos nos ver diante de uma grande proposição, a de que a violência é um ato constrangedor, inumano e que desqualifica o algoz, rasurando estereótipos de masculinidade hegemônicos, performados pela ótica da cis-heterossexualidade compulsória, na qual a violência aparecerá como um aspecto valorizado de manutenção do poder. Na escrita de Silva, ela aparece como fato negativo, que toma e sequestra a humanidade daquele que a pratica, exibindo sua inferioridade ética e moral, a total ausência de valores do ser humano. Essa metáfora, além de constituir a violência como característica vexatória e digna de constrangimento, serve como arma contra discursos que continuam sendo politicamente enunciados no presente: "O filho começa a ficar assim meio gayzinho, leva um coro, ele muda o comportamento dele" / "vamos fuzilar a petralhada (membros do partido dos trabalhadores) aqui do ACRE", falas emitidas pelo presidente da República.

Notamos na escrita literária de A.S uma inclinação e um projeto político de contestação dos vários tipos de desigualdades, os guetos e quadros de

[35] A Comissão Nacional da Verdade descobriu que a base Localizada no município de São Gonçalo (RJ), funcionou como local de tortura de mais 200 pessoas entre 1969 e 1971. Disponível em: https://m.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1535868-comissao-nacional-da-verdade-visita-ex-centro-de-tortura-no-rio.shtml.

inteligibilidade que criam o humano e o inumano. Esse projeto também foi manifestado pelo escritor enquanto jornalista no *Lampião*: “Nós pretendemos, também, ir mais longe, dando voz a todos os grupos injustamente discriminados – dos negros, índios, mulheres, às minorias étnicas do Curdistão: abaixo os guetos e o sistema (disfarçado) de párias[36]”. Na sua estadia na prisão, *a narradora* denuncia como o contexto de autoritarismo, ilegalidade e exceção favoreceram duas situações de *abuso de poder*: um negro coberto de chagas que, por ter roubado o relógio de um militar, foi colocado numa guarita que enchia de água quando a maré subia, na qual ficaria até morrer; ou ainda, um operário preso por engano, por ter o mesmo nome do procurado (SILVA, 1992, p. 96). A prática desses atos foi facilitada pela ilegalidade e pelo caráter inquestionável da ação policial e militar, já que os procedimentos de queixa de irregularidades eram julgados pela própria instituição e mesmo quando passavam pela justiça, essa era viciada e agia em consonância com o regime.

Na ocasião de seu encarceramento, seu amante, o alemão, o grande amor do narrador, já se encontrava preso (não na ilha das flores). Durante sua estadia como detento, tudo que *a narradora* tinha em mente era se “livrar daquilo tudo o mais depressa possível para poder continuar cuidando do Alemão [...] sabê-lo desprotegido na prisão, sem notícias minhas, talvez pensando que eu o abandonara, era mais do que eu podia suportar” (SILVA, 1992, p. 96). A paixão parece ser aqui, o mecanismo de resistência – representação semelhante ocorre com os soldados amantes narrados no romance *No país das sombras* (1969), anteriormente analisado neste trabalho -, que leva *a escritora* a permanecer presa com a certeza de que algo forte o suficiente lhe conectava com o mundo lá fora, mas ciente de que a sua libertação: “seria dificultada pelo fato de que não havia razão nenhuma para eu estar preso” (SILVA, 1992, p. 96). Ele se encontrava completamente ignorado pelo estado de conveniência com a ilegalidade da ação policial e pelo terrorismo de estado exercido principalmente contra minorias, criando um estado de divisão social e de total neutralização de qualquer ameaça à ordem política.

[36] Texto “Saindo do gueto”. Lampião da esquina, n. 0, abril de 1978, p. 2.

Escrita e performance de um corpo queer

A expressão *queer* é traduzida como algo estranho, ridículo, raro, excêntrico, extraordinário, e ele é realmente tudo isso: estranho; raro; esquisito. É o elemento excêntrico que como tal, não deseja ser integrado e muito menos tolerado. *Queer* é um jeito de pensar e de ser que não apenas não aspira ao centro, como também não o tem como referência; desafia as normas regulatórias da sociedade por assumir o desconforto da ambiguidade, do "entre lugar" e do indecidível (LOURO, 2018). É por ser inovadora, desviante, pervertida e rara, que traz o estranhamento e a repulsa daqueles que se autodenominam "normais", denunciando sua hipocrisia, já que há uma aparente impossibilidade ou mesmo falta de interesse em se enquadrar nesses critérios.

Essa potência *queer* aparece como denúncia à impossibilidade de se honrar a representação de macho heterossexual de forma plena. Ela denuncia a hipocrisia do sistema: são os pais de família que procuram as travestis em busca do pênis e de serem penetrados; expõe a fragilidade e ficcionalidade moral da família cristã brasileira, único modelo materialmente possível apontado pelos valores fundamentalistas. Esse aspecto desestabilizador é potencializado pela fala de Rogéria que é, segundo ela mesma, a "travesti da família brasileira"[37]: "A minoria homo é indestrutível; seria preciso simplesmente que não nascessem homens e mulheres para que deixassem de existir homossexuais" (GREEN, 2019, p. 428). A homossexualidade surge como faceta da experiência humana, contingência que se deseja conter, oceano que se deseja filtrar pela frágil peneira cis-hétero-normativa. Uma leitura *queer* denunciaria a fragilidade desse sistema centrado em ficções patriarcais autoritárias, fundamentalistas e pseudocientíficas. O *queer* é a ressignificação da ofensa baseada na marcação pejorativa da identidade trans ou sexualidade homo, ou apenas não binária.

A potência do *queer* se manifesta na cuspida de Jean Wyllis em Bolsonaro, na reviravolta do corpo estigmatizado, silenciado e violentado. É o corpo que - ciente do gesto construcionista-histórico-performativo que criou sua condição de estigmatizado (a zona simbólica, semiótica e representativa do inumano no

[37] Disponível em: https://cultura.estadao.com.br/blogs/radar-cultural/rogeria-dizia-que-era-a-travesti-da-familia-brasileira/.

imaginário social coletivo) e o pôs no gueto - volta à consciência normatizadora e diz: - Eu sou o múltiplo, as possibilidades, o plural e o diverso, e quem é você? Você é apenas a ficção de uma construção psicológica frágil: as conformações ditatoriais da ideologia de gênero. Você precisa da subserviência de subalternos para sobreviver, precisa da superioridade para ter substância. Você é norma, eu sou contingência, você é estagnação, eu sou devir.

O queer, estranho, abjeto, excluído, afastado do centro e da norma, adquire seu poder na identificação coletiva com outros corpos estranhos e na denúncia da falsidade de olhares homogeneizadores: “imaginam o social como um texto a ser interpretado e criticado como propósito de contestar os conhecimentos e hierarquias sociais dominantes” (GARCIA, MIRANDA, 2012, p. 5). Uma das tarefas de um olhar e leitura Queer, é expor a crise do “cistema” [38]. O Queer pode ser também uma ode, um cântico, um salmo ou louvor ao diverso: irradiando a diversidade do plural, que para consolidar o movimento de explosão de corpos e sexualidades Heréticas (FOUCAULT, 2017a, p. 54) e identidades subalternizadas, realiza a descentralização e o desmascaramento das ficções políticas de controle do corpo, sexualidade e nação.

A.S reivindica o papel de bicha marginal nos seus dois livros de memórias, ato que percebemos como um gesto de autoestima, resistência e enfrentamento, um “não vou abaixar a cabeça para ninguém” presente em suas narrativas testemunhais, ficcionais e autobiográficas. Podemos identificar uma política de resistência literária na qual “se trava uma luta para expressar uma estética, uma ética, um modo de vida que não se quer “alternativo”, mas que pretende, simplesmente, existir pública e abertamente, como os demais” (GARCIA, MIRANDA, 2012, p. 9). Identificamos a presença de uma indisciplina *queer* na escritura de A.S, que se manifesta como uma leitura crítica estético-política do presente, o enfoque teórico aqui utilizado seria inviável à sua época. Dessa maneira, a identificação de uma escritura *queer* na obra do autor, pode vir a potencializar releituras que valorizem sujeitos e temas LGBTQIA+, bem como retomar a sua literatura em suas possibilidades filosóficas, históricas, culturais, literárias e políticas.

[38] Expressão utilizada por Viviane Vergueiro (2015) para definir o caráter normativo e compulsório estabelecido por uma sociedade forçosamente cisgênera e heterossexual, machista, patriarcal, homofóbica e violenta. No livro ela define a cisgeneridade como técnica de normatização colonial. Essa leitura coaduna com a perspectiva de Monique Witting (2006) de que a heterossexualidade funciona não como possibilidade de exercer a orientação sexual, mas como instrumento de dominação política.

É possível perceber no texto, as marcas de uma escrita com o corpo estranho, “bicha”, “viado” e queer, que se imprime na narrativa pela força que possui, mesmo em silêncio, ainda que calado. Dessa forma, o narrador afeminado é transferido para a ala feminina do presídio, da qual é retirado apenas quando as presas políticas identificaram que ele era um homem homossexual: “Você não vai acreditar – é bicha. Talvez porque tenham feito a mesma pergunta indignada aos carcereiros, pouco depois repararam o engano e me transferiram para uma cela da ala masculina, onde ficaria incomunicável por 45 dias” (SILVA, 1992, p.97). Essas condições de humilhação e vexame se repetem em diferentes momentos da narrativa: na ocasião da invasão de sua casa; no barco a caminho da ilha; e nas situações em que se desenrolam na prisão, levando autor a perguntar-se: “mas como ficar incomunicável 45 dias por causa de um simples prefácio? Essa pergunta eu também me fiz 45 dias e 45 noites, até chegar à resposta: [...] (SILVA, 1992, p. 98)” Provavelmente, pela soma da repetição de situações vexatórias com as autoridades e com os presos políticos, o narrador personagem chega à seguinte conclusão: uma resposta para a autorreflexão do motivo de ter ficado preso ilegalmente e sem direito a pedir vistas da sua condição:

> [...] estava incomunicável na ilha das flores, e portanto cuidadosamente isolado, não porque fosse autor de um perigoso e subversivo texto, mas porque era homossexual. Na época, além de mim só havia outro preso incomunicável: o líder estudante Jean Marc Von der Weid, considerado ‘de alta periculosidade (SILVA, 1992, p. 98).

O fato de estar encarcerado juntamente com um preso político e líder estudantil, Jean Marc Von der Weid (ex-presidente da UNE, hoje ambientalista e economista agrícola), revela o que é descrito por Quinalha (2017): a perseguição durante o regime militar tinha uma face política e outra moral-sexual. É claro que, como alerta a conjugação linguística dessas duas faces não poderia ser dividida, assim o é apenas no plano analítico, pois elas faziam parte de um imaginário enraizado na própria cultura brasileira, estavam “marcadas” na construção psicológica dos brasileiros, é um de suas formas de operacionalização, engrenagem de funcionamento. Desta construção imaginária fantasmática, dificilmente escaparia um cidadão brasileiro: tanto civis e militares, quanto ativistas e guerrilheiros de associações e grupos de oposição ao regime (progressistas, socialistas, democratas

e comunistas). Essa conformação reativa à diferença de gênero e sexualidade da norma compulsória, pertence ao mundo ocidental desde onde ainda não conseguimos localizar por meio das genealogias sociológicas, apenas identificamos fragmentos de seus discursos.

Seguindo esta sequência analítica, uma das características que marcaram a estadia de A.S em ilha das flores foi a (palavra que não existia naquela época) homofobia e a reação a seu corpo andrógino. Neste aspecto tradicional, comungavam carrascos e prisioneiros, como na situação homofóbica e constrangedora pela qual passa *a narradora* neste trecho a seguir:

> Como só havia dois chuveiros no pavilhão masculino, todos os dias, às quatro da tarde, depois que os outros prisioneiros já haviam tomado o banho coletivo, dois fuzileiros, devidamente paramentados com suas metralhadoras, escoltavam Jean Marc e a mim para o banho, durante o qual diariamente um deles repetia a mesma **piadinha infame:** *Vocês podem fazer qualquer coisa aí, debaixo do chuveiro, qualquer coisa. Só não podem falar um com o outro.* Numa das vezes que o fuzileiro repetiu a piada, eu e Jean Marc nos olhamos. Foi então que vi no seu rosto o mesmo **sorriso benevolente** cujo **significado odioso** eu já aprendera – queria dizer que pelo menos quanto a mim ele próprio e seu carcereiro tinham a mesma opinião (SILVA, 1992, p.98, grifo nosso).

O autor destaca um potente questionamento sobre a moral conservadora da esquerda, essa discussão foi muito presente no *Lampião*, numa forma de crítica aos limites éticos da esquerda e como forma iniciar um debate de aproximação da causa de pessoas homossexuais e outros grupos que eram igualmente oprimidos pela ditadura militar: movimento negro, feministas, etc. Aquilo expunha a falta de articulação entre diferentes frentes de oposição ao regime militar por conta de aspectos tradicionais da moral tupiniquim: machismo, racismo e homofobia. Essa herança reativa do moralismo cristão tradicional parece ser sempre um impasse, fator que impede e limitam articulações promissoras contra as “ideias da força”, aquelas ideologias que colocam as maiorias populacionais à mercê de corpos e corporações hegemônicas. Essa relação problemática da esquerda com os corpos e as questões LGBTQIA+ marcaram o debate, desde a primeira aparição da temática da homossexualidade enquanto luta política[39], já que mesmo sendo ambas

[39] Para uma visão mais ampla da questão, ler o artigo: *Os marxistas e a homossexualidade,* de Augusto Buonicore (2020), disponível no link: https://vermelho.org.br/coluna/os-marxistas-e-a-homossexualidade/. O autor dedica o incentivo do texto a “camarada” de partido que faz parte da luta

correntes contrárias à ideologia consolidada durante o regime militar, a luta homossexual encontrava dificuldade de apoio entre os dogmas morais dos comunistas, pois o meio a identificava como um “excesso” ou “desvio burguês”. Motivo pelo qual A.S, no seu papel de editor do *Lampião*, criticava “qualquer ligação entre o movimento incipiente e as organizações esquerdistas” (GRENN, 2019, p. 438), com o jornal, justamente por conta das “experiências negativas com o PC e outros setores da esquerda nos anos 60” (GREEN, 2019, p. 438). Segundo Quinalha (2017):

> [...] reivindicar a liberdade de orientação sexual e de identidade de gênero também representava um desafio bastante incômodo aos partidos e grupos vinculados aos setores mais tradicionais da esquerda, inclusive na imprensa, que não detinham ainda acúmulo e, muitas vezes, sequer abertura para esta agenda específica (QUINALHA, 2017, p. 284).

Somente no plano político recente é que tivemos partidos de esquerda socialistas e comunistas que – inspirados pelos ideais da “nova esquerda” e de releituras/revisionismos do socialismo/comunismo, visam superar antiquadas orientações partidárias de organizações comunistas – buscaram, geralmente por meio da atuação política híbrida de seus membros em organizações LGBTQIA+, incorporar e defender abertamente os direitos desses cidadãos. Porém, essa relação nem sempre existiu ou foi amigável. A historicidade da ausência de solidariedade e diálogo de grupos progressistas (como a Anistia) e de esquerda com a “pauta homossexual” marca os eventos narrados por A.S sobre seu cárcere em lábios que beijei (1992), bem como os embates do *Lampião* com posturas conservadoras de publicações que operavam na oposição linguística e política ao regime militar.

Após 45 dias e incomunicável numa cela, *a narradora* foi colocada numa cela coletiva com comunistas de distintas gerações e organizações, mas isso ocorreu apenas depois que “todas as combinações alquímicas [fossem] tentadas antes pelos meus carcereiros“ (Silva, 1992, p. 98) em busca de uma cela cujo seu “inquietante homossexualismo **faria menos efeito**” (Silva, 1992, p. 98, grifo nosso). Percebemos que esta tensa dinâmica marcou fortemente a relação entre o ativismo homossexual

---

LGBTQIA+. O que expõe o fato de que, é justamente a presença desses corpos gênero inconformes dentro das organizações de esquerda, que cria a demanda de atualização e revisão de valores desses grupos.

e as organizações de esquerda. A maneira como os ativistas presos com *a narradora* reagiram à sua presença e a suas "maneiras" andróginas – entre o choque, o desdém e a admiração -, ganha uma relevante descrição no capítulo em análise. Podemos perceber o olhar cis-hétero-normativo dos camaradas, que associaram o corpo afeminado *da narradora* com a execução de papéis femininos tradicionais: realizador de tarefas domésticas, imaginário mobilizado pelo regime discursivo patriarcal:

> Lembro-me de como os ativistas simplesmente ignoravam a possibilidade de me ver interessado em sua discussão; de como, certa vez, tentaram me convencer com uma lógica inflexível que naquela cela era eu a pessoa mais apropriada para fritar, num fogareiro improvisado com tijolos e jornais velhos, alguns ovos que todos comeriam; e de como, cansado de tanto desdém, **despi a farda esportiva [...] e fui até o banheiro metido apenas no sumário biquíni que usava por baixo da roupa quando fui preso** (Silva, 1992, p. 100, grifo nosso).

Aqui podemos observar que cansado de ser ignorado, menosprezado e constrangido pelo olhar normativo de seus "companheiros" de cela, *a narradora* resolve recorrer, como mecanismo de resistência estética psicológica, à tática do choque, expondo o seu corpo afeminado e sua aparência andrógena ao "desfilar" para seus companheiros marxistas. Essa atitude expõe a eles, que no plano moral, seu olhar era demasiadamente semelhante ao da "velha ordem" limitada que queriam revolucionar. Pensando esse corpo em sua "estranheza", poderíamos identificar essa atitude no *camp*, adjetivando-a hoje como "fechativa", um "lacre", pois poderíamos afirmar que essa "personagem estranha, ela de algum modo, escapa ou desliza da ordem e da norma e, por isso, provoca desconforto, curiosidade e fascínio." (LOURO, 2018, *Kindle*, p. 1119). Essa estratégia Queer de expor aquilo que é estigmatizado, pelo olhar normativo (que assim que identifica uma característica fora da ordem, logo trata de expô-la), é elevada à máxima potência, de maneira política e poética por A.S, ao executar seu "desfile": "Enquanto atravessava o longo corredor de celas pude sentir sobre mim os olhares dos presos, que por um instante deixavam o seu velho e adorado Marx de lado para me observar através das grades" (SILVA, 1992, p. 100). Sua atitude parece produzir nos olhares de seus companheiros medo, desejo e admiração.

O caráter homofóbico da permanência de A.S como preso incomunicável e sem direito a visitas, é escancarado pela chegada do editor do *Diário* de Che Guevara, Victor Alegria, á Ilha das Flores. Diferente de A.S, ele rapidamente sai da incomunicabilidade e obtém permissão para receber visitas, enquanto isso, *a escritora* continua recebendo "tratamento especial" por conta de sua sexualidade e identidade. A situação ilegal da prisão do narrador é um impasse, se quisesse sair dali, "era preciso que eu provasse de alguma maneira que estava preso" (SILVA, 1992, p. 100), mas como faria isso, dada sua situação de incomunicabilidade? Sendo colocado em situação mais extrema do que a do seu editor, que pela lógica da situação, deveria ter enfrentado uma estadia até mais dura do que a da *narradora*, o que não ocorreu.

Apesar da cortina de silêncio em torno da sua detenção no mundo "lá fora", seu desaparecimento foi notado, não apenas pela redação de *O globo* (à época, seu local de trabalho: "O pessoal de *O Globo* bem que tentou saber notícias minhas através dos canais competentes, mas em vão" (SILVA, 1992, p. 100), mas também pelo jornalista Hélio Fernandes. A narradora o parabeniza pelo "ato de bravura, pois na época era perigoso falar até mesmo no simples nome de quem desaparecia" (SILVA, 1992, p. 100), ele publicou uma "nota discreta" em sua coluna na *Tribuna de imprensa*[40], ato nobre "que não surtiu nenhum efeito "(SILVA, 1992, p. 100). Na prisão, ele conhece um cabo-fuzileiro que sonhava em ser escritor e por isso conversavam "nos plantões menos movimentados" por meio de "um buraco na porta da minha cela", grande o suficiente para a passagem de pratos de comida, tal o nível de confinamento em que se encontrava *a narradora.* A.S desenvolve um plano nada original, no qual o cabo - que queria muito ler um livro dele, afirmou que o faria, caso recebesse de presente – é convencido a entregar um bilhete à secretária da sua editora: "Conceição, entregue ao portador deste, que serve aqui na ilha das flores, onde me encontro, uma coleção completa dos meus livros" (Silva, 1992, p. 101). Fica claro o recurso do autor, de materializar aspectos históricos de sua memória, como na afirmação de que o bilhete entregue pelo cabo, "hoje faz parte dos arquivos do historiador Hélio Silva". É dessa maneira que ele consegue se fazer visível na situação em que se encontrava.

[40] Segundo Elio Gaspari (2014, p. 223), foi o jornal que mais sofreu intervenção durante o Regime Militar: sofreu mais de vinte apreensões e teve censores instalados dentro de seu prédio por dez anos e dois dias, seu proprietário, Hélio Fernandes foi preso várias vezes.

Solidariedade

Por meio de sua jogada engenhosa, a *narradora* consegue autorização para ser visitada por um colega que leva a ele presentes de amigos. Temos aqui um dos trechos mais bonitos e inspiradores do relato de sua estadia na prisão, no qual podemos identificar uma bela metáfora literária de liberdade. Compreendendo que as metáforas “são coisas sérias por afetarem a prática” (Hall, 2018, p. 229). Um exercício de crítica literária engajada com uma estética liberacionista, deve se interessar em delinear e criar metáforas que apontem para utopias e horizontes democráticos que viabilizem a promoção de uma realidade social mais digna.

As metáforas de liberdade são comuns na ficção e nas memórias produzidas por exilados e presos políticos durante o regime militar: Na ocasião, “a bicha voadora”, “Débora Kar – “com o r arrastado” – envia para ele um presente “[...] o mais mimoso de todos os brindes: um passarinho de plástico que, soprado pelo rabo, expelia pelo bico bolinhas de sabão.” (SILVA, 1992, p. 102). Esse mimo é abundantemente fértil de sentidos: por um lado a inocência da infância e suas brincadeiras; por outro o destaque da delicadeza de Débora; noutra visão, a potência da liberdade, sentidos filosóficos que poderiam mover o desejo de superação da condição de pária homossexual representada por A.S naquele momento. Ele infelizmente não pôde ficar com o presente – fato insuficiente para arrancar o episódio de sua memória afetiva – já que na Ilha das Flores só se permitia a visita de parentes, motivo pelo qual *a narradora* fica sem as notícias de seu amado: “Pois era só no Alemão que eu pensava enquanto estive preso. Afinal, embora a minha situação não fosse das melhores, eu pelo menos era **a escritora**, tinha quem se preocupasse comigo lá fora [...]” (SILVA, 1992, p. 102, grifo nosso). Aqui vemos o apreço e a compaixão da narradora para com a solidão do seu amado, que estando na condição de criminoso, não tinha qualquer pessoa interessada em zelar por ele de fora da prisão.

A preocupação com a questão da solidão marca o surgimento do ativismo homossexual, caracterizando a ideia de se identificar enquanto minoria homo, de saída do armário, de união e mobilização contra os estigmas do gueto linguístico, simbólico e geográfico. Esses valores pautaram a luta desses cidadãos, que buscavam reconhecer seus pares, estabelecer relações com os chamados aliados

ou simpatizantes de causa, a politização, o esclarecimento e o desenvolvimento da autoestima dessas pessoas. O movimento também ganhar um caráter científico, já que tem necessidade de estabelecer discursivamente a prerrogativa “natural” e “normal” de sua existência, tendo o cuidado ora de rasurar, ora de ampliar esses conceitos, o que gera um movimento geral de esclarecimento de população, conseguido com muitas disputas, avanços e retrocessos. Maneira de romper o abismo social; de se identificar na “fraternidade do estigma”; de propor novos modelos de sociabilidade, dignidade de cidadania plena, essa foi uma motivação muito presente nas linhas do *Lampião*.

Por isso, temos o interesse em identificá-la como valor na escrita do autor, pois, é no rompimento da solidão que se estabelece uma poética da solidariedade em sua literatura. Essa poética é exposta de maneira intensa nos contextos periféricos e marginais da moral cristã; na narrativa lentificada da morte da trabalhadora sexual e viciada em drogas “*Twist*”. O gueto não é apenas o lugar de bandidos e criminosos, a prisão não é apenas um território de prisioneiros e carcereiros, na escrita de Aguinaldo Silva, são lugares de humanização[41]. Neste palco ficcional e biográfico, os sentimentos, aquilo que é simples; pequeno e ao mesmo tempo grande; irrompe e vêm à tona, questionando a frieza, o individualismo, o medo e a frustração, sentimentos compartilhados nos lugares que estão à margem dos valores e da arquitetura moral da elite brasileira. Dessa maneira, superando o tom monocromático do preconceito, da solidão e do abandono sofridos por A.S na prisão, algumas de suas imagens poéticas saltam aos olhos pela força estética e política, como esta da noite de natal:

> Começava a anoitecer e o cabo da guarda, por ser uma data especial, permitiu que a porta de minha cela – como as outras – ficasse aberta até certa hora. Estava lá, sentado num banco, olhando uma nesga da baía de Guanabara visível através das árvores e ouvindo pedaços de conversas dos presos nas outras celas, quando um deles, indiferente aos avisos de um dos guardas-fuzileiros – era proibido falar com presos incomunicáveis como eu -, se aproximou e me entregou um pacote: *É para você usar nessa noite de natal*. Fez meia volta e se foi. Seu nome era Rodrigo Faria Lima. Tratei de abrir o pacote – era preciso que o guarda-fuzileiro examinasse o seu conteúdo – e encontrei a mais luxuriosa e colorida camisa que jamais

[41] Quero aqui dizer com humanização, um espaço onde corpos disformes de mendigos, bandidos, presos, policias e carcereiros ganham forma, substância, personalidade, nome e função. São pessoas, com seus erros e acertos, preconceitos e complacências, na escrita de A.S, são *corpos que importam*.

> vestira. Usar aquela camisa, naquela noite, foi o que me aconteceu de mais especial por muito tempo. Tanto me marcou que até hoje, quando a barra pesa, lembro como me senti dentro dela, sabendo pela primeira vez que não estava sozinho na minha cela, que havia outras pessoas, ali e lá fora, e que elas – ainda que cada uma à sua maneira, como Rodrigo Faria Lima – pensavam em mim (SILVA, 1992, p. 103).

Essa poética solidaria articula uma suspensão momentânea da realidade habitual, um lapso que rompe com atitudes ordinárias do dia a dia, permitindo acontecimento como o dessa noite de natal, no qual guardas, presos que não se conhecem e uma “bicha” marginalizada conseguem, por alguns instantes, e em um pequeno acontecimento, fissurar a rigidez habitual que permeia as relações sociais hierarquizadas, e trocarem afetos e pequenos gestos de sensibilidade.

A escrita de A.S consagra e põe como protagonistas a “marginália” cidadãos considerados escória, como o seu alemão. Os representantes do topo das hierarquias sociais são muitas vezes “desenhados” pelo narrador: praticando atos escusos e manifestando personalidade sádica, como no exemplo de abuso de poder e sadismo do comandante do presídio. Curiosamente no dia em que Aguinaldo sai da incomunicabilidade para o seu primeiro banho de sol, o comandante suspende o banho de sol, o motivo parece absurdo “até mesmo para quem, como meus companheiros, viveram com intensidade aquela época” (SILVA, 1992, p. 104). Como as presas tomavam sol no mesmo horário, há cerca de 200 metros de distância, essa era a única ocasião em que prisioneiros e prisioneiras se viam, aproveitando para trocar acenos. O ato “irritava o comandante que sempre apreciava o banho de sol dos seus prisioneiros à distância” (SILVA, 1992, p. 104), ou seja, o compadecimento dos guardas-fuzileiros ao abrirem as celas não foi compartilhado pelo comandante, que proibiu os acenos e pela “insubordinação” dos presos em não aceitarem o seu comando, suspendeu o passeio até que ambos desistissem de trocar “cumprimentos”.

Assim como o regime militar portava dois vetores de força: o politico e o moral, na escrita de Aguinaldo também há a presença de duas linhas de contra discurso, uma política e uma moral. Dessa maneira, ao denunciar a postura do comandante do presídio, o autor a descreve como consequência da especificidade do momento político que o país vivia: “Havia uma escalada nacional de absurdos que prosseguiria anos afora, e que na ilha das flores se traduziam por atos desse

tipo” (SILVA, 1992, p. 105). Afirmação que continuaria mantendo fidelidade de valor semântico, se relacionada aos fatos recentes da política brasileira protagonizados pelo Presidente da República e ministros e apoiadores.

Em protesto contra toda a privação e humilhação passadas nos 70 dias preso, *a escritora* protesta sem cortar a barba ou o cabelo e faz questão de sair do presídio daquela forma, “parecendo uma assombração” e “muito feio [...] com os pés inchados de tanta inatividade” (SILVA, 1992, p. 105), impedindo o seu colega, o editor do *Diário* de Che Guevara, Victor Alegria de pedir um corte de cabelo, inclusive ameaçando-o acaso não fizesse o mesmo: “assim que a gente atravessar a ponte eu lhe arranco os colhões a dentadas” (SILVA, 1992, p. 105). Nesse e em outros trechos trazidos por nós, A.S demarca seu espaço de cangaceiro lampiônico, rasurando e questionando os estereótipos de homossexual frágil: uma subjetividade fraturada, mas não destruída pelo regime militar. De maneira que, diante da leitura dos livros aqui analisados, podemos observar um manual de resistência queer, histórias de intensidade, crime, amor, política e encontros calorosos, um verdadeiro manual antifascista que pode ser contraposto com certos comentários e atitudes antiprogressistas do próprio autor no presente.

Na literatura de A.S e nas publicações do *Lampião*, encontramos linhas de fuga e resistência para se combater as formas de opressão contra cidadãos LGBTQI+ e outras minorias no presente. Esperamos que todas as análises aqui expressas sirvam para questionar e desvelar a desigual realidade sofrida por pessoas LGBTQIA+ que foram humilhadas, maltratadas e perseguidas pelo regime militar, fatos que foram negados na postagem de *twitter* do novelista, na qual ele menosprezou uma publicação do *fake-news* de sua prisão nomeando-a de *fake-news*, postura que opera linguisticamente na negação do caráter homofóbico e ilegal de sua prisão, aspecto amplamente discutido nessa dissertação.

“1970, recém saído de 70 dias de prisão na Ilha das Flores. O teu cabelo não nega, mulato...”

Foto e texto de extraídos de sua publicação no *Twitter* (2018)

INCONCLUSÕES

"Não se impaciente
O que a gente sente, sente
Ainda que não se tente, afetará
O afeto é fogo
E o modo do fogo é quente
E de repente a gente queimará"

Gilberto Gil, "Realce".

Desafios para a crítica cultural e literária

A escrita literária de A.S é quase desconhecida e pouco discutida nos meios literários. Portanto, visibilizar esse autor é relevante para construção de uma ideia de literatura brasileira que seja representativa de discursos e indivíduos que habitaram/habitam espaços estigmatizados e que sofreram/sofrem violência e silenciamento, abandono e esquecimento. Pensamos na palavra "esquecimento" através da ideia de Mito apresentada Rolland Barthes (2009), no qual o ato de esquecer seria uma ação política consciente, um certo corte histórico que escolhe não "dar atenção" a certos pontos do passado. Este tipo de esquecimento não é uma ausência ou falta de ação, mas sim a ação de esvaziamento político e histórico de um fato. No caso das epistemologias ligadas aos corpos e temas policromáticos, o apagamento histórico age em cima de uma relevância temática para a história do país e para uma dada comunidade estigmatizada, transformando-a em uma irrelevância temática. Esse movimento nega o tipo de literatura que analisamos neste trabalho, pois, como expomos ele operou censurando e perseguindo seus autores juridicamente, buscando constranger essas pessoas ao restringir sua prática intelectual engajada com a temática da homossexualidade.

A entrada dessas obras no campo da literariedade, sua valoração como "artefato" literário no campo dos estudos, teria contribuído para ampliar discussões e temáticas que irrompiam no Brasil do *boom gay*. Por não reter atenção sobre a questão, a academia deixou de lado um importante debate sociocultural e político da sociedade brasileira no período do regime militar. O processo de "esquecimento" político do mito, coloca a emergência de um novo paradigma provocado pela "virada de gênero" para a crítica cultural, o desafio de analisar o fenômeno das histórias, narrativas e literaturas que tangenciam questões referentes a cidadãos LGBTQIA+

sob novas epistemologias e olhares, as tecnologias trazidas pela parcialidade de olhares, antes ignoradas ou menosprezadas pela crítica.

Em seu livro *A vida psíquica do poder* – Teorias da sujeição, Judith Butler afirma que: “[...] se tivermos de nos opor aos abusos do poder [...] parece prudente considerarmos no que consiste sermos vulneráveis a esse abuso” (BUTLER, 2018b, p. 29). Seguindo esta proposição, uma maneira de proceder com essa identificação de ideologias, práticas e estruturas políticas, mentais e sociais desiguais, é criando pontes de sentido entre o passado e o presente, traçando genealogias que desmascaram a ação mítica teorizada por Barthes, no estudo das permanências e transformações dos instrumentos de coerção a cidadãos LGBTQIA+. Por esse motivo, investigamos a resistência do passado e o seu desenvolvimento de redemocratização para cá, como formas de pensar o presente de maneira mais atenta. Isso nos permite traçar estratégias coerentes com o necessário enfrentamento a ser feito no campo do conhecimento, colaborando com a defesa do conceito de democracia como ampliador de direitos em tempos de acirramento neofascista e fundamentalista religioso.

Do ponto de vista do poder jurídico estatal, desde o período da “redemocratização”, obtivemos avanços e retrocessos, no qual foram consolidadas duas tendências que disputam o espaço jurídico e político: uma democrática, outra autoritária e fascista; uma laica, a outra religiosa e fundamentalista. Um evento recente ilustrativo para a nossa leitura, foi a tentativa de censura feita por parte do prefeito carioca, Marcelo Crivella, que durante a visita à XIX Bienal Internacional do Livro do Rio de Janeiro, encontra o romance gráfico *Vingadores, a cruzada das crianças* (2016). A HQ contém uma cena na qual dois heróis se beijam. O prefeito ordenou que fiscais fossem ao local para apreender materiais "impróprios" para crianças. A ação foi repudiada pela organização do evento e pelos editores: "Não há eufemismo para o que aconteceu. É uma tentativa horrorosa de censura"[42]. A ação foi barrada pelo STF: “Após vai-e-vém jurídico, presidente da Corte acata pedido da PGR para cancelar decisão do Tribunal do Rio que deu poder ao prefeito Crivella para fiscalizar material com temática gay no evento.” Essa situação, na qual um poder jurídico superior, baseado na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), invalidou a decisão de um poder inferior, evidencia a disputa entre o

[42] “Justiça veta censura homofóbica de Crivella na Bienal do Livro do Rio”. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/06/politica/1567794692_253126.html.

conservadorismo político fundamentalista e a consolidação da democracia, valores políticos em disputa no momento presente, contradições que se refletem no meio jurídico. Reconhecendo o STF como espaço permanente de contradições político-jurídicas que em certos aspectos, são mantenedoras da ordem burguesa e desigual da qual somos críticos, é relevante destacar o posicionamento progressista do Ministro e presidente do STF, Dias Toffoli, diante da ação de censura:

> O presidente do Supremo Tribunal Federal destacou que **o discurso e as atitudes de Marcelo Crivella estão completamente fora do jogo democrático**, indo contra a Constituição brasileira e contra os princípios de dignidade humana ao atrelar uma cena de beijo de amor gay, por exemplo, a "conteúdo impróprio". Toffoli argumenta o **"reconhecimento do direito à preferência sexual como direta emanação do princípio da "dignidade da pessoa humana": direito a autoestima no mais elevado ponto da consciência do indivíduo. Direito à busca da felicidade.**" Rebate, ainda, o uso de do argumento do prefeito Crivella de que o gesto de recolher livros na Bienal visava "cumprir a lei e defender a família". Toffoli lembra que **a Constituição brasileira não empresta ao substantivo "família" nenhum "significado ortodoxo" e trabalha com a "interpretação não-reducionista", sem diferenciar casais héteros ou homoafetivos**[43] (grifo nosso).

No contexto dessa declaração, vemos o amplo terreno das lutas que concernem às liberdades civis, à dignidade e aos direitos humanos. Esse espaço é contraditório, mas deve ser disputado por nós, acadêmicos e professores, que no cabo de guerra pela disputa entre democracia e autoritarismo, devemos tomar posição pela ciência no desenvolvimento da dignidade humana. É na crítica ao consórcio do esquema de representação de mundo cis-hétero-centrado: o aparelho de compreensão conservador que alude a conceitos manipulados (míticos) da medicina, natureza, religião e direito, que direcionamos a nossa crítica ontológica. Centramos nossa crítica à ontologia de uma sociedade estruturalmente patriarcal e racista centrada na desigualdade e no controle biopolítico de corpos menos favorecidos.

Diante de uma aparente coalizão de forças que não permite a discussão de temas como aborto; cidadania e direitos civis LGBTQIA+ nas escolas, os pesquisadores, professores e estudantes que trabalham com teorias contestatórias devem sentir-se desconfortáveis com a injustiça e a violência social presentes nas

[43] Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/09/08/politica/1567961873_908783.html.

contradições da realidade concreta. Para obtenção de tal postura engajada no uso do conhecimento, é importante situarmos o contexto de atuação dos estudos culturais por meio das proposições de Hall, afinal, ele se preocupou que o intelectual acadêmico, fosse não apenas um interprete e analista das contradições da sociedade (classe, raça gênero, sexualidade, etc.), por isso, ele discutiu o campo e os limites da atuação do intelectual engajado, buscando compreender as ferramentas das teorias críticas com as quais acadêmicos e ativistas possam interferir na realidade social concreta, fazendo diálogos entre academia e movimento político. Preocupado com o problema da representação das minorias, no texto *Estudos culturais e seu legado teórico,* Hall (2013) afirma que, diante de problemas graves como o dilema da AIDS, na qual, “há parcela numerosa de pessoas que estão morrendo, das quais ninguém fala” (HALL, 2013, p. 235), aspecto que expõe a desigualdade da “representação de certas pessoas em detrimento de outras” (HALL, 2013, p.236). Para o pensador, os estudos culturais deveriam “analisar aspectos da natureza constitutiva e política da própria representação, das suas complexidades, dos efeitos da linguagem, da textualidade como local de vida e morte” (HALL, 2013, p.236). Nesse sentido, essa preocupação de assemelha ao trabalho de Butler com os corpos abjetos e vidas “não narráveis”, pois ambos denunciam e teorizam formas de superação da desigualdade de acesso à narrativa.

É importante ressaltar que, o que é denominado por “estudos culturais”, não é um corpo disciplinar, mas sim o desenvolvimento de uma postura com o conhecimento teórico e com a atitude crítica. Esse movimento procedeu uma certa mudança de paradigma, antes cindida entre culto e popular, que teve como algumas de suas consequências, a ampliação dos objetos da análise cultural. Ou seja, os estudos culturais são para Hall, a análise de práticas de resistência nas culturas de sujeitos oriundos das minorias sociais. Esse pensamento fértil teve bastante entrada (e reação) nos estudos literários, prática que exploramos bastante ao longo deste texto, adotando a postura de proceder análises tanto de fatos, quanto da literatura ligada às questões e sujeitos LGBTQIA+.

Portanto, compreendemos que vivemos um “problema de narrativa”, nesse delineamento específico, tentamos responder no trabalho as seguintes perguntas: Por que uns corpos são narrados e outros não? Por que uns sujeitos podem ser narrados de maneira digna e saudável enquanto outros não? Por que alguns temas e corporalidades são desvalorizados pela análise crítica, cultural e literária enquanto

outras são valorizadas? Que tipo de moralismo parece (ainda) rondar a atividade crítica exercida nas pós-graduações e nos cursos de ciências humanas e sociais? Cabe à atitude científica dar guarida a este tipo de valoração e comportamento?

Essa discussão deve ser recolocada no momento presente, no qual produzir conhecimento é estar em um território de constantes disputas de narrativas no regime de democracia liberal[44] ocidental: as mortes por violências de toda ordem e as *políticas de inimizade* engendradas pela retórica política bélica, conformam segundo Butler ([Entrevista com a *Margem Esquerda*] 2019, p. 20), uma nova forma de fascismo que não realiza um rompimento explícito com a democracia e que funciona dentro de suas estruturas. Nessa onda, enfrentamos a crescente exclusão e desigualdade econômica, geradas por "políticas neoliberais de desmonte do estado de bem-estar social" (RODRIGUES; DE MORAES; FRATESCHI, [entrevistando Butler pela revista *Margem Esquerda*] 2019, p. 19). O contexto atual nos impõe a necessidade de articulação permanente, a promoção de um debate crítico sempre atualizado, dinâmico e correlacionado com todas as formas possíveis de coalizão com grupos de minorias (sociais e políticas) afetados pela irradiação do poder neoliberal e da mentalidade colonial capitalista.

Assim, as políticas de representação, a literatura, as produções culturais; bem como discursos políticos, governamentais, partidários e de movimentos sociais; surgem como pertinentes objetos a serem relevados na análise crítica para estudiosos de linguagens, numa busca permanente pela consolidação da democracia e pela ampliação de seus efeitos para o máximo possível de sujeitos. Mas que democracia é essa da qual falamos? Na proposição de Butler (2018), existe a emergência de se pensar o termo democracia como na constante ampliação acerca de seus sentidos; sua zona de funcionamento e abrangência:

> O objetivo de uma política democrática não é simplesmente estender o reconhecimento igualmente a todas as pessoas, mas, em vez disso, compreender que apenas modificando a relação entre o reconhecível e o irreconhecível (a) a igualdade pode ser entendida e buscada e (b) 'o povo' pode se abrir para uma elaboração mais profunda (BUTLER, 2018c, p. 11).

[44] A democracia liberal aqui descrita é um modelo onde estado interfere o mínimo acerca das atividades das grandes corporações e do acumulo de capital, Nelas há também a divisão de poderes e cargos eletivos para as suas estruturas administrativas. Esse modelo neoliberal usurpador do estado produziu uma dinâmica de subjetividade baseada na lógica do lucro, do primeiro eu e meu grupo e da desvalorização da vida, do outros e dos direitos de minorias..

Mas como podemos agir diante da aparência quase impossível de se construir tal perspectiva? O trabalho intelectual crítico deve permanecer-se incansável em suas proposições, pois o pensamento a ser construído deve não apenas reverberar nas ações do presente, mas apontar devires, travessias e utopias para o futuro. Nesse cenário, sabendo diferenciar e pensar o imediato, o transato e o posterior, na prática crítica, intelectual, teórica e política, parece-nos que uma das funções do trabalho crítico é justamente forjar uma postura de "simulação da revolução na ausência de todas suas condições e a provocação que consiste em expressar ininterruptamente uma verdade revolucionária que, nas condições dadas, é inaceitável" (PRECIADO, 2017, p. 2).

Contrária à falta de engajamento com temas considerados "malditos", a discussão engendrada pela política *Queer* "adota a etiqueta da perversidade e faz uso da mesma para destacar a 'norma' daquilo que é 'normal', seja heterossexual ou homossexual" (GARCIA, MIRANDA, 2012, p. 4), sendo, portanto, um "hino" contra a normalização e o sistema de normalidade compulsório. O dispositivo disciplinar corporal, sexual e de desejo, em sua compulsoriedade, não atinge apenas que é heterossexual e cisgênero, mas também a sujeitos heterossexuais que não façam parte dos padrões esperados de masculinidade ou feminilidade, sendo assim, essas pessoas podem vir a sofrer as consequências excludentes deste regime de inteligibilidade corpórea, caso realizem o mínimo de desvio das expectativas. Nesse sentido, O documentário *The mask i live in*, destaca o caráter opressivo da construção da subjetividade masculina e seus aspectos danosos para os próprios sujeitos masculinos. Por meio de entrevistas com especialistas de diversas áreas e com sujeitos masculinos de diversas idades, classes e etnias e grupos sociais, a investigação buscou compreender porque os homens norte-americanos se suicidam mais; praticam mais violência e sofrem mais prisões do que as mulheres; o documentário investiga aspectos da formação cultural, que constituem como a masculinidade passa a ser produzida de forma agressiva. Respondendo poeticamente a essa investigação sociocultural e psicológica, no filme alemão de terror e suspense, *Der samurai* (2014), temos como protagonistas: uma samurai transgênero assassina e um policial gay que nega sua orientação sexual. Em uma cena envolvendo a matança de pessoas, a protagonista trans – perseguida pelo

policial - afirma que aquelas pessoas, cortadas pela lâmina de sua espada, são como rolhas que tentam aprisionar suas almas.

Para a tradição crítica dos estudos de gênero desconstrutivistas, a ideia de alma, na forma como foi sendo utilizada no ocidente, tentou aprisionar as potências desta na solidez/solidão no corpo (sexuado), atuando como uma barreira delimitada pela genitália que passa a ser confundida com a obrigatoriedade de uma sexualidade e de comportamentos e papéis sexuais esperados pela tradição heteronormativa. Tal incursão demonstra que essa concepção de Alma/Corpo binária e cis-hétero-centrada, é um fardo também para pessoas que não desviam da ciscorporeidade e da heterossexualidade normativa. Isso ocorre graças ao caráter compulsório da normatividade que a todo instante convoca a todos para serem agentes policiais e pedagógicos da mesma. Ou seja, esses estudos, ainda pouco apreciado pela sociedade, expõem o caráter virtual, historicamente construído e limitante do domínio heterossexual e cisgênero, bem como os traumas, depressões e barreiras políticas, jurídicas e psicológicas que são produzidas pelo mesmo, um mal que atinge a toda sociedade.

O discurso político do ideal de sociedade que queremos consolidar realiza produtivas articulações, mas também reativas tensões com os grupos que se opõem a ela, o que gera por parte de grupos reativos o acirramento das políticas de inimizade baseada em discursos conservadores de preservação de modelos de família e papéis de gênero tradicionais. Seguir a linha de instruir e educar a sociedade (opondo-se aos valores morais violentos e opressivos) para liberar-se do aspecto sufocante dessa tradição e despertar as potências por meio da construção de dignidade, é um desafio duro, afinal:

> As minorias nunca poderiam se traduzir como uma inferioridade numérica, mas sim como **maiorias silenciosas** que, ao se politizar, convertem o gueto em território e o estigma em orgulho – gay, étnico, de gênero. Sua visibilidade tem efeitos contraditórios: por um lado, alguns setores sociais passam a demonstrar crescente aceitação da pluralidade sexual e, até mesmo, passam a consumir alguns de seus produtos culturais; por outro, **setores tradicionais renovam seus ataques**, realizando desde campanhas de retomadas de valores tradicionais da família até manifestações de extrema agressão e violência física (LOURO, 2004, *KINDLE* posição 276-281, grifo nosso).

Aspectos que nos levam até a realidade dos dados atuais: o Brasil como o país que mais mata LGBTQIA+ no mundo, produzindo 347 mortes em 2016, 445 em 2017 e 420 em 2018[45]. As lutas sociais por inclusão dos sujeitos marginalizados, parecem apontar para um futuro pleno de retrocessos. O aumento da violência contra pessoas LBGTQIA+ tem sido crescente desde a "redemocratização", apontando um paradoxo: a população ansiava por melhorias nas condições de vida, todavia, esse anseio não acompanhava o desejo de transformação dos rígidos valores sexuais e pudicos baseados na moral cristã. Existe uma dificuldade em utilizar do pensamento crítico e científico para provarmos à sociedade que melhorias sociais e econômicas não podem ser alcançadas sem superarmos também as desigualdades e preconceitos de diversa ordem. Necessidade que coloca-nos diante da importância de releituras policromáticas de certas categorias do pensamento marxiano: parece que, (claro, com todas as complexidades trazidas pelos estudos posteriores), ainda estamos diante da materialidade dos "muros de pedra" da ideologia e seus mitos mantenedores do *status quo*. Dito isto, o que nos separa de alcançar um processo de justiça social e econômica, é justamente a falta de consensos e o excesso de preconceitos mantidos não apenas pela elite deste país, mas por todas as camadas sociais incentivadas pelo ideal de moralidade cristã tradicional.

Para construir tal utopia por meio da contribuição de nossos campos disciplinares e indisciplinares, ao longo desta análise literária e cultural, procuramos convocar a literatura como fonte de inspiração e alimento da alma para a construção da justiça social e de um fazer político que se materialize em redes de solidariedade e intervenção política capazes de enfrentar matança de cidadãos LGBTQIA+. Em perspectiva dialógica, a vida, a política e a arte não se separam do texto, nem da análise textual, por isso reforçamos a teoria como movimento reivindicatório, destacando as medidas propostas pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) para o

[45] Segundo a entidade realizadora dos estudos, o Grupo Gay da Bahia (GGB), os dados são subnotificados, já que faltam estatísticas oficiais e comprometimento estatal na construção de dados sérios. Os dados do GGB são alvo de questionamento principalmente por grupos que querem mascarar essa realidade ou relativizar as mortes com o argumento de que o Brasil é um país que mata muitas pessoas. Entendemos as opressões interseccionalizadas, cruzadas entre uma série de hierarquias econômicas, sociais e mentais, nas quais certas situações podem ser agravadas pelo acúmulo de invisibilização social. Uma pessoa negra, lésbica e pobre, terá mais condicionante de exclusão do que uma pessoa branca, lésbica e de classe média. Não se trata de hierarquizar a dor, mas de entender sofisticados e contextuais mecanismos do poder, para pensarmos em estratégias eficazes de resolução.

enfrentamento do quadro atual de violência e discriminação contra homossexuais, bissexuais e transexuais no Brasil. São as proposições apresentadas no relatório de crimes contra LGBTQIA+ no Brasil em 2018, realizado pelo referido grupo:

• Educação sexual e de gênero para ensinar aos jovens e à população em geral o respeito aos direitos humanos e à cidadania dos LGBTIA+.

• Aprovação de leis afirmativas que garantam cidadania plena da população LGBTIQA+, equiparando homofobia e transfobia ao crime de racismo.

• Efetivação de políticas públicas na área da saúde, direitos humanos e educação que proporcionem igualdade e cidadania à comunidade LGBTQIA+.

• Exigir que os governos, a Polícia e a Justiça produzam dados que visibilizem a violência contra LGBTQIA+ e que sejam utilizados em políticas de combate à homofobia; e que esses crimes homo/transfóbicos sejam investigados e punidos com rigor.

A compreensão sobre as reivindicações de corpos LGBTQIA+ por parte dos estudiosos de cultural e sociedade é necessária para elevar a seriedade dessas pesquisas no campo acadêmico, comprometendo, responsabilizando e interagindo com diversos campos do conhecimento: História, educação, psicologia, ciências sociais, economia, geografia, etc. Ao longo deste trabalho, utilizando da literatura de A.S e dos estudos sobre repressão às pessoas LGBTQIA+ (entendidas à época da ditadura, como homossexuais), tentamos traçar paralelos entre questões sociais, históricas, geográficas, culturais, literárias, econômicas e psicológicas, o que julgamos ser uma metodologia inovadora, eclética e indisciplinada, dialogando com as proposições do *queer* e com um pensamento policromático, anticolonial, anticapitalista e antifascista. Visamos apontar modos de se fazer uma crítica literária e cultural engajada que dialogasse com a concretude da realidade, pontuando formas de superar os limites éticos e morais de nossas sociedades.

Desmascarando o sujeito oculto

Novos cortes epistemológicos que passaram a se preocupar com o sujeito pesquisador da investigação (preocupações pós-estruturalistas/pós-críticas), possibilitaram o procedimento da crítica à falta de interesse para com temas, corpos

e corpora LGBTQIA+. Através desses novos paradigmas conseguimos perceber que muitas teorias e autores consagrados tiveram seus projetos particulares, masculinizados, brancos e cis-hétero-normativos desmascarados, rasurados e (re)lidos. Aderir a essa nova possibilidade interpretativa, uma nova episteme, não significa dizer que devamos jogar a tradição critica canônica no lixo da história, mas sim que devemos compreender seus limites metodológicos, fugindo do risco de universalizar suas ferramentas. Um mecanismo de análise oriundo de determinado tempo-localidade pode não ser útil em outro. Daí, entender que a “performance” do gesto científico “neutro” colaborou para a camuflagem de hipóteses científicas de grupos humanos específicos, ocultando o horizonte de interesse e possibilidade de um mecanismo critico analítico:

> O redimensionamento da subjetividade na prática analítica de textos não significa que a história, o indivíduo e o sujeito estivessem ausentes das pesquisas estruturalistas (sem entrarmos no caso específico da psicanálise). A rigor, esses elementos foram vetados e domesticados pelos próprios sujeitos que construíram esses modelos de leitura (SOUZA, 2002, p. 34).

Empreender essa ótica não significa desmascarar uma atitude intencionalmente velada pelo sujeito investigador, mas um *modus operandi* já consagrado de determinado gênero investigativo que máscara este ato enquanto o performa. Perceber esse ato é compreender que o desejo de ciência, de investigação, pode sim ser universal, mas que sua iniciativa será sempre, como insiste Donna Haraway (1995), localizada, tendo, portanto, corporalidade, nacionalidade, religião, orientação sexual, identidade de gênero, cor de pele, religião e outras marcações que vinculam o sujeito a um determinado grupo e identidade. Seguir esta linha, não é propor sectarismo e divisões, mas sim abrir margem para a compreensão do gesto universalizante, no qual, percebendo-o, poderemos criticá-lo e agir na constituição de um método de análise cartografada, uma forma de fazer ciência consciente de sua parcialidade, de sua impossível universalidade.

Essa forma de fazer ciência e produzir conhecimento ajudou a solidificar preconceitos e mitos, ambos estigmatizaram as multicorporalidades ao trabalharem com um ideal de centro e norma compulsórios. O Questionamento da forma elitista e

excludente com a qual o "sujeito hegemônico[46]" fez/faz pesquisa, bem como o desvelamento de sua presença na valoração de ciência, filosofia e arte, interessam-se na (re)definição e ampliação de paradigmas que as textualidades podem adotar com a leitura parcial, o que favorece a profusão do que é múltiplo, operando na ampliação do conjunto de categorias do que é "universal". Por isso mesmo: "A marca autoral no texto analítico funciona como uma das conquistas mais relevantes do discurso crítico contemporâneo, entendendo-se que o sujeito volta à cena discursiva de maneira ainda esvaziada e fraturada" (SOUZA, 2002, p. 34). Esse agenciamento (re)coloca as subjetividades, corpos e identidades plurais no centro da produção de conhecimento, propondo esquemas espirais de troca e produção de saber.

Levando essa "tomada de consciência" das desigualdades da representação (artística, científica ou filosófica) para o campo literário, em *Literatura brasileira contemporânea:* um território contestado, Regina Dalcastagnè (2012) expõe que a concepção canônica do termo literatura, não pressupõe que sujeitos marginalizados possam produzi-la, colocando-os previamente de fora da "cena de reconhecimento" da literariedade:

> Aqueles que estão objetivamente excluídos do universo do fazer literário, pelo domínio precário de determinadas formas de expressão, acreditam que seriam também incapazes de produzir literatura. No entanto, eles são incapazes de produzir literatura exatamente porque não a produzem: isto é, porque a definição de literatura exclui suas formas de expressão (DALCASTAGNÈ, 2012, *KINDLE*, posição 302).

A relevância dessa temática se justifica através do sequestro da literariedade e da poética da vida e da narrativa produzida por essas pessoas, que por vezes é acusada por acadêmicos conservadores de serem moda, "coisa do momento" de efervescências ampliação e vozes das minorias (e qual seria o problema?); Por acaso estão tão presos ao tradicional, que esquecem que o pensamento científico deve mesmo ser dinâmico e independente dos costumes? Por classificarem essas incursões analíticas como exageradamente ativistas, ou desatentas com as questões mais "próprias da literatura", essas pessoas cometem um erro científico por meio de um ato político que não apreende a potência crítica e inovadora dessas novas epistemologias. Esse ato de esvaziamento da literariedade, pretensamente

[46] Que é mais uma posição de sujeito do que a prática de um sujeito específico.

apolítico, na verdade é uma marcação política excludente do sistema de valoração interno, que se baseia em visões essencialistas de literatura e literariedade.

Nossos estudos demonstram o caráter equivocado desta postura, afinal, o que faz um texto ser mais ou menos "político" não é o seu conteúdo de fato, mas os valores e regras das sociedades que circunscrevem o contexto de produção das obras. Ao analisar as obras literárias produzidas em contexto de ditaduras militares, Emir Rodrigues Monegal defende que durante as décadas de 60 e 70, as gerações de novos escritores, certas vezes, se tornavam "políticas" não por sua própria postura, mas pelo contexto de intenso policiamento político e moral em que publicaram suas obras:

> Para eles, escrevendo numa sociedade onde todos os pensamentos, mesmo os de menor cunho político (sexo, por exemplo), tornavam-se políticos por causa da repressão, **era uma experiência que evitava que o romance fosse tratado como forma literária pura de artefato ficcional**. Eles se tornaram romancistas compromissados, não porque desejavam mudar a sociedade, mas porque escrever romances era, na sociedade, naquele momento, uma atividade comprometida, quase uma atividade subversiva (MONEGAL, 1979, p. 19, grifo nosso).

Uma literatura pode, portanto, ser considerada política sem de fato buscar este *status*, apenas por tematizar questões que são tabus para uma determinada sociedade. Nesse aspecto, a condição de A.S é ambígua, ele escreve no contexto de um Brasil altamente conservador e moralmente repressivo. Identificamos nas obras por nós analisadas, uma estética intencionalmente marginal e chocante, portanto, politizada. Justamente por ser um corpo atravessado desde a tenra juventude por choques, sanções e barreiras simbólicas, ele "teimou" e insistiu em resistir. Em "homenagem" a esse caráter resistente de sua biografia, denominamos por estética lampiônica essa atitude política *queer* presente em sua literatura. Uma estética "de esquina" e cangaceira que não se descola do que é sujo e bandido, que está posto na sombra da experiência humana (e de lá quer sair). Acreditamos que justamente por esses aspectos - que a torna mais interessante para nós, - a literatura de A.S não despertou o interesse da crítica à época. Foram vítimas da mesma disciplina os corpos de Antônio Bentes e Pedro Ramalho (personagens de *No país das sombras)*, sua paixão, inaceitável pela moral da época, teve seu conteúdo de subversão da ordem sexual adjetivado também como político e

subversivo. Os atos praticados pelos seus corpos deixaram de representar simples atos afetivos, para significarem uma insurreição à ordem da corte cristã portuguesa. Nessa comparação entre fatos da história e nossa metodologia, conseguimos expor por que julgamos que os próprios livros do autor abordado por nós, oferecem ferramentas teóricas de crítica cultural, produzidas por um jornalista e escritor politicamente e "imoralmente" engajado contra o regime militar.

É preciso meter o dildo na roda da história

Assim, denunciar o estatuto político, sociológico e etnográfico de uma obra em tom de anulação (ou quase acusação) para desqualificá-la, configura-se também como um ato político de caráter purista e reativo, que rejeita a potência do que não está no centro do que é considerado pela biopolítica vigente como limpo, saudável, narrável e "estudável". Ao impedir que certos livros fossem tratados por sua forma literária, ou de puro artefato literário, a crítica e os acadêmicos colaboraram, e foram coniventes com uma prática de silenciamento e apagamento histórico: formas de violência contra cidadãos LGBTQIA+. Com a elaboração do questionamento contra essas posturas conservadoras que conceberam os temas literários de maneira sacrossanta, num verdadeiro "conclave" literário, parece sensato e justo acusar os estudiosos de literatura de terem se omitido acerca da temática. Pela via da ação ou da omissão, desprezaram ou não reconheceram a importância da temática de gênero (e seus diálogos interdisciplinares) em cursos de graduação e pós-graduação.

O brasilianista Malcolm Silverman (2000), além de definições sobre a literatura produzida no contexto do pós-64, faz uma análise crítica das obras definidas como romance de "protesto", afirmando que os dramas policiais de A.S testemunham "um ou outro aspecto horripilante dos subterrâneos das classes desprivilegiadas ou socialmente marginalizadas do Brasil" (SILVERMAN, 2000, p. 422). O tratamento do autor na análise das questões históricas e contextuais da literatura, ou seja, da relação do texto com o mundo, é realizado numa dicção progressista, e nesse aspecto, quando se refere a temas homoeróticos na literatura, o faz em tom respeitoso. No entanto, as mesmas ganham relevância quase nula em seu texto, que parece seguir a tônica de que esta seja uma pauta menor no âmbito

de outras necessidades políticas da nação. Como diagnosticado por Fernandes e Schneider (2017), é comum não encontrar menção a obras de temática homoerótica em compêndios tradicionais, ou mesmo quando a obra é encontrada, há pouca dedicação a sua análise e omissão da temática homoerótica. Tendo em vista que parcela relevante do pensamento crítico literário brasileiro recente se preocupe com questões sociais e políticas, principalmente no que se refere à ditadura militar, a omissão acerca dessa temática nos parece uma falta de comprometimento com esses temas e corporalidades. Em contrariedade a essas atitudes, negativas ou omissivas, devemos construir novas vertentes de interpretação em nossa literatura, pautadas em demandas teórico-políticas enunciadas por estudiosos, pensadores e pesquisadores de corpos (e mentes) não centrados na posição de ser humano universal, ou ao menos, do protótipo de ser humano, aquele que sequestrou para si os "códigos base" da produção do imaginário do que significa ser um "ser humano". Contra a normatização da "posição de sujeito" hegemônica, é preciso meter o dildo[47] (teorizado por Paul B. Preciado) na roda da história, parando o seu movimento normativo, penetrando-a de novos e múltiplos sentidos, pluralidades e diversidades. Rasurar o gesto que, por tantos séculos, reencena e reproduz modelos e valores monocromáticos. É preciso desconstruir práticas e modelos que continuam enredando a lógica excludente que decalca o humano e o não humano; que delimita e separa: a vida chorável da vida matável, os corpos e *corpi* que importam dos que não importam; e proliferar o acesso à representação para corpos diversos, rompendo as hierarquias da norma, da imagem, do padrão, da referência, as linhas de força do centro e da hegemonia. Deixar que as máquinas de representação produzam e apresentem novas realidade a "N – 1" (Como Deleuze e Guattari): uma relação na qual o particular se faz subtraído do múltiplo e o múltiplo como a soma dos particulares.

[47] Preciado identifica o dildo como o "suplemento" (noção de Derrida) que produz exatamente aquilo que supostamente deveria completar, parodiando o que seria o objeto real (o pênis), identificando o dildo não como um substituto do pênis, mas concebendo ambos: dildo e pênis, como artefatos de possibilidades penetradoras, sem hierarquiza-los. Ele afirma que o reconhecimento dos órgãos enquanto natureza, enquanto substância metafísica, são produto de uma tecnologia semiótica que prescreve o contexto em que os órgãos adquirem significação. Dessa forma, o dildo é evocado por nós como suplemento de qualquer instrumento que represente o ato de penetrarm parar ou preencher uma roda: um dildo; um pênis; uma chave de fenda, objetos dotados de ambiguidade significativa.

REFERÊNCIAS

AFONSO-ROCHA, Ricardo; MITIDIERI, André Luís. **Bichas inauguram a utopia: resistência homoerótica na literatura lampiônica**. v. 13, n. 32, 2019, 47-72.

BARTHES, Roland. Mitologias. Rio de Janeiro: DIFEL, [1957] 2009.

BONNICI, Thomas. Teoria e crítica pós-colonialistas. In: BONNICI, T.; ZOLIN, L. O. (org.) **Teoria da Literatura, abordagens históricas e tendências contemporâneas**. Maringá: EDUEM, 2003. p. 258-284.

BOURCIER, Marie-Hélène (Prefácio). In: Preciado, Paul B. **Manifesto Contrassexual**. São Paulo: n-1 Edicções, 2017.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Ditadura e homossexualidades. **Relatório da CNV**: Volume II – Textos Temáticos. Texto 7. Brasília: CNV, 2016.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: Notas para uma teoria performativa de assembleia. 2. Ed. tradução de Fernanda S. Miguens, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018c.

_____. **Problemas de Gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Rio de Ja-neiro: Civilização Brasileira, [1990] 2018a

_____. **A vida psíquica do poder** – Teorias da sujeição. Belo Horizonte: Autêntica Editora, [1997] 2018b.

_____. MORAES, M. L. Q.; FRATESCHI, Y.; Rodrigues, C. Entrevista Judith BUTLER. São Palo: Boitempo. 2019.

COWAN, Benjamin. Homossexualidade, ideologia e “subversão” no regime militar. In: GREEN, James N & QUINALHA, Renan (Orgs.). **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca pela verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2014. p. 27-52.

DELEUZE, Gilles.; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**. Vol. 1. Trad. de AurélioGuerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34, 2000.

DALCASTAGNÈ, Regina. **Literatura brasileira contemporânea**: um território contestado. Rio de Janeiro: Editora Horizonte. 2012. *Kindle*.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Rio de Janeiro: BestBolso, [1884] 2014.

FERNANDES, Carlos Eduardo Albuquerque; SCHNEIDER, Liane. **Personagens travestis em narrativas brasileiras do século XX** – Uma leitura sobre corpo e resistência. João Pessoa: Editora da UFPB, 2017.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 5. Ed. São Paulo: Loyola: [1971] 1999.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. Rio de

Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, [1976] 2017a.

_____. **História da sexualidade II**. 4. ed. O uso dos prazeres. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, [1983] 2017b.

FUKUYAMA, Francis. **O fim da historia e o ultimo homem**. Rio de Janeiro. Rocco, 1992.

GARCIA, Paulo César; MIRANDA, Olinson Coutinho. **A Teoria queer como representação da cultura de uma minoria**. In: III ENCONTRO BAIANO DE ESTUDOS EM CULTURA, Cachoeira, Anais do III EBECULT, 2012. Disponível em: http://www.ufrb.edu.br/ebecult/artigos-completos/. Acessado em: 03, jun., 2014.

GASPARI, Elio. **Os documentos da censura**. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, p.1, 18 jun. 1978.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: Morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GREEN, James N. **Além do Carnaval**: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX. 2 ed. São Paulo: Unesp, [2000] 2019.

_____. **Revolucionário e gay**: a vida extraordinária de Herbert Daniel-pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Organização Liv Sovik. 2. Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, [2003] 2013.

_____. Estudos culturais e seu legado teórico. In: HALL, Stuart. **Da Diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados**: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 5, [1988] 1995, p. 7-41.

HOLANDA, Helder de Araújo. **A representatividade do espaço na expressão de subjetividades homoeróticas em três narrativas de Aguinaldo Silva**. 2012. 166 f. Dissertação (Mestrado em Literatura e Estudos Interculturais) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2012.

HOLANDA, Luísa Severo Buarque de. **Da mímesis antiga à imitação dos antigos**. *Especiaria*: Cadernos de Ciências Humanas, Ilhéus v. 11, n.19, p. 133-148, jan./jun. 2008.

LOPES, Alice Casimiro. **Teorias pós-críticas, política e currículo**. Educação, Sociedade & Culturas, v. 39, 2013, p. 7-23.

LOPES, José Reinaldo de Lima. **Da dissidência à diferença**: direitos dos homossexuais no Brasil da ditadura à democracia. In: Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EduFSCar, 2015. p. 273-299.

LOURO, Guacira Lopes. **Um Corpo Estranho** – Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 3. rev. amp. Belo Horizonte: Autêntica Editora, *kindle* 2018 [2004].

LUKÁCS. Gyorgy, **Marxismo e teoria da literatura**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, [1968] 2010.

MALCOLM, Silverman. **Protesto e o novo romance brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo,[1852] 2011.

_____.; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boitempo,[1848] 1998.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte. São Paulo: n-1 Edições, [2003] 2018.

MEIJER, I. C.; PRINS, B. **Como os corpos se tornam matéria**: entrevista com Judith Butler. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 155-167, Jan. 2002.

MISKOLCI, Richard. **A Teoria Queer e a Questão das Diferenças**: por uma analítica da normalização. In: 16º COLE - congresso de leitura do Brasil, 2007, São Paulo. Anais 16º COLE - congresso de leitura do Brasil. São Paulo: Unicamp. 2007. Disponível em: chrome-extension://oemmndcbldboiebfnladdacbdfmadadm/http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais16/prog_pdf/prog03_01.pdf. Acesso em: 25/02/2020.

MOIRA, Amara; Nery, João; Rocha, Márcia; Brant, T. **Vidas Trans** – A Coragem de Existir. São Paulo: Astral Cultura. 2017

MONEGAL, Emir Rodriguez. **Writing fiction under censor's eye**. World Literature Today, local, v. 53, n.1, p. 19, 1979.

MOTT, Luiz. **Relações Raciais entre Homossexuais no Brasil Colonial**. Revista Brasileira de História, vol., 5, nº 10, 1985.

MORAES, Marcos Vinicius Malheiros. 2018. "Genealogia - Michel Foucault". In: **Enciclopédia de Antropologia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia. Disponível em: http://ea.fflch.usp.br/conceito/genealogia-michel-foucault Acesso em: 25/02/2020

PERUZZO, Renato Gonçalves. **Sociedade monocromática, (re)existências coloridas**: alteridades LGBTQI + em contos de fadxs contemporâneos. 2019. 53 f. Dissertação (Mestrado em Letras: Linguagens e Representações) - Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, BA, 2019. Disponível em: <http://www.biblioteca.uesc.br/biblioteca/bdtd/201810107D.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2019.

PRECIADO, Paul B. **"Cartografias 'Queer'**: O 'Flâneur' Perverso, A Lésbica Topofóbica e A Puta Multicartográfica, Ou Como Fazer uma Cartografia 'Zorra' com

Annie Sprinkle". eRevista Performatus, Inhumas, ano 5, n. 17, jan. 2017.

QUINALHA, Renan Honório. **Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)**. 2017. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

REIMÃO, Sandra. **Aguinaldo Silva, um escritor censurado**. Intercom - Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, vol. 32, núm. 1, janero-junho, 2009, pp. 209-222

RODRIGUES, Jorge CaÊ. Um lampião Iluminando esquinas escuras da ditadura. In: GREEN, James N & QUINALHA, Renan (Orgs.). **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca pela verdade. São Carlos: EdUFSCar, 2014. p. 83-123.

SCOTT, Joan W. **O movimento #MeToo revelou como as mulheres foram educadas a acomodar o poder masculino em vez de o recusar**. Jornal Público, Portugal, 2018. Disponível em: https://www.publico.pt/2018/07/01/mundo/entrevista/a-questao-que-hoje- nos-desafia-e-como-confrontar-a-crenca-de-que-as-diferencas-sexuais-sao-naturais-1836234. Acesso em: 07 dez. 2018.

SILVA, Aguinaldo. **A Seguir, Cenas do Próximo Capítulo**. São Paulo: Panda Books, 2010.

_____. **Lábios que beijei**. São Paulo: Siciliano, 1992.

_____. **Memórias da guerra**. Rio de Janeiro: Record, 1986.

_____. **No país das sombras**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SOUZA, Eneida Maria de. **Crítica Cult**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

TREVISAN, *João Silvério*. **Devassos no Paraíso** - A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. Ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados**: Moral, Sexualidade e Inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

VERGUEIRO, V. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2015. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

VIEIRA, Helena. **A caça aos homossexuais e às travestis na ditadura militar**. *Pragmatismo Político* (site), ago. 2015. Disponível em: https://www.pragmatismopolitico.com.br/2015/04/a-caca-aos-homossexuais-e-travestis-na-ditadura-militar.html. Data de acesso: 27/01/2020.

_____; FRACCAROLI, Yuri. Violência e dissidências: um breve olhar às

experiências de repressão e resistência das travestis durante a ditadura militar e os primeiros anos da democracia. In: **História do movimento LGBT no Brasil**. 1. Ed. São Paulo: Alameda, 2018.

WITTIG, Monique. ***El pensamiento heterosexual y otros ensaios***. Madrid: Egales, [1992] 2006.